

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/03/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 5/2014, da reunião de câmara de 2014/03/05			Aprovação
2	Prestação de contas da câmara municipal do exercício de 2013 - Relatório de gestão e demonstrações financeiras			Aprovação
3	Prestação de contas dos SMAS do exercício de 2013 - Relatório de gestão e demonstrações financeiras			Aprovação
4	Consolidação de contas de 2013 do município			Aprovação
5	2ª revisão ao orçamento municipal, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014			Aprovação
6	1ª revisão ao orçamento dos SMAS para 2014			Aprovação
7	1ª revisão ao plano plurianual de investimentos dos SMAS - Quadriénio 2014/2017			Aprovação
8	Entrega de Emblemas de Mérito Autárquico			Aprovação
9	Protocolo de colaboração - Supply Chain Meeting 2014	Logística Moderna		Aprovação
	<b>GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>			
10	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/03/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 87 do loteamento Casal do Freixo	Carlos Alberto da Cruz Nunes	Vialonga	Aprovação
12	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 20 do loteamento Panasqueira I	António Pequeno Costa	Alverca do Ribatejo	Aprovação
13	Atualização dos 33 regulamentos específicos de reconversão - Infraestruturas das AUGI			Aprovação
14	Índices de Preços no Consumidor - Alteração ao Mapa de Inflação Acumulada			Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
15	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Plano de segurança e saúde	Cordivias - Engenharia, Lda	Forte da Casa	Aprovação
16	Prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Revogação da nomeação do coordenador de segurança em obra e nomeação do novo coordenador de segurança em obra	STAGEST - Engenharia e Gestão de Projectos e Obras, Lda	Forte da Casa	Aprovação
17	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data de conclusão da obra	Consórcio, Constrope - Congevia, Eng. e Cons., SA/Gigabeira - Instalações Especiais	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
18	<del>Assistência técnica à obra de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e execução de pontão rodoviário - Parecer prévio vinculativo</del>		<del>Castanheira do Ribatejo</del>	<del>Aprovação</del>
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
19	<del>Relação dos atos praticados pela Sr.ª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente</del>			<del>Conhecimento</del>

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/03/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
20	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
21	Legislação síntese			Conhecimento
22	Pagamentos autorizados			Conhecimento
23	Balancetes			Conhecimento
<del>24</del>	<del>Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de compromissos</del>			<del>Conhecimento</del>
	. Outros assuntos			
25	Fornecimento em contínuo e distribuição de guardanapos e toalhetes para os refeitórios escolares durante o ano letivo de 2014/2015 - Remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual			Aprovação
26	Solução de impressão - Equipamentos, consumíveis e serviços de manutenção associados - Remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual			Aprovação
27	Contratação do grupo "Amor Electro" no âmbito do Festival da Juventude de 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
28	Contratação de serviço de limpeza, manutenção e conservação do cemitério municipal de Vila Franca de Xira durante o ano de 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/03/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
29	Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica a 19 parómetros - Parecer prévio vinculativo e remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual			Aprovação
<del>30</del>	<del>Fornecimento de refeições para os refeitórios municipais - Início do procedimento, aprovação das peças e do júri do procedimento e remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual</del>			<del>Aprovação</del>
31	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos - Liberação de caução	Big Smile, SA		Aprovação
32	Manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações SIGMA - Câmara municipal e SMAS - Liberação da retenção de valores	Medidata.net - Sistemas de Informação para Autarquias, SA		Aprovação
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
33	Normas de procedimento para candidatura a apoios de ação social escolar do ano letivo 2014/2015			Aprovação
<del>34</del>	<del>Normas de procedimento de candidatura ao subsídio de transportes escolares - Ano letivo 2014/2015</del>			<del>Aprovação</del>
35	Serviço de refeições escolares 2014/2015 - Documento orientador			Aprovação
<del>36</del>	<del>Atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar - Normas e protocolo tipo</del>			<del>Aprovação</del>
37	Constituição do júri do Prémio Carlos Paredes - Edição de 2014			Aprovação
38	Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLLT) - Participação na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa - Transferência de verba para o município de Loures			Aprovação
39	Alteração da constituição da Comissão Municipal de Toponímia			Aprovação

Réunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/03/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
40	<del>Apoio à atividade do movimento associativo - Utilização de viaturas municipais de transporte coletivo</del>			<del>Aprovação</del>
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
41	Dança - Protocolo de cooperação	Associação de Ginástica de Lisboa		Aprovação
42	Acordo de cooperação para apoio à realização de curso de nadadores-salvadores na piscina municipal de Vila Franca de Xira	Delegação Marítima de Vila Franca de Xira		Aprovação
43	Universidade sénior - Ressarcimento de valores referentes a propinas	Maria da Conceição Brito Silva Oliveira e outros		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
44	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/03/19

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----  
. Rui Ribeiro Rei; -----  
. Marina Estevão Tiago; -----  
. Aurélio dos Santos Marques; -----  
. António José Sequeira Félix; -----  
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----  
. José António da Silva de Oliveira; -----  
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Esteve ausente o Sr. Vereador João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pela Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus.-----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Vereador Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, pelas 14h20, antes da discussão do ponto 27 da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' **002**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

Drª Susana Santos-----

João Pedro Baião -----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina -----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos-----

Drª Paula Costilhas -----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares-----

. Técnico Superior-----

Dr. Miguel Falcão-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' **003**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos -----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão -----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque -----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Maria João Carraça -----

. Chefe da Divisão de Educação-----

Dr. Pedro Montes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa -----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqtª Catarina Conde -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO-----

. Chefe da Divisão Administrativa e Financeira -----

Drª Teresa Botelho -----

. Técnica Superior-----

Drª Vanessa Cirilo-----





Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Engº António Novais -----

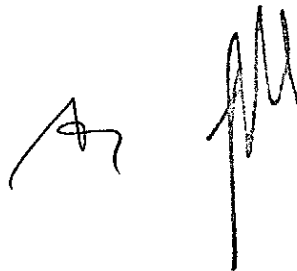
3/3



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Nesse sentido, e em primeiro lugar, fez a entrega da medalha correspondente a 20 anos de serviço à assistente técnica, Leopoldina Maria Pereira Madruga da Silva. De seguida, fez a entrega da medalha de 30 anos de serviço à assistente técnica, Alda Maria da Silva Ferreira Raimundo, oferecendo ainda, para além da medalha, um relógio, e agradecendo muito o trabalho desempenhado ao longo destes anos. -



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • **006**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
CONCENTRAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO-----

Interveio o Sr. Presidente, fazendo uma referência à concentração havida esta semana, de alunos do ensino secundário das escolas Alves Redol e Reynaldo dos Santos, que estiveram no largo da câmara e fizeram chegar à câmara municipal um documento, que tem a ver, em termos genéricos, com a defesa da escola pública e da sua qualificação, tendo havido nesse mesmo dia, em diversas escolas do país, concentrações do mesmo género. -----

Comprometeu-se que dava nota, na próxima reunião de câmara, que é precisamente hoje, do documento e intenções da própria concentração, e que também iria enviar esse documento para conhecimento do Sr. Ministro da Educação, com as preocupações destes mesmos estudantes, e é esta a questão que queria transmitir. -----

Prosseguiu, dando a palavra à CDU, solicitando, sem querer restringir o tempo, como a ordem de trabalhos tem pontos importantes, que certamente exigirão uma reflexão de todos, e é preciso tempo, a possibilidade de síntese, havendo condições para o efeito. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando os presentes, referindo antes de mais que gostaria de saudar a luta dos estudantes do ensino secundário, que compreende que seja necessária, porque a escola pública está em perigo.-----

Tem-se um Governo que decidiu aumentar os alunos por turma, diminuiu com isso a qualidade do serviço que é prestado pelos docentes, e um Governo que suspende as obras de requalificação que estavam em curso, e também não consegue resolver doutra forma. A Parque Escolar terminou, e não há opção para ela, existindo uma diminuição, que é grave, do apoio social escolar, e portanto é natural que os alunos, e bem, se sintam indignados perante a situação, quando veem, ao mesmo tempo, serem entregues cheques-ensino ao ensino privado. -----

A escola pública é necessária, e é também uma marca que ficou do 25 de Abril, que está quase a comemorar 40 anos. Por isso, os membros da CDU saúdam os alunos, não só do concelho de Vila Franca de Xira, mas a nível nacional. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a Srª Vereadora falou sobre a escola



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

pública, e poderá estar de acordo com muitas das questões colocadas, e está, mas foi uma apreciação e não propriamente uma questão colocada. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

QUESTÕES NÃO RESPONDIDAS NA ÚLTIMA REUNIÃO DE CÂMARA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, relembrando, com o poder de síntese que lhe é possível, ao Sr. Vice-Presidente, que na última reunião esteve em exercício, e agora ao Sr. Presidente, que o Sr. Vice-Presidente disse que iria responder a quatro questões que não foram respondidas, quando o próprio levantou uma série de assuntos sobre Vialonga. -----

Relembra as piscinas e o quartel dos bombeiros voluntários, questionando para quando a sua construção; o centro de saúde, em que existem sítios onde chove e os acessos são difíceis; e a requalificação do Bairro Nascente do Cabo, bem como o projeto que a câmara municipal enviou à junta, que foi apresentado à população para recolher sugestões, tendo sido remetido novamente à câmara municipal, mas até agora nada veio, e isso aconteceu em 2012. -----

Por fim, relembra a urbanização Encosta do Moinho, e a questão das garantias. Onde estão as garantias? Como se vai resolver a situação? -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que procurará responder às questões colocadas, mas há matérias de fundo que não têm uma resposta com grau de certeza do que vai acontecer no futuro, referindo-se concretamente às questões das piscinas e do quartel dos bombeiros de Vialonga. -----

Quanto ao quartel dos bombeiros, a questão prende-se única e exclusivamente com o apoio de algum programa que surja para a sua construção, e há poucos dias teve uma reunião com a direção dos bombeiros, onde a matéria foi colocada, pelo que assim que esse programa avançar, a câmara municipal irá honrar aquilo que normalmente é o apoio que concede nestas circunstâncias.-----

No que respeita às piscinas, não são uma situação que possa dizer que se fará a breve trecho. Como o Sr. Vereador sabe, existe um espaço, e é uma matéria que se terá que ver em situação oportuna, tendo em vista que há que priorizar as intervenções que têm de ser feitas, mas ainda não se perdeu de vista a necessidade de uma piscina em Vialonga. -----

Em relação ao centro de saúde, os técnicos da câmara municipal já estiveram lá numa ou outra ocasião, e conseguiram solucionar um problema que existia de infiltração, não sabendo se está a falar da mesma questão. -----



Fl. Ata 009

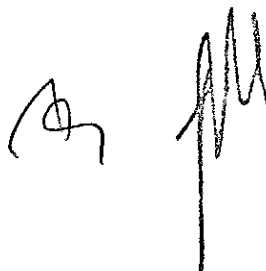
Reunião de 2014/03/19

Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

As infiltrações eram do centro de saúde para um espaço que é da câmara municipal, e efetivamente havia problemas complicados a esse nível, mas que foram resolvidos. De qualquer modo, ir-se-á tentar verificar se há mais outras questões a resolver. -----

Quanto às garantias, far-se-á chegar uma informação pormenorizada sobre a questão da Encosta dos Moinhos. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RELAÇÃO DAS ESCOLAS COM AMIANTO E FIBROCIMENTO -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que já por diversas vezes a bancada da CDU, inclusive por seu intermédio, e da sua camarada Sr. Vereadora Ana Lúcia Cardoso, que aproveitando a situação de Vialonga também falou, o Sr. Presidente, e o Sr. Vice-Presidente na última reunião também o disse, ficou de enviar à CDU a relação das escolas do concelho com amianto e fibrocimento. -----

Disse que já estava pronto o relatório e que iria ser enviado, mas até agora não há nada. Contudo, qual não é o espanto quando, a exemplo do que já tem acontecido com os órgãos de comunicação social, com o Sr. Presidente, ou pelo menos a câmara municipal, os membros da CDU foram confrontados com a informação no semanário Sol e na Lusa. -----

Não é um caso virgem, e diria, fazendo um pouco de humor, não para o Sr. Presidente ficar irritado, pois ainda se está no início e quer uma reunião pacífica, que é caso para dizer que há gente que quando vê uma caneta, um bloco de notas, um gravador, microfone ou uma câmara de TV, não resiste. Pede ao Sr. Presidente que não se irrite, mas tem muita sorte em se chamar Alberto, porque se fosse Pinóquio, já tinha alguns problemas no nariz. -----

O que querem saber é quando chega ao gabinete da CDU essa relação das escolas, e espera que não se mande fotocópia do semanário Sol. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que tentará responder a todas as questões colocadas, que são muitas. Solicitou e houve alguma contenção, e irá tentar responder. -----

Em primeiro lugar, de facto, chama-se Alberto, tem muito gosto no nome e não tem outro. Quanto às apreciações que o Sr. Vereador Aurélio Marques fez, são dele, e nesta vida tem que se aguentar com algumas coisas, não com tudo. O seu nome é Alberto Mesquita, considera-se uma pessoa honesta e séria, e por isso as comparações que o Sr. Vereador fez certamente estão erradas relativamente à sua pessoa. -----

Quanto à relação das escolas com cobertura de amianto, é uma das respostas que acabou agora de entregar. -----

A câmara municipal tem vindo a acompanhar esta situação, e vai trabalhar nela,



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

bem assim como também com o diretor-geral da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Foi-lhe dito pelo Dr. Alberto Duarte que iria também considerar, não só no concelho de Vila Franca de Xira, mas na zona de intervenção da DGEstE, a necessidade de resolver algumas questões de coberturas, que não são de escolas da competência da câmara municipal.-----  
Aguarda-se assim que efetivamente algumas escolas do concelho possam vir a ser contempladas, provavelmente ainda este ano.-----





Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que se terá de resolver, e a que tem mais acuidade é a da Escola de Toureiro José Falcão. Terá que se encontrar um consenso político à volta destas matérias, porque, como aconteceu quando este assunto veio a reunião de câmara, foram aprovados todos os representantes que não fossem individuais e não tivessem, neste momento, nenhuma responsabilidade autárquica, ficando de fora ainda algumas matérias que julga que haverá condições de consensualizar.-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo pensar que esta matéria também está na resposta que entregou hoje a requerimentos apresentados. Era uma precisão em termos históricos, e por isso o texto está assumido pelos técnicos da cultura, que fizeram uma averiguação, e a breve trecho pôr-se-á a placa em conformidade.-

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
TALUDE DO CENTRO DE SAÚDE DE VIALONGA -----

Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se ao talude do centro de saúde de Vialonga, dizendo que na reunião de há 15 dias os membros da CDU foram informados que a Mota Engil iria colocar algumas terras da obra que está a fazer na A1, para segurar o talude, uma vez que o espaço não é da câmara municipal, e a colocação ali de outro tipo de material seria extremamente cara para o município. -----

Gostariam de perceber que tipo de projeto está pensado para aquela zona, porque aquilo que lá está não resolve em nada a situação. Está feito um declive imenso, é pó que se vai levantar para aquelas populações, e a câmara municipal tem de ter, obrigatoriamente, uma solução diferente para a zona. Pode segurar as terras, pode segurar o talude, que é aquela solução, mas não pode ficar como está, porque basta que chova ou um dia com mais vento, e a zona vira poeira, ou as terras vão parar à estrada. -----

Portanto, gostariam de ter acesso ao projeto de intenção para aquela zona. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que foi feito um estudo entre os serviços da câmara municipal e os engenheiros da Mota Engil, e houve reuniões técnicas, no sentido de encontrar a melhor solução para fazer a contenção do talude. Há, de facto, informação técnica que atesta as condições em que o talude está a ser, ou já foi feito, pois não sabe se já terminou. -----

A Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso colocou uma questão que também o preocupa. Esteve lá no início, e ainda não teve ocasião de lá ir novamente, mas pediu para lhe fazerem chegar algumas fotografias, e também tem o mesmo tipo de preocupação. Portanto, provavelmente vai ter que se encontrar uma solução de cobertura vegetal, ou seja o que for, mas depois os técnicos irão dizer qual será a melhor solução. -----

Foi-se para esta solução porque não teve encargos para a câmara municipal, e julga que é provisória, mas não sabe por quantos anos ou quanto tempo, na medida em que se sabe que a contenção do talude era feita através da construção dos prédios que estavam previstos. Se lhe perguntarem se é uma boa solução, foi a solução na altura, e hoje provavelmente ir-se-ia para outra que não aquela. Foi a



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Aliás, já no tempo em que o Sr. Vereador Rui Rei estava no departamento de obras, várias vezes conversaram da possibilidade de se encontrar uma solução semelhante a esta. -----

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **016**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SAUDAÇÕES À LUTA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA  
VALORSUL-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando os presentes, e dizendo que os membros da CDU, em primeiro lugar, fazem uma saudação à luta dos trabalhadores da administração pública do passado dia 14, e muito destacadamente queriam valorizar a participação dos trabalhadores do município de Vila Franca de Xira, incluindo as juntas de freguesia, que lutam pela reposição dos seus direitos, contra o roubo nos salários e pela dignificação de quem trabalha e está a ser alvo do mais vil e consequente ataque da política de direita. -----

Aproveitam também o momento para saudar a luta dos trabalhadores da Valorsul, que ainda estão em greve, na defesa do emprego, do acordo de empresa e dos seus direitos, e a CDU, como município, seguramente solidária com a sua luta, tudo fará para defender o serviço público que é assegurado pelo sistema multimunicipal Valorsul, ao mesmo tempo que lutará contra a privatização da EGF, que é a Empresa Geral de Fomento do Estado, que detém a maioria do capital social dessa empresa. -----

Da parte dos vereadores da CDU deixa uma saudação muito especial a todos estes trabalhadores, que têm dado mostras de grave unidade, e destacam exatamente isso. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório fez uma saudação aos trabalhadores da administração pública e da Valorsul, e o executivo também comunga de algumas questões, sobretudo no que concerne à privatização da Valorsul. Não consegue atingir o porquê da necessidade da privatização de um sistema como a Valorsul, tendo o trabalho da administração sido louvado na última assembleia-geral, pelo excelente resultado obtido. -----



Se um sistema tem aqueles resultados, funciona bem, serve os interesses dos municípios, porquê estar-se a privatizar?-----

O mais grave é não haver, posteriormente, o controlo por parte dos acionistas, que são os municípios. Até agora foi possível, com a EGF – Empresa Geral do Fomento e os municípios, encontrar soluções, para que as taxas a cobrar aos utentes fossem razoáveis, justas, e não sabe o que o futuro reservará se a Valorsul vier a ser



Deliberação nº \_\_\_\_\_

privatizada.-----  
 Julga que esta matéria poderá ainda ter alguma análise do Sr. Ministro do Ambiente, e poderá haver outras soluções, tendo sido solicitada, nesse sentido, pelos municípios, uma reunião com o Sr. Ministro, que julga será agendada a breve trecho, e certamente que os municípios irão de viva voz referir ao Sr. Ministro outras soluções. Crê que haverá ainda alguma margem para evitar esta privatização, mas vai-se ver.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
URBANIZAÇÃO DA MALVA ROSA - ACIONAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS -  
ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo ter duas questões de duas freguesias para colocar, a primeira referente a Alverca, recordando que, provavelmente, já passou tempo mais do que suficiente para se decidir se se acionam ou não as garantias bancárias referentes às obras de urbanização não concluídas ou não recebidas na urbanização Malva Rosa, em Alverca do Ribatejo. --- Para os membros da CDU não é uma questão de princípio, é de fundo, e de resolução ou verificação de estarem resolvidos, efetivamente, os problemas tendentes à não aceitação e receção dessas infraestruturas. -----

Gostariam de partilhar o sentimento que têm, de todas as vezes que se dirigem a essa urbanização, em que muitos moradores lhes pedem que façam algo a bem da qualidade de vida dessa população, a ainda ontem mesmo tiveram oportunidade de verificar que se mantêm insuficientes as respostas para a varrição e os meios ao dispor para a higiene da maioria dos arruamentos.-----

Nas zonas verdes, não obstante a garantia deixada na câmara municipal, de que teria uma diferente atitude em relação à sua conservação, notaram algumas melhorias, mas não são ainda as suficientes. -----

Por outro lado, há ainda muitos equipamentos de utilização coletiva, ou por reparar, ou mesmo por construir. Portanto, como foi um compromisso assumido em reunião de câmara, e votado, gostariam de saber se é intenção do executivo da câmara municipal acionar ou dar mais prazo de garantia. Entendem que passados todos estes meses, muito provavelmente não há mais margem de manobra para não se decidir o que pode ser, infelizmente, uma consequência, a bem da defesa do interesse daquela população, que é o acionamento das garantias bancárias.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que já foi dito várias vezes que o acionamento das garantias será sempre uma possibilidade que está em cima da mesa, e fica satisfeito do Sr. Vereador Nuno Libório referir que houve melhorias, e efetivamente houve bastantes, que terão que continuar. -----

Mais tarde, no decorrer da ordem do dia, interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente não deu rigorosamente nenhuma resposta



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

sobre os problemas colocados pelos membros da CDU relativamente a esta urbanização, e irão voltar a suscitar este assunto na próxima reunião de câmara. --- Não dão como adquirido que os problemas de infraestruturas estejam regularizados, e não esteja afastado o cenário ou hipótese de acionamento das garantias bancárias, no âmbito das competências do Sr. Presidente.-----

Na opinião dos membros da CDU esta discussão não foi conseguida, o Sr. Presidente não deu resposta, e insistirão na próxima reunião. Se o Sr. Presidente permitir a sugestão, pensam que valeria a pena que a câmara municipal pudesse reavaliar, dentro daquele levantamento efetuado, o que é que está recebido, que avaliação faz do que está recebido e do que não está, e como é que está a ser o comportamento das empresas privadas para a manutenção. -----

Há persistentes queixas relativamente à recolha dos resíduos sólidos, bem como dos resíduos sujeitos a tratamento diferenciado. -----

Agradeceu o Sr. Presidente, dizendo que tentará responder. Não sabe se alguma vez conseguirá responder de acordo com aquilo que o Sr. Vereador necessita, mas vai pelo menos esforçar-se.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
BALNEÁRIOS PÚBLICOS - ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU sabem que a freguesia de Alhandra se dirigiu à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, fazendo-lhe um apelo muito direito e muito premente para a resolução das instalações municipais conhecidas como os antigos balneários públicos de Alhandra. -----



A questão é de fundo, também, é que estas instalações, que são de grande dimensão e muito importantes para o desempenho do dia a dia das tarefas rotineiras daquela junta de freguesia, têm hoje problemas de conservação gravíssimos. -----

Assim, gostariam de saber qual vai ser a resposta do município, uma vez que esse conjunto edificado pertence à sua propriedade privada, e qual é a sua intenção, no sentido de reparar as graves situações que podem pôr em causa até a própria higiene e segurança do edifício. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta é uma matéria que irá tratar com o Sr. Presidente da junta, na medida em que enviou um ofício à câmara municipal em que, de uma forma muito alargada, propõe uma série de possíveis utilizações. -----

É preciso perceber o que se quer fazer, para depois verificar em que medida é que se pode avançar naquilo que é o pensamento da junta de freguesia. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
TOLERÂNCIA DE MEIO DIA CONCEDIDA ÀS TRABALHADORAS DA CÂMARA  
MUNICIPAL -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que gostaria de dizer ao Sr. Presidente, de uma forma muito tranquila, que não vale a pena fazer de conta que precisa dos membros da CDU, ou que gosta de os ouvir, só porque lhe fica bem, enquanto força política maioritária na câmara municipal. -----

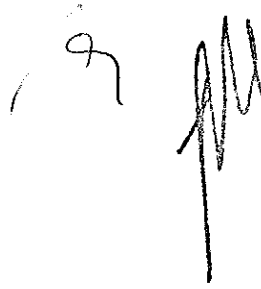
Consideram que é uma obrigação que têm e um compromisso participar na defesa do interesse das populações, é isso mesmo que têm feito, não só neste como em anteriores mandatos, participam sempre de forma construtiva, porém, muitas das vezes são confrontados com situações de política de facto consumado, e pensa que ficava bem ao executivo da câmara municipal ouvir as diferentes sensibilidades representadas, até porque, como se sabe, trata-se de um órgão de natureza colegial. -----

Foram confrontados com um convite fora de horas, para participar, numa segunda-feira passada, numa reunião com dirigentes da câmara municipal, e por acaso nenhum podia participar, nem participou, por razões de natureza particular ou profissional, mas mesmo que algum dos membros da CDU tivesse participado, e tivesse assistido àquilo que acabou por acontecer, o que diz, com toda a franqueza, é que, das duas uma, ou tentava encontrar rapidamente um “buraco para se enfiar” dentro dele, ou “pegava na malinha e punha-se a andar dali para fora”. -----

Pede desculpa pela franqueza com que coloca o assunto, mas considera absolutamente inaceitável o teor do despacho do Sr. Presidente, que confere aos trabalhadores do município de sexo feminino um meio dia para gozar até 30 de agosto, salvo erro, sendo esta uma benesse no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher. -----

Então foi o Partido Socialista que roubou o direito aos trabalhadores, e agora quer repor, fazendo isto? Até 30 de agosto, façam lá o favor, se quiserem, que somos umas pessoas simpáticas, de poderem tirar meio dia de descanso, mas só para as senhoras!” -----

Não vai fazer mais comentários, ainda bem que não participaram, nem têm



rigorosamente nada a ver com esse despacho, e não se reveem minimamente no seu teor, e consideram que é um populismo absolutamente inaceitável. Se o Sr. Presidente quer defender e valorizar os direitos dos trabalhadores desta câmara municipal, que fale com os membros da CDU, porque também com eles pode aprender muito. -----

Pede desculpa pela franqueza, e pede ao Sr. Presidente que assuma, por favor, com toda a delicadeza, a responsabilidade que o povo lhe confiou.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, sobre o “cheque tempo”, que é a opinião do Sr. Vereador Nuno Libório, e não vai comentar, sendo que a intenção da câmara municipal foi a melhor, mas não foi assim compreendida pela CDU. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que nem pelos trabalhadores.-----

Respondeu o Sr. Presidente que são alguns trabalhadores, porque a generalidade tem-se manifestado, e as mulheres que trabalham na câmara municipal e nos SMAS têm manifestado agrado sobre a decisão. Pode crer que certamente seria mais interessante dar uma rosa, mas se calhar é o executivo que está equivocado nesta matéria. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ao Sr. Presidente para repor o que retirou, ou repor o dia inteiro.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para não o interromper. Sabe onde é que o mesmo quer chegar, mas não vai por aí. O Sr. Vereador vai por onde quiser, mas não tem que o acompanhar. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, de facto, agora tem que se limpar toda aquela zona, e melhorar as condições de estacionamento na zona. -----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

A breve trecho ter-se-á o projeto, que vai ser realizado internamente para o efeito.-

*[Handwritten signature]*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM A CIMPOR -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que a última reunião de câmara foi na Central de Cervejas, como todos sabem, com o pretexto de ser uma forma de agradecimento desta câmara municipal a essa empresa, pela continuidade da sua contribuição social para o concelho.-----

A pergunta que os membros da CDU colocam é para quando uma reunião de câmara na Cimpor, que é o mesmo que perguntar em que pé está o protocolo de responsabilidade social que esta empresa detém com o concelho de Vila Franca de Xira. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não vê por que não, e que a ideia é mesmo essa, e se a Cimpor acolher a câmara municipal, naturalmente que se fará uma reunião de câmara na Cimpor, e talvez assim possam todos, de viva voz, dizer as preocupações e manifestar a incompreensão pela questão do protocolo ainda não ter tido seguimento. -----

Teve uma reunião com a Cimpor na semana passada, foram abordados todos os temas, mas a Cimpor o que quis falar com a câmara municipal foi sobre questões de instalações, que provavelmente poderão vir a ter um desenvolvimento decorrente de uma reunião que irá ter com o Sr. Presidente da junta, para analisar, tanto as reuniões que teve, como as que o próprio teve, para se perceber qual o melhor caminho sobre a matéria. -----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----

-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma questão que já referiu várias vezes. O advogado da câmara municipal está a tentar outra estratégia para se poder conseguir resolver este problema.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELOS MEMBROS DA CDU SEM RESPOSTA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que já na última reunião de câmara abordou o tema dos requerimentos apresentados pelos membros da CDU, e volta hoje a fazê-lo.-----

Desde o início do mandato a bancada da CDU apresentou 20 requerimentos. Pode parecer muito para muita gente, e em 5 meses dá 4 requerimentos por mês, um por semana. Tendo em conta que nem todos vão “bater” ao mesmo departamento, custa-lhe querer que se esteja com 2 meses de atraso nas respostas, considerando que é de todo inaceitável. -----

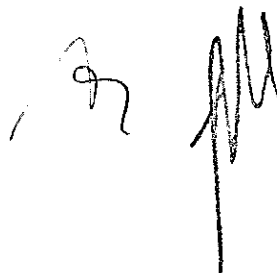
Os membros da CDU não querem também, nalguns casos, que se cumpra religiosamente aquilo que a legislação diz, que são 10 dias para responder aos requerimentos, porque há situações que requerem, realmente, mais algum estudo, aprofundamento, ou execução de documentos que são mais demorosos, mas 2 meses parece que é estar a extrapolar bastante.-----

Sem falar nos requerimentos, mas naquilo que são os compromissos assumidos nas próprias reuniões de câmara, se se lerem as atas desde o início do mandato, há uma série de assuntos recomendada aos serviços, uma série de compromissos assumidos pelo executivo, de fazer entrega, fazer chegar ou seja de que forma for, documentos à oposição, e quando diz oposição inclui logicamente a Coligação Novo Rumo, porque também tem esse direito e tem feito essas solicitações, e a verdade é que até agora não há nada. -----

Dá três exemplos muito práticos, no dia 5 de fevereiro fez-se uma reunião de câmara na Póvoa de Santa Iria, e nessa mesma reunião os eleitos do PS comprometeram-se a entregar, no âmbito do financiamento do QREN, um cronograma com toda a evolução financeira das obras construídas pelo financiamento do QREN, ou com essa ajuda, para que os vereadores percebessem os “timings”, e quando termina a responsabilidade do QREN, financeiramente, e começa a responsabilidade da câmara municipal, no sentido de saberem se os prazos estavam a ser ultrapassados ou não. Isto foi no dia 5 de fevereiro, e até hoje esse cronograma não lhes chegou. -----

Foi também solicitado aos serviços que fizessem chegar uma apresentação do





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata - **028**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

trabalho de recuperação do painel azulejar da fachada do antigo quartel dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria, mas até hoje não receberam rigorosamente nada.-----

Prometeram ainda fazer chegar uma minuta dos encontros de trabalho que se estavam a ter com o IGESPAR, a propósito da recuperação do património religioso, e a minuta dessas reuniões de trabalho até hoje não chegou. -----

Na última reunião de câmara, a propósito do programa de Ocupação de Jovens 2014, foram dadas orientações aos serviços para que fizessem chegar à oposição uma apresentação da ADN – Associação Dinâmicas com Nexo, no sentido de todos perceberem de que empresa se estava a falar, quem estava à frente, quem eram as pessoas, qual era o objeto social dessa empresa e tudo o mais, mas até hoje continuam sem receber rigorosamente nada. -----



Haveria mais, mas se fosse “por aí fora” iria esgotar muito mais tempo de que se permite ter. -----

Sabe que o Sr. Presidente tem o máximo respeito pela oposição, não tem a mínima dúvida, e esse respeito é mútuo, com toda a certeza, mas também tem que se refletir naquilo que é o trabalho que tem de ser dado à oposição, porque, ou se começa a pensar que ninguém liga nenhuma àquilo que o presidente diz, pois solicita que façam chegar, que seja entregue, e as coisas não acontecem, e não acredita que seja assim, ou então há qualquer coisa intrínseca no funcionamento, que tem de ser alterada rapidamente. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo-se à série de requerimentos que tanto uma bancada como outra têm feito chegar à câmara municipal, dizendo que para parte deles tem resposta, e passa a entregá-los, sendo que em muitas das matérias que foram colocadas as respostas estão lá. -----

Não há nenhuma desconsideração, muito pelo contrário, pela CDU, nem nenhuma outra força política, porém, as matérias são muitas, e nem sempre há condições, nos tais 3 dias, nem tão pouco nos 10 dias seguintes, de responder. De qualquer modo, neste momento, se as respostas não estão em 90%, andarà muito por aí.-----

Sobre o cronograma do QREN, solicita ao Sr. Vice-Presidente que diga aos seus serviços para o fazer chegar rapidamente aos Srs. Vereadores da CDU e também da Coligação Novo Rumo.-----



Sobre a questão da ADN, não sabe se o Sr. Vice-Presidente tem alguma informação, mas depois dirá. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, dizendo sobre a questão da ADN que houve duas apreciações feitas na última reunião de câmara, e foi feito exatamente o que foi dito.-----

Em primeiro lugar, a ADN não é uma empresa, é uma associação juvenil que desenvolve atividades nas casas de juventude do concelho, e conforme combinado na reunião de câmara foi colocada a informação, tanto no Portal da Juventude, como no Portal do Associativismo.-----

A ideia que ficou combinada na última reunião é que, sendo as associações juvenis associações juvenis não deveriam por isso estar apenas no Portal da Juventude, e portanto o que ficou combinado, e pensa que feito no dia seguinte, foi colocar toda essa informação "on-line", pelo que está disponível.-----

Pede ao Dr. Pedro Montes que imprima a informação que está no site conforme combinado, e que a remeta aos Srs. Vereadores da CDU. Contudo, fez-se o que foi combinado. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que não é necessário que se imprima nada e se entregue ao gabinete dos membros da CDU, porque ainda têm Internet no gabinete. Portanto, bastava tão simplesmente que os serviços tivessem feito chegar um e-mail ao gabinete, dando conta que a informação estava no site.-----

Se por alguma razão chamaram empresa à associação, não foi essa a intenção. A intenção era perceber que associação era, para a qual se tinha proposto um protocolo sem que tivesse vindo à reunião de câmara qualquer tipo de informação. Era tão somente ter feito o trabalho anterior, pois era da responsabilidade do Partido Socialista levar as coisas em condições, para que pudessem ser aprovadas de imediato. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE ORDENAÇÃO TOTAL DA RUA 25 DE ABRIL -  
FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, dizendo que gostaria de colocar algumas questões e também fazer uma proposta.-----

Em primeiro lugar, gostaria de questionar para quando a conclusão dos trabalhos de ordenação total da rua 25 de abril, no Forte da Casa, que tem a ver com o estacionamento automóvel e, ao mesmo tempo, finalizado este processo, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de obter informação sobre este tema. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo não saber se o Sr. Vereador António Oliveira tem alguma informação sobre esta matéria.-----



Fl. Ata , 031

Reunião de 2014/03/19

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

URBANIZAÇÃO DAS FAIAS – ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à urbanização das Faias, Arcena, em Alverca do Ribatejo, dizendo que chegou à Coligação Novo Rumo uma reclamação da respetiva urbanização, e os seus membros gostariam de saber o que a câmara tem planeado de intervenção na zona, já que a urbanização ainda não foi rececionada, e apresenta sinais de algum aluimento de terras. -----

Portanto, faria sentido, antes de fazer essa receção, fazer a correção, nomeadamente o empreiteiro que fez esta urbanização. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o diretor do departamento já dará alguma informação sobre esta matéria. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • **032**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
URBANIZAÇÃO MALVA ROSA – MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS - ALVERCA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a Alverca do Ribatejo, e à urbanização da Malva Rosa, onde se estão a verificar movimentações de terras na encosta que é visível para o lado da autoestrada. Assim, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que está autorizado naquela zona, que permita que andem lá as máquinas a fazer aquela movimentação de terras. -----

Gostariam também de saber para quando a receção total das obras de urbanização, e, conseqüentemente, o ponto de situação da última alteração à mesma, que foi aprovada há uns meses na câmara municipal. Gostavam de saber o ponto de situação, para depois poderem emitir uma opinião. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, como se recordará o Sr. Vereador, que a última alteração que aquela urbanização teve previa justamente uma saída, uma via, que vai ter próximo da rotunda do Alambique, e é justamente essa movimentação de terras, para a construção da via a que o Sr. Vereador Rui Rei alude. -----

Espera que assim seja, no âmbito daquela alteração, e também já na última zona de recuperação, salvo erro a 5-A, mas não tem a certeza, sem a qual não é possível fazer a receção total das infraestruturas da urbanização. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que neste momento a câmara municipal está a executar os projetos de especialidade, para desenvolver posteriormente as infraestruturas da urbanização.-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Já foram dadas indicações aos serviços para fazerem um levantamento fotográfico rigoroso, e não só, de toda a extensão intervencionada, para posteriormente se convocarem os responsáveis para uma reunião no departamento, para analisar caso a caso, e ver a quem cabem as responsabilidades.-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **036**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ECOBAIRROS – RUA DA REPÚBLICA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao Ecobairros, e à rua da República, na Póvoa de Santa Iria, voltando a colocar uma questão que colocou na última vez que esteve em reunião de câmara, relacionada com um projeto que existiu no início do programa Ecobairros, nomeadamente na zona da rua da República, que confronta com a rua de cima, onde eram as antigas instalações da junta de freguesia, onde está a sede da Columbófila e o antigo bar Globo, estava previsto um parque de estacionamento.-----

Portanto, mesmo que não venha a ser construído, pensa que a câmara municipal não deveria perder a oportunidade de adquirir todas as construções que ali estão, e criar, numa primeira fase, um espaço vazio, e de seguida aproveitar o espaço para arejar a zona antiga da Póvoa, até porque a maior parte daquelas habitações que ali se encontram está completamente devoluta, e isso faria, do ponto de vista da bancada da Coligação Novo Rumo, todo o sentido.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que pensa que o Sr. Vereador está a falar daquela zona onde está hoje o posto da EDP, encostado às casas que foram demolidas, que eram instalações da junta de freguesia. -----

Vai ter uma reunião com o representante da família Bessa, no sentido de ver se é possível chegar a acordo, porque também concorda que se teria tudo a ganhar em ter aquilo tudo limpo, e ter-se ali uma bolsa de estacionamento, ao fim ao cabo interligando com o trabalho que foi feito. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro- \_\_\_\_\_

Fl. Ata• 037

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA EX CERCIPÓVOA – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao atual estacionamento da ex Cercipóvoa, dizendo que foi lendo algumas coisas, que é exatamente o mesmo discurso que era feito aquando da sua passagem pelo departamento de obras municipais, e não impediu que se fizesse, à época, aquela intervenção, e que permitisse que a APAC, a instituição de crianças que ali se encontra, passasse a fazer a receção das crianças por esse parque de estacionamento.-----

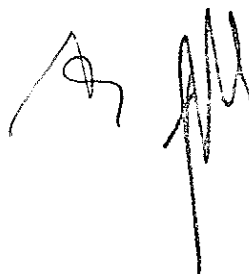
Quanto à questão do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, do seu ponto de vista, desde que não se faça uma determinada intervenção, nada impede que não se fizesse a intervenção que lá foi feita, ou se faça a intervenção de reforço de modelação de terras que tem de ser feita, e a cortina arbórea, que até era uma coisa que vinha escrita num documento do IGESPAR, bem como nada impede que seja reforçada a iluminação pública na zona, ou que aquele estacionamento seja reacondicionado, porque entretanto as chuvas e tudo o resto destruíram algo mais.-----

Nada impede que aquele espaço seja efetivamente entregue à população, para usufruto e estacionamento das suas viaturas, incluindo a possibilidade, aí sim, de na entrada que existe para o Palácio da Quinta da Piedade, serem removidas de lá as viaturas, e passadas para o parque de estacionamento, e esse acesso ao palácio ser pedonal, sem nenhuma viatura ali estacionada. -----

Considera que os trabalhadores do município, inclusivamente, têm todas as condições para executar esta obra com relativa rapidez. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que pediu aos serviços, não pondo em causa as recomendações do IGESPAR, para ver o que era possível em termos de iluminação pública, e fazer ali algum circuito, ao fim ao cabo mantendo mais ou menos o que está, e tentando recuperar, em parte, o projeto existente.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **038**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESTRADA DOS BALTARES -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à estrada dos Baltares, e a um artigo que leu, pensa que nos dois jornais locais do concelho de Vila Franca de Xira, que tem a ver, em primeiro lugar, com a lamentação da câmara municipal face à intervenção dos operadores. Não sabe por que é que a câmara municipal se lamenta da intervenção dos operadores quando tem todos os instrumentos à sua disposição para intervir e, se for caso disso, punir aqueles que intervêm sem autorização do município.-----

Pensou que isso era um assunto que estava ultrapassado, porque os serviços tinham criado mecanismos que não permitiam esse tipo de abusos, e é com alguma estranheza que verifica que as lamentações voltaram àquilo que eram no passado, mas não consegue entender por que é que voltaram, efetivamente, até porque quem prevarica deve ser imediatamente punido e impedido de realizar essas obras. -----

Isso aconteceu no concelho, com a Lisboagás, que foi impedida de realizar obras durante algum tempo, e não voltou a prevaricar nem a desafiar a autoridade do município. Portanto, não entende. -----

Olhando para a questão da estrada dos Baltares, houve dois pedidos, e do seu ponto de vista bem, para se fazerem obras em simultâneo, porque é assim que deve acontecer, uma intervenção da EDP – Energias de Portugal, e uma dos SMAS, mas se estiver enganado que o corrijam, só que pensa que a câmara municipal não cumpriu o regulamento aprovado em reunião, de intervenção no espaço público.----

Aparentemente há duas intervenções em simultâneo com abertura de duas valas, uma do lado esquerdo, outra do lado direito da via, e o que diz o regulamento de ocupação do subsolo, pelo que não acredita que se tenha autorizado sem invocar este regulamento e dizer às empresas o que teriam de fazer no dia a seguir a terminar a obra, é que a via teria de ser alcatroada toda de novo, quer com intervenção dum lado, quer do outro, conforme manda o regulamento municipal. ---

Desta forma, gostariam de saber e ver o processo de licenciamento, quer da EDP, quer o seguinte, e verificar por que é que não foi cumprido o regulamento aprovado nesta câmara municipal em 2010, se não está enganado, que define



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **039**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

regras muito claras para que estas situações não aconteçam, e não se tenha o dinheiro de todos a pagar obras de empresas privadas, ou públicas, que recebem e são pagas para as fazer como deve de ser, e não depois solicitar ao dinheiro público que vá, mais tarde ou mais cedo, corrigir os erros que vão sendo feitos e deixados para trás.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que há nuances que o Sr. Vereador António Oliveira irá explicar, e naturalmente que a estrada vai ser toda alcatroada, como a recomendação dos regulamentos existentes.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, e repetindo as palavras do Sr. Presidente, que foi efetivamente cumprido o regulamento municipal, bem como em todos os assuntos.-----

O Sr. Vereador Rui Rei focou uma intervenção dos SMAS, e provavelmente não estará devidamente informado, pois não é dos SMAS, é da Lisboagás e da EDP, sendo que quando este procedimento lhe chegou, para despacho final, em parcelar, movimentou e convocou a EDP e a Lisboagás, considerando o impacto que a intervenção teria naquela zona habitacional, face aos motivos em causa.-----

A reunião foi feita nos serviços, demonstrou-se a preocupação da câmara municipal, e já que a obra é para ser feita, e está feita, foi delineada uma cronologia, de acordo e com o conhecimento e presença na reunião da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, representada pelo seu presidente e tesoureiro, Afonso Costa e José Manuel Peixeiro, que acompanharam este processo.-----

A câmara municipal fez, perante essas duas empresas, alarde da sua preocupação, relativa à cronologia de execução da obra, exigindo logo ali, por escrito, que a intervenção obedecesse a compensações ou execuções, perante a reposição daquela via, a nível de lancis, calçada e pavimento. -----

Porém, “não há bela sem senão”, e como o Sr. Vereador sabe muito melhor que o próprio, na execução destas obras surgiu um gravíssimo problema ocasionado pela Lisboagás. Em toda aquela área de intervenção do empreiteiro na estrada dos Baltares, e os elementos que tem são os mapas das intervenções do piquete dos SMAS, é público, e já o disse, aconteceram 26 roturas, salvo erro, e mais 12, em toda aquela conduta.-----



Teve que se fazer um tratamento, e não é o facto de o piquete ir lá reparar e garantir no momento o que tem de ser feito, há consequências posteriormente, e como consequência imediata convocou a Lisboagás, a nível da administração, fazendo sentir o desagrado e a responsabilidade ocasionada no subsolo, na intervenção na conduta dos SMAS. -----

Os SMAS vão fazer a intervenção rápida e urgentemente, tal e qual a lei permite, e mais ninguém o poderá fazer, tendo em conta as ligações, sendo obrigados a colocar uma conduta nova, tendo sido informada a própria junta de freguesia e a população. Este processo dividiu-se em duas partes. Em primeiro lugar, o empreiteiro que estava a trabalhar para a Lisboagás já foi notificado para o pagamento das 26 roturas. -----

O que lhe interessa, neste momento, é a reposição da ligação, e o fornecimento em condições, porque não podia permitir a colocação de um pavimento, sabendo em que estado ficava aquela conduta, pelo que vai ser feita de novo, e a Lisboagás vai fazer o pavimento tal e qual como estava combinado e tratado no início do processo, sendo que toda esta despesa global vai ser remetida à Lisboagás. -----

Sabe-se perfeitamente, e já foi demonstrado pela administração da empresa, que o assunto vai acabar em tribunal, mas cá se estará para dirimir a ação, mas o certo e sabido é que, neste momento, aquela empreitada tem de ser executada e concluída, para bem das populações. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo a resposta do Sr. Vereador António Oliveira. Nada tem a apontar, coloca apenas uma questão, que eventualmente pode ser só de precisão. Do seu ponto de vista a câmara municipal não tem que enviar fatura nenhuma ao empreiteiro da Lisboagás. O empreiteiro da Lisboagás é um mero veículo da execução da obra da Lisboagás. A câmara municipal autoriza a obra à Lisboagás, não ao empreiteiro. O interface da câmara municipal é a Lisboagás, que é quem tem de pagar as 26 roturas, e a conduta nova. -----

Está completamente de acordo com o que foi descrito, com os procedimentos que foram feitos, só com um senão. Do seu ponto de vista, a câmara municipal, quando aconteceu isso, devia ter mandado parar a obra, e, ou a Lisboagás escrevia que pagava, ou não executava mais a obra, não existindo outra forma de o fazer. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata - **041**  
Reunião de 2014/03/19  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Com este tipo de pessoas que representam um conjunto de entidades, que após executar uma obra não assume a sua responsabilidade e vai parar a tribunal, do seu ponto de vista a câmara municipal deveria repensar, como se fez no passado, a forma de licenciamento para com a Lisboagás. A câmara municipal tem vários orçamentos da Lisboagás, que a empresa apresentou para que a autarquia lhe pagasse mudança de condutas. Não está a falar de cor, sabe exatamente do que fala, e umas situações a câmara municipal não pagou, mas outras, no passado, pagou, e do seu ponto de vista erradamente. -----

A Lisboagás não pode querer “sol na eira e chuva no nabal”, ou seja, quando é uma obra da câmara municipal, a mesma paga, e quando é uma obra da empresa, esta faz tudo. -----

Já agora, julga que se poderia notificar a Lisboagás para verificar a conduta que passa na rua Serpa Pinto, com o cruzamento da rua que está exatamente em frente, a Pedro Victor, para ver onde passa a conduta da Lisboagás, e quem autorizou a passagem da conduta ali. Pensa que ninguém foi na câmara municipal. Está à vontade, porque foi, inclusivamente, antes do próprio exercer funções na área, e ninguém na câmara municipal autorizou. Quando diz que estes senhores têm que ser disciplinados, têm de o ser a sério, porque se fosse uma entidade qualquer, uma outra entidade qualquer ou um cidadão qualquer, teriam problemas. Considera, para futuro, que para estes senhores, quando cometem este tipo de erros, a obra deve parar imediatamente. Não pode continuar, porque estes senhores usam do seu poder de influência e pressão sobre as entidades, nomeadamente sobre a câmara municipal.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que mais tarde se poderá voltar a esta matéria, que é importante. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

**PROPOSTA N.º 01/2014**

**Comissão Organizadora do 40º Aniversário do 25 de Abril**

Este ano Portugal comemora o 40º aniversário do seu último e mais conhecido golpe de Estado, rapidamente transformado numa revolução. No dia 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa dava adeus a uma ditadura de 48 anos.

Enquanto Vereadores da Coligação Novo Rumo, estamos disponíveis para um trabalho conjunto que permita celebrar o 40.º aniversário do 25 de Abril com toda a dignidade que a ocasião merece. E esta ocasião merece um programa de iniciativas e actividades, que tenha início dia 25 de Abril, mas que se mantenha até ao final do ano de 2014.

Identificamos duas linhas orientadoras para o 40.º aniversário da revolução dos cravos, nomeadamente, uma componente de debates sobre temáticas ligadas ao poder local, cujo objectivo é convidar 40 personalidades para debater o futuro, e uma outra cujo objectivo é a evocação de 40 instituições/personalidades com intervenção reconhecida no Concelho.

É neste contexto que os Vereadores da Coligação Novo Rumo têm a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira delibere:

- Que seja constituída uma Comissão Organizadora do 40º Aniversário do 25 de Abril, composta por um elemento de cada Grupo Político com assento na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Que o objectivo principal desta Comissão seja elaborar um programa das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril para o Concelho de Vila Franca de Xira, colaborar com todos os organismos e instituições que no território concelhio pretendam assinalar a data, através do trabalho conjunto entre eleitos e técnicos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

*Vila Franca de Xira, 19 de Março de 2014*

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

**Rui Rei**

**Helena Pereira de Jesus**





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BURACOS NA VIA PÚBLICA - PÓVOA DE SANTA IRIA E VIALONGA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, cumprimentando todos os presentes, dizendo ter quatro questões e uma proposta para apresentar.-----

Em primeiro lugar, na última reunião de câmara de 5 de março, realizada na Central de Cervejas, onde o Sr. Presidente não esteve, os membros da Coligação Novo Rumo, aquando a discussão do ponto 24, que tinha a ver com a indemnização de um sinistro numa via na Póvoa de Santa Iria, na avenida Dom Vicente Afonso Valente, questionaram quem tinha feito tal intervenção, e se tinha ideia de quem tinha tapado o buraco. -----

O Sr. Vereador António Oliveira disse que iria averiguar, e entretanto gostariam de saber se já sabe quem fez as intervenções naquela via, a desconhecimento da câmara municipal e do SMAS. -----

Nesse âmbito, há 3 anos, quando foi alcatroada a estrada do túnel de Vialonga, ficaram lá alguns buracos. No dia em que foi alcatroada foi lá um camião, que avariou e danificou o pavimento. A situação foi identificada, e o Sr. Vereador Vale Antunes, à época, ficou de avaliar, mas os buracos continuam lá.-----

Desta forma, gostariam de saber qual o resultado, quem pagou, e por que é que ainda nada foi feito, ou se foi feito, e os buracos voltaram a abrir. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sobre o buraco da avenida Dom Vicente Afonso Valente não tem informação, mas julga que o Sr. Vereador António Oliveira tenha, bem assim como a estrada de Vialonga. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando os presentes, e dizendo, quanto ao sinistro na avenida Dom Vicente Afonso Valente, e ao que foi falado na última reunião, que depois de ter ido ao local verificou que a resposta que tinha dado não foi precisa, porque foi uma intervenção dos SMAS a reposição daquele pavimento. Como foi afirmado, é uma área que vai ser intervencionada, tendo a reposição sido feita pelo piquete do SMAS. -----

-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Ata\* 044

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

ESTACIONAMENTO JUNTO DA ABEIV - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que na reunião de 5 de março o Sr. Vereador João de Carvalho perguntou, no período antes da ordem do dia, sobre a questão do estacionamento junto à ABEIV – Associação para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vialonga, e ainda não foi respondida. -----

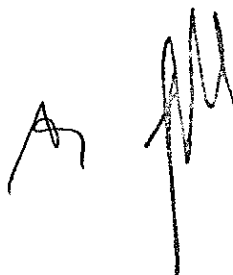
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se fez um estudo, e é uma questão agora de lançar o processo. Havia uma questão que tinha a ver com a linha de água que estava próxima, e já está resolvida essa matéria. -----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que infelizmente as tabuletas ainda não foram retiradas, têm que se retirar. Assim, recomenda aos serviços que rapidamente retirem as tabuletas que ainda estão a informar do antigo hospital e já não deviam lá estar.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
REQUERIMENTO SOBRE AS AUGI – PEDIDO DE INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM  
DO DIA DA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, apresentando um pedido dos  
membros da Coligação Novo Rumo, de inclusão de assunto na ordem do dia, para a  
próxima reunião de câmara, um requerimento que apresentam hoje por escrito ao  
Sr. Presidente, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----

Trata-se da inclusão de um ponto que tem a ver com a análise, em conjunto, do  
ponto de situação dos processos de reconversão e regularização em curso relativos  
às AUGI do concelho de Vila Franca de Xira.-----

Já tinham solicitado o ponto de situação na última reunião de câmara, também não  
lhes foi entregue, e tinham pedido os contactos das respetivas comissões de  
administração conjunta, que também ainda não foram fornecidos. -----

Deste modo, gostariam que fosse incluída na próxima reunião de câmara a análise  
do ponto de situação, para lhes ser dado o devido conhecimento de todos os  
processos de reconversão e regularização relativos às AUGI do concelho.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que crê que pelo menos pediu que o  
trabalho que lhe foi presente fosse entregue aos Srs. Vereadores ontem, e não  
sabe se já chegou ou não. De qualquer modo, é um trabalho muito circunstanciado,  
que enviou, tanto para uma força política, como para outra, e refere todas as  
questões que estão pendentes, e outras em desenvolvimento.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

**REQUERIMENTO N.º 05/2014**

**Pedido de Inclusão de Assunto na Ordem do Dia da próxima Reunião de Câmara**

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

As AUGIs têm sido uma preocupação constante da Coligação Novo Rumo ao longo dos anos.

A informação que temos sobre este assunto está desactualizada, e datada de Novembro de 2012.

Na última Reunião de Câmara, a vereadora Helena Pereira de Jesus da Coligação Novo Rumo solicitou um relatório actualizado do ponto de situação de cada Área Urbana de Génese Ilegal, bem como os contactos das Respectivas Comissões de Administração Conjunta, elementos que ainda não nos chegaram.

Assim, e ao abrigo do número 1 do Artigo 53º da Lei 75/2013, os Vereadores da Coligação Novo Rumo vêm solicitar o agendamento, para a próxima reunião da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira do seguinte ponto:

“Análise do ponto de situação em que se encontram os processos de reconversão e regularização em curso, relativos às AUGIs do Concelho de Vila Franca de Xira.”

Solicitamos, ainda, que a Câmara Municipal entregue, junto com a Documentação da próxima Reunião de Câmara, toda a documentação necessária para a correcta análise do ponto de situação das AUGIs.

Vila Franca de Xira, 19 de Março de 2014

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

**Rui Rei**

**Helena Pereira de Jesus**



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PROPOSTA DE TOMADA DE POSIÇÃO – PELA DENÚNCIA DO ACORDO DE  
COOPERACÃO DA EPAL COM A MEKOROT -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apresentando uma proposta de tomada de posição dos membros da CDU, que solicita que seja agendada para a próxima de reunião de câmara, referente a uma parceria estabelecida entre a EPAL – Empresa Pública de Águas Livres, e uma empresa estrangeira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

*Em anexo para a próxima reunião de Câmara ordinária.*  
*A. Mendes*

**Proposta de tomada de Posição  
Mandato 2013-2017**

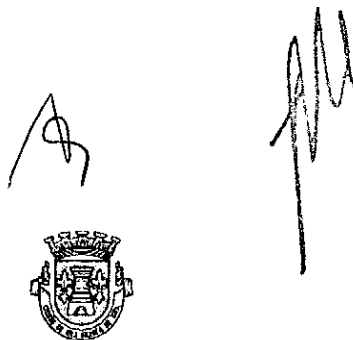
**Pela denúncia do acordo de cooperação da EPAL com a Mekorot**

A EPAL - Empresa Pública de Águas Livres - sociedade de capitais públicos do Grupo Águas de Portugal, assinou, em 2009, um acordo de cooperação com a companhia nacional de águas de Israel, a Mekorot, nos domínios da segurança dos sistemas de abastecimento de água. Durante o ano de 2014, esse acordo pode ser denunciado por qualquer uma das partes ou renovado de forma tácita.

Fundada em 1937, a Mekorot, assumiu das autoridades militares de Israel, em 1982, a gestão do sistema de abastecimento de água nos territórios palestinos ocupados em 1967 este quadro e com recurso aos instrumentos militares herdados daquele período, a Mekorot desempenha uma função estratégica na política de colonização dos territórios palestinos ilegalmente ocupados, desviando ilegalmente a água dos aquíferos palestinos para abastecer os colonatos israelitas e as bases militares que as protegem, em detrimento das populações que aí vivem há séculos e que deixaram de ter acesso às suas próprias nascentes, assegurando a integração dos colonatos no sistema de abastecimento de água de Israel e impedindo a construção, e manutenção das infra-estruturas que servem a população palestina, em particular a que vive na chamada zona C. O mapa do sistema nacional de água que a Mekorot apresenta no seu portal mostra Israel e os territórios palestinos ocupados como sendo um único território, ignorando a fronteira anterior à guerra de 1967 reconhecida por organismos internacionais, como a ONU e a UE. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, de Março de 2012, o consumo médio de água em Israel e nos colonatos israelitas é de cerca de 300 litros diários per capita, ao passo que para a população palestina esse valor situa-se em cerca de 70 litros, muito abaixo do valor padrão de 100 litros diários per capita recomendados pela Organização Mundial de Saúde ([http://unispal.un.org/pdfs/OCHA\\_PaWatersSprings.pdf](http://unispal.un.org/pdfs/OCHA_PaWatersSprings.pdf)).

Assim, considerando que:

- a) De acordo com os princípios e normas aceites do direito internacional, nenhum estado deve reconhecer legalidade, prestar apoio ou assistência, a situações consideradas como violação de normas perentórias da lei internacional (Resolução n.º 56/83, de 12 de Dezembro de 2001, da Assembleia Geral das Nações Unidas, art. 41º);
- b) a colonização por Israel dos territórios palestinos ocupados em 1967 é considerada como um acto ilegal, à luz do direito e da legalidade internacional;



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

- c) o direito à água e ao saneamento básico, considerado como um direito humano essencial ao pleno gozo dos restantes direitos humanos, consagrado na resolução n.º 64/292 da Assembleia Geral da ONU, adoptada no dia 28 de Julho de 2010, que reitera, nessa medida, a responsabilidade dos estados na garantia, e promoção de todos os direitos humanos;
- d) a União Europeia aprovou normas, com efeitos a partir de 2014, que proibem o financiamento de entidades israelitas e de actividades levadas a cabo por entidades israelitas que incidam sobre os territórios palestinos ocupados por Israel, desde Junho de 1967 (Jornal Oficial da União Europeia. 19.07.2013);
- e) em Agosto de 2013, o banco Nordea, de capitais sueco-noruegueses, excluiu da sua carteira de clientes a empresa Cemex, a terceira maior produtora mundial de cimentos, responsável pela exploração ilegal de recursos naturais não renováveis na Margem Ocidental do rio Jordão; em Setembro de 2013, uma empresa holandesa, a Royal HaskoningDHV, rompeu o contrato que mantinha com o Município de Jerusalém para a construção de uma estação de tratamento de esgotos que iria servir os colonatos ilegais de Israel nos territórios palestinos ocupados em 1967; mais recentemente, a Vitens, empresa de águas da Holanda, seguindo uma recomendação do governo do seu país, denunciou o acordo de parceria que mantinha com a Mekorot;
- f) a Constituição da República estabelece que Portugal pauta as suas relações externas pela observância dos princípios da "da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade", e prevê que "as normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português";
- g) Portugal votou favoravelmente a resolução A/67/L.28 da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada no dia 29 de Novembro de 2012, e onde, depois de se reafirmar o direito do povo palestino à auto-determinação e à independência do Estado da Palestina nos territórios palestinos ocupados em 1967, se reconhece à Palestina o estatuto de estado observador não membro nas Nações Unidas.
- h) no seu Código de Ética e Conduta, a EPAL afirma defender e pugnar, entre outros, pelos princípios e valores da legalidade, responsabilidade social, sustentabilidade, e respeito pela pessoa humana;




A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida no dia 19 de Março de 2014, delibera:

Recomendar à EPAL que denuncie o acordo de cooperação que mantém com a empresa de águas israelita Mekorot, dadas as responsabilidades desta empresa na colonização ilegal levada a cabo por Israel dos territórios palestinos ocupados em 1967.

Vila Franca de Xira, 19 de Março de 2014

Os vereadores da Coligação Democrática Unitária "CDU"

  
Nuno Libório

  
Ana Lúcia Cardoso

  
Aurélio Marques

  
Paulo Rodrigues

No caso de ser aprovada, esta proposta deve ser enviada aos Conselhos de Administração da EPAL e do Grupo Águas de Portugal, aos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e dos Negócios Estrangeiros, aos Grupos Parlamentares e às Comissões Parlamentares de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, às Câmaras e Assembleias Municipais de todos os Municípios abastecidos, directa ou indirectamente, pela EPAL, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Município da Vila Franca de Xira, à comunicação social nacional e local.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
DESASSOREAMENTO DO RIO TEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, pedindo desculpa por interromper o Sr. Presidente, mas esqueceu-se de uma questão, que já não pede que se responda agora, só se houver tempo, relativa ao desassoreamento do rio Tejo, da zona do jardim Constantino Palha, dos inertes e Alhandra.-----

A questão já vem do tempo da anterior presidente, que disse que resolvia, e o próprio já trouxe o assunto à reunião de câmara, tendo o Sr. Presidente respondido que havia dificuldades na questão da APA – Agência Portuguesa do Ambiente.-----

Desta forma, a resposta pode ficar para a outra reunião, mas deixa já a situação exposta.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que responderá já, pela grande simpatia que tem pelo Sr. Vereador.-----

Não se pode desassorear como se fazia no passado, em que chegava ali uma draga e desassoreava. Hoje são necessários requisitos de carácter técnico e estudos hidrológicos, sendo que neste momento o Instituto Hidrográfico já enviou o orçamento, para fazer esse mesmo estudo.-----

Tem-se também já o orçamento para o desassoreamento, o trabalho propriamente dito, tanto em Vila Franca de Xira como em Alhandra. O estudo custa mais que o trabalho, salvo erro custa 59 000,00€, e o desassoreamento da zona de Vila Franca de Xira está orçamentada em cerca de 30 000,00€, e o de Alhandra em cerca de 20 000,00€, dando tudo junto mais de 100 000,00€.-----

Quando se tiver o estudo, é uma matéria em que se irá avançar, e só não avançou porque, quando se começou a querer intervir, foi exigido esse estudo hidrológico, e com razão, porque a intervenção não pode ser feita de qualquer modo. Os resíduos depois têm de ser tratados, e há uma série de circunstâncias que hoje é exigível e que lhe parece correta.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

Posteriormente informou a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que os membros da CDU já não pretendem intervir no ponto 28. -----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº **149**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de câmara de 2014/03/05.--

A



Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2013 –  
RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -----

Presente para aprovação o documento de prestação de contas da câmara municipal do exercício de 2013, constituído pelo Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, o qual se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e posterior remessa à assembleia municipal para apreciação e votação nos termos da lei.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando que se possa falar e intervir sobre os pontos 2 a 7, seguindo depois, naturalmente, as votações individuais de cada ponto.-----

O próprio fará uma intervenção, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS fará a sua, e os Srs. Vereadores farão as suas próprias intervenções sobre os relatórios de gestão de 2013 e respetivas demonstrações financeiras. -----


Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não lhe parece correto que o Sr. Presidente queira agregar a discussão do ponto 2 ao 7, pois são coisas totalmente distintas, e quanto muito faz-se a discussão conjunta do ponto 2 ao 4, inclusivamente, e é isso que se vai discutir, propondo os membros da CDU que assim seja. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que há uma matéria para a qual quer desde já solicitar a compreensão dos Srs. Vereadores, que tem a ver com a substituição da página 22 do relatório de gestão da câmara municipal, pois no primeiro parágrafo há um lapso, e onde está 94,07% dever-se-ia ler 77,80%, bem assim como da página 65, em que há uma precisão a fazer na “previsão corrigida”. O valor não é esse, e depois a Drª Nélida Soares explicará, será outro, de acordo com a nova página que agora está a ser distribuída. São questões de precisão, que não alteram em nada o conteúdo geral do relatório. -----

De seguida, iniciou a sua intervenção sobre a prestação de contas da câmara municipal, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se não fosse tão sério este momento os membros da CDU até estariam tentados a fazer alguns comentários um pouco para descomprimir alguma pressão que sentem. -----

Ainda bem que o espelho que os Srs. Vereadores do PS utilizaram não se partiu,



porque há muito tempo que o próprio não era testemunha de uma intervenção de tão profundo autoexercício para o autoelogio do PS sobre as suas matérias, o que aliás é consequência do “quero, posso e mando”: “o PS é que sabe, o PS é que faz, o PS tem tudo para dar, e o resto é paisagem”. -----

Portanto, ao Sr. Presidente e ao Partido Socialista gostariam de dizer que este discurso é certamente elaborado, mas resulta de uma qualquer encomenda proveniente de um qualquer sítio, que não significa aquilo que efetivamente existe no concelho de Vila Franca de Xira, e, de uma forma absolutamente inaceitável, assume um violento descomprometimento em relação às verdadeiras situações, problemas e necessidades do concelho. -----

Registam também, antes de entrarem na discussão mais em detalhe, duas ausências absolutamente preocupantes. O Partido Socialista insiste em não criticar ou não “beliscar” a política do Governo, que tanto mal este, e o anterior, fizeram, fazem e querem continuar a fazer às populações do concelho. -----

Falam naturalmente do desinvestimento público, das promessas de investimentos para a resolução de problemas absolutamente prementes para a qualidade de vida, futuro e desenvolvimento do concelho, bem como uma também preocupante ausência de crítica em relação àquele que é hoje considerado o maior ataque ao regime democrático, e ao poder local em particular, para não falar de uma completa ausência de sensibilidade e solidariedade para com o universo dos trabalhadores da administração pública, designadamente a local, que tem sido o “bode expiatório” da política de direita deste Governo. -----

É o PS no seu melhor, dizendo que faz, mas fugindo às suas verdadeiras responsabilidades. -----

Tinham uma expectativa, ainda pensavam que era possível hoje falar do concelho em que vivem, do concelho que é vivido por mais de 130 000 pessoas, e que muitos milhares utilizam para poderem trabalhar. Infelizmente essa não foi opção do Partido Socialista, que preferiu fazer uma intervenção reportada a uma época muito definida no tempo, de perfeita simpatia clubística para com o seu posicionamento político-partidário sobre a matéria. -----

Registam outro momento muito importante, as parcerias que o PS fez, que sem qualquer tipo de hesitação afirmou que sempre privilegiou o PSD e a política de



direita para, nos momentos mais difíceis, e nos outros mais frequentes, criar condições para a governação e estabilidade da câmara municipal, rompendo com uma tradição deste concelho, que era a de partilhar responsabilidades com todos, entre todos e de uma forma absolutamente democrática, para que os executivos, sendo colegiais, funcionassem de acordo com as representatividades sufragadas em urna.-----

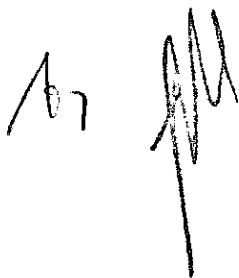
No que ao desenvolvimento económico do concelho diz respeito, seria bom que o Partido Socialista, hoje, assumisse o falhanço da sua política sobre essa matéria, e não devem vir dizer aos membros da CDU que as câmaras municipais não têm responsabilidades no fomento e desenvolvimento económico, porque isso, não só não é credível, como não é verdadeiro, se se tiverem em linha de conta as verdadeiras competências da câmara municipal.-----

Por que razão, por exemplo, será um dos poucos municípios do país que não dispõe de um gabinete de apoio ao investidor? Quando falam do gabinete de apoio ao investidor, é para ser dotado de meios, com capacitação, dotado de infraestrutura humana e técnica, por forma a possibilitar a simplificação de todos os procedimentos que se prendem com o licenciamento e a instalação de atividades económicas. De facto, esse gabinete, não só não existe, como continua a ser opção do PS que continue a não existir.-----

Sabem provavelmente que também Vila Franca de Xira é um dos poucos concelhos do país que não dispõe de uma estrutura-tipo, incubadora de empresas ou de apoio à criação do autoemprego, para promover o empreendedorismo, para combater o desemprego prolongado e estimular novas oportunidades.-----

Vila Franca de Xira será, provavelmente, um dos concelhos que, em contraponto com as opções anteriores, mais investimentos e benesses deu aos grandes grupos privados, que muito sabiamente se instalaram nos últimos anos no concelho, beneficiando inclusivamente de investimentos públicos.-----

Entendem que é bom recordar o dinheiro público que foi gasto para a plataforma logística, que não deu em nada, que não “plantou” os mais de 25 000 postos de trabalho que ameaçava “plantar”, e que, por outro lado, obrigou o município de Vila Franca de Xira, por exemplo, a deixar de fazer a variante de Alverca, para utilizar a sua capacidade de empréstimo para fazer a estrada para a Abertis,



estando hoje a empresa com outro nome. -----

Podiam falar, por exemplo, do Portugal Logístico, em que inclusivamente, sobre a mão do anterior Governo do PS, também se disse que o concelho estava às portas ou à entrada da zona de Lisboa, que teria todas as condições para se afirmar nesse campo de desenvolvimento económico, e que inclusivamente o Sobralinho poderia ser uma área de opção estratégica. Assim, até em contradição com a opção do Governo, na altura da mesma cor política, esta câmara municipal optou por um erro, uma atitude que se veio a revelar absolutamente fatal, que foi determinar que as zonas industriais e económicas fossem transformadas para áreas fundamentalmente de habitação. Hoje, na Previdente, não há nada, e continuar-se-á a não ter, enquanto for a especulação imobiliária a dominar os interesses de desenvolvimento instalados no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Já não falam das imensas áreas devolutas, que hoje poderiam ser áreas produtivas, geradoras de emprego, e sobre as quais, não só registam uma preocupantíssima ausência de resposta e de atitude por parte da câmara municipal, como até parece, recordando o exemplo das grandes superfícies comerciais na zona sul do concelho, e não havendo hoje interesse desses investidores para fazer esses tantos centros comerciais, que a autarquia nem sequer se questiona se não está na hora de revogar decisões, e de possibilitar a entrada de novos investimentos, ou de estimular novos investimentos no concelho. -----

Prosseguiu, dizendo que um importante fator, que poderia também fazer muito pelo concelho, é o do turismo, e quando olham para o relatório de gestão não se deixaram impressionar pela dimensão de alguns dos dados que são manipulados, do ponto de vista político, e que não traduzem, efetivamente, a realidade do concelho. -----

Na área do turismo o PS mantém o preconceito de que as iniciativas centrais são na sede do concelho e o resto não existe. Todas as iniciativas que aparecem como sendo iniciativas de marca turística, são todas na sede do concelho, por sinal mal divulgadas e com má promoção, sendo que com isso perde o concelho, de uma forma dupla. Por um lado, porque perde coesão, afasta população do consumo de atividades culturais e de outras atividades, que poderiam proporcionar um enriquecimento social e também económico, a todos quantos vivem ou querem





visitar o concelho, por outro, por não saber sequer promover aquilo que é o concelho, distinguindo-se dos outros pela positiva, através das próprias realidades culturais. Falam naturalmente da Feira de Outubro, Semana da Cultura Tauromáquica, Colete Encarnado e por aí adiante, para não falarem de um turismo, por exemplo, na área da natureza, que continua por explorar, e que seguramente outro concelho não terá tantas condições de desenvolvimento como tem o de Vila Franca de Xira. -----

Quanto ao planeamento e qualificação urbanas, no concelho, deixam muito a desejar, sendo que a CDU insiste na importância de se rever rapidamente o Plano Diretor Municipal, por um lado. Por outro, questionam como é possível investir nestes bens, do planeamento e qualificação urbanas, estando este município agarrado a planos estratégicos absolutamente desfasados da realidade em que hoje todos se encontram. -----

Esses planos estratégicos que suportaram a revisão do Plano Diretor Municipal insistiam numa tese que falhou, que era a tese da especulação imobiliária, do Portugal Logístico, e das infraestruturas consequentes com a construção do novo aeroporto de Lisboa. Portanto, se o PS não percebe que está na hora de rever estes importantes instrumentos de gestão do território, de duas, uma, ou tem intenção de fazer mal ao concelho, ou está completamente desfasado da realidade em que se encontra, o que é grave. -----

Falou-se das parcerias, e gostariam de destacar uma delas, a parceria com os investimentos imobiliários para usufruir do quadro comunitário de apoio, porque se se olhar para o QREN, e o investimento que o mesmo fez no concelho, nem é preciso encontrar muitos exemplos, é universal, todo o QREN no concelho de Vila Franca de Xira, nos últimos 5 a 6 anos, teve sempre como compromisso a aprovação de uma qualquer urbanização em zona ribeirinha. -----

Ao falar na requalificação da frente ribeirinha da zona sul, é verdade que está lá um parque urbano, bonito, por sinal, e felizmente bem frequentado, mas como compromisso de uma grande urbanização, de mais de 700 fogos, em plena zona de leito de cheia. -----

Ao falar da requalificação da frente norte do concelho, reportam-se à zona de Vila Franca de Xira, e falam concretamente da Nova Vila Franca, cuja promessa de



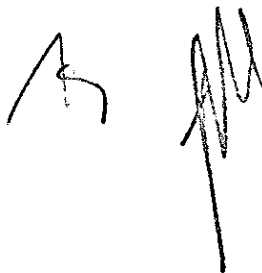
construção de um parque urbano continuou e está dependente da aprovação de mais um empreendimento de natureza imobiliária, com outras implicações muito graves, pois há infraestruturas de saneamento, as ETAR, estações de tratamento de águas residuais, que estão construídas em solo privado, e que não estão pagas. Resultam de compromisso, alguns de trinta e um de boca, sabe-se lá porquê, do “deixem-me lá construir esta estação de tratamento de águas residuais, que em sede de revisão do PDM ou em sede de licenciamento”, se não conflituar com o plano diretor municipal, como aquilo que o PS tentou fazer com as zonas das salinas em Alverca, “lá conseguiremos resolver o imbróglio em que metemos este município”, que pode ter de pagar muitos milhões de euros por conta de infraestruturas que construiu e mandou construir em terrenos privados. -----

Já não vão falar da nova biblioteca de Vila Franca de Xira, não vão entrar mais nessa discussão, e cá estarão para também serem frequentadores assíduos da biblioteca de Vila Franca de Xira, que, custando o que custou, mais de 5,5 milhões de euros, teve também como compromisso, e obrigação, de se querer aprovar, e conseguiu-se, uma urbanização na zona ribeirinha. -----

Terminou, referindo ser com preocupação que assistem a que a requalificação urbana continua a não ser prioridade do PS, e aos membros da CDU preocupa uma outra situação, é que se tem o limite de meados de 2015 para resolver o problema das áreas urbanas de génese ilegal, e a câmara municipal tem de entender esta como uma missão prioritária, dotando de meios financeiros e materiais o serviço existente, para que possa resolver em tempo útil este grave problema, porque se continuar nesta situação de desvalorização dos pactos de associação, como é prática do PS, insiste num erro, e não vai conseguir resolver o problema das AUGI. - No que respeita à prevenção e conservação do território, há mesmo muito para fazer, e aquilo que mais identificam é a prevaricação, a ilegalidade constante, e a incapacidade da câmara municipal de fazer cumprir a lei. -----

Há, no concelho de Vila Franca de Xira, um conjunto semeado de ilegalidades, desde ocupações na várzea a licenciamentos arbitrários, que prejudicam o interesse do concelho, e que acima de tudo dão muito mau exemplo para quem quer investir ou trabalhar com seriedade no concelho. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que estava convencida



que a liberdade tinha chegado no dia 25 de Abril de 1974, mas afinal enganou-se, chegou em dezembro de 1997, já com 23 anos de atraso no concelho de Vila Franca de Xira. Parece que de repente “das trevas se fez luz”, e que no concelho até 1997 viviam todos numa escuridão tremenda, a CDU ganhou as eleições até então, e durante 21 anos as pessoas deste concelho não perceberam o erro que estavam a fazer a si próprias dando confiança a esta força política, até que em dezembro de 1997 as coisas alteraram-se, e as pessoas perceberam finalmente qual era o caminho da verdade. -----

Gostaria de se recorrer e recordar, e talvez não tanto ao Sr. Presidente, que em 1997, já com a CDU, partilhava as responsabilidades na governação deste concelho, e portanto foi também corresponsável nas suas palavras das “trevas” em que se vivia no concelho, de uma publicação da autoria do Partido Socialista, assinada pela Srª Presidente já citada hoje, que na área do ensino dizia que em 1974 não havia rede escolar de pré-primário, na altura, hoje pré-escolar, existiam 2 salas de escolas preparatórias e 2 escolas secundárias. -----

O “concelho das trevas”, que os membros do PS herdaram, em 1997 tinha 11 salas de pré-escolar, 29 salas de primeiro-ciclo, 6 escolas de segundo-ciclo e 9 escolas de ensino básico e secundário, portanto, as “trevas” de facto, aqui, são completamente notórias. -----

Relativamente aos equipamentos sociais, vivia-se num ambiente de “trevas” com 6 museus e núcleos museológicos, 5 bibliotecas, 8 espaços de exposição e 40 espaços polivalentes com 100 ou mais lugares.-----

Sobre a ação social, havia 14 equipamentos de infância, 14 equipamentos de idosos, 3 para deficientes, e 17 equipamentos de saúde.-----

Depois, quanto às iniciativas de vários âmbitos, havia a Xira Infantil, à Descoberta do Património, Receção aos Professores, Temporada de Música, Colete Encarnado e Feira de Outubro, Salão do Cavalo, Festa da Alegria e da Limpeza, Xira Jovem, Semana da Cultura Tauromáquica, Vila Franca de Xira 2000, Exposição Internacional de Gatos, Cruzeiro do Tejo, Travessia Baptista Pereira, Motonáutica, Férias Jovens, Festival de Teatro, Feira do Melão, Salão do Artesanato, Prémio das Lezírias, Encontro de Bandas do Concelho, Dia Municipal do Bombeiro, Festa da Flor, entre outros.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro--

Fl. Ata • 058

Reunião de 2014/03/19

Procº

Deliberação nº

Prosseguiu, dizendo que não vai elencar todas as iniciativas, porque o que disse é suficiente para se perceber o ambiente de “trevas” em que se vivia no concelho em 1997. Portanto, vai-se agora olhar para os dados de hoje. -----

O PS vai passar com 17 milhões de euros de saldo de conta de gerência, e quando a CDU, por várias vezes, propõe algumas obras que no seu entender são importantes, a justificação que muitas vezes é dada é que não há dinheiro. Aliás, foi a justificação usada pelo Partido Socialista para revogar a mobilidade intercarreiras, de que havia dificuldades financeiras para que se pudesse continuar a ter as pessoas na sua devida classificação. Desta forma, não fora a CDU e a pressão feita por esta coligação ao Partido Socialista, e de facto era isso mesmo que tinha acontecido. -----

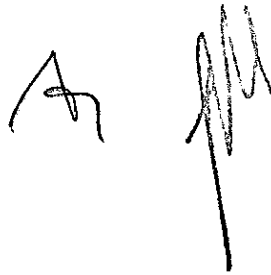
Há 17 milhões de euros de saldo de conta de gerência, e na área da educação e juventude há uma execução de pouco mais de 60%, com tanta obra que se podia fazer. -----

Os membros da CDU, ao lerem o documento, podem ver que a câmara municipal assegura as necessidades de pessoal não docente no fornecimento de refeições e na limpeza dos espaços escolares. São 160 pessoas, ao abrigo do contrato do IEF, os chamados CEI – Contratos de Emprego e Inserção, a ocupar lugares de necessidades permanentes, com situações laborais que são ainda mais gravosas e débeis do que as situações precárias. -----

O Sr. Presidente poderá dizer que não se pode admitir pessoal, e deverá fazer chegar essa reclamação junto do Governo, que proibiu o ingresso de novos trabalhadores, porque não se podem aceitar competências sem que sejam dados os recursos humanos necessários para continuar a assegurar essa mesma competência. -----

No que respeita às obras realizadas, são na maior parte dos casos realizadas com protocolos entre a câmara municipal e o Ministério da Educação, sendo que obras próprias desta câmara municipal, até hoje há o lançamento da obra, e fica-se por aqui, da escola do primeiro-ciclo do Sobralinho, pois nada mais foi feito durante este ano. -----

Olhando para a questão do fibrocimento, já abordada várias vezes, segundo o jornal Sol há mais de 20 escolas da responsabilidade do município ainda com



fibrocimento nas escolas, urgindo rapidamente utilizar estes 17 milhões de euros, por exemplo, na construção de novos estabelecimentos escolares, para acabar com os horários duplos. -----

Em relação à juventude, é de facto uma das áreas onde o investimento é mais reduzido. O PS mostra uma grelha, como todos os anos faz, da utilização das casas de juventude, e mais uma vez os membros da CDU deixam a questão: Quais são as atividades que se fazem nestas escolas, para além de alguns cursos que agora sabem que são dinamizados pela tal associação ADN, porque estes jovens precisaram, provavelmente, de uma casa de juventude com horários que fossem compatíveis com as suas necessidades? -----

Depois, e porque estranhou na análise que fez ao documento, questiona: Como é que a Póvoa de Santa Iria, que é a freguesia mais jovem do concelho, tem uma utilização tão residual da casa da juventude? Pensa que, provavelmente, porque lá não se dão os tais cursos que fazem subir a percentagem, para depois virem todos vangloriar-se da utilização em massa destas casas da juventude. -----

Sobre o Festival da Juventude falarão daqui a pouco, mas no entender que têm aquilo que se faz hoje tem de ser totalmente repensado. -----

Quanto à habitação, saúde e ação social, concretamente a saúde, a verba que foi gasta é na sua completa totalidade para a construção dos acessos ao novo hospital, e são quase 4 milhões de euros que esta câmara municipal teve de gastar nestes acessos, para a utilização de um hospital que, se melhorou nas infraestruturas, muito fica ainda a desejar no que diz respeito aos recursos humanos que estão neste momento a trabalhar neste hospital, e que fazem com que ainda assim as pessoas tenham horas de espera para serem atendidas. -----

Ainda na saúde há uma preocupação que têm, que ainda hoje foi novamente transmitida, no que respeita ao centro de saúde de Vialonga, e às acessibilidades.-- Há vários anos que são prometidas novas acessibilidades para este centro de saúde, e estes 17 milhões de euros, por exemplo, poderiam dar para resolver este problema. -----

Sobre a ação social, não conseguem perceber. O Dia da Criança, que era a Xira Jovem, e que o PS agora reduziu a uma manhã, é ação social? Não lhes parece que seja ação social, e era mais correto, no entender que têm, entender a Xira Jovem



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata' **060**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

ou o Dia da Criança na área da educação. -----

Depois, olhando para a habitação social, a câmara municipal dá-se ao luxo de ter 111 fogos devolutos, e questionam como é que, numa altura de crise grave, em que os pedidos de apoio à habitação devem chegar em massa junto do departamento respetivo, se consegue, ainda não perceber a premência desta área, porque não é compreensível que 111 fogos estejam encerrados, quando tanta gente precisa de casa para viver. -----

O Sr. Presidente elencou uma série de áreas, um município com cultura, com educação e com juventude, mas um município sem acessibilidades, sem política de juventude e sem cultura de massas. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que tem de confessar que durante a intervenção do Sr. Presidente começou a pensar que ainda bem que veio morar para o concelho em 1998, pois pelo menos já não viveu a “época das trevas”, que a sua camarada, Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, tão bem caracterizou na sua intervenção, e em que efetivamente foram muito bem descritas todas aquelas funções e atividades que a CDU tinha, e que não retratam minimamente aquilo que foi a intervenção do Sr. Presidente. -----

O Sr. Presidente utilizou uma palavra variadíssimas vezes que o próprio vai utilizar também, “pensemos”. Assim, pensemos efetivamente num saldo da conta de gerência de 17 milhões de euros; pensemos na quantidade de obra que está por realizar no concelho; pensemos nos bairros da câmara municipal; pensemos no bairro do PER da Póvoa de Santa Iria, que está completamente ao abandono; pensemos no edificado que a câmara municipal tem em Alhandra, que está a cair de maduro; pensemos na falta de dinamização económica que existe, dando-se como exemplo a cidade de Vila Franca de Xira, que a partir das 18h00 ou 19h00 é um despovoamento completo; pensemos na degradação da rede viária; pensemos na saturação da EN10; pensemos na ausência das variantes de Vila Franca de Xira, Póvoa de Santa Iria e Alverca do Ribatejo; pensemos na ausência dos nós à A1 tão reivindicados pela população deste concelho; pensemos na plataforma logística norte, no “elefante branco” e no dinheiro que foi ali enterrado pelo Partido Socialista para se ter o que se tem lá hoje em dia, um descampado completo; pensemos no desordenamento que são as obras municipais que se vão realizando

A

*[Handwritten signature]*

no concelho; pensemos nos compromissos urbanísticos que foram assumidos pelo PS, cujas consequências ainda se estão para vir a descobrir no futuro; pensemos em muita coisa, nas acessibilidades, no ambiente, ou, por exemplo, em 17 milhões de euros e numa câmara municipal que não consegue dotar o seu laboratório com os meios necessários para se proceder às análises e ao controlo da qualidade da água nas piscinas ou do ar; pensemos num Partido Socialista que se calhar não quer, ou pelos vistos não deseja mesmo, credenciar o laboratório dos SMAS para que venha a executar essas funções, deixando a câmara municipal de as contratar fora; pensemos na cultura, que ainda não foi falada hoje; pensemos na falta de dinamização das quintas municipais, na maioria delas, pensemos na não aposta na recuperação do património religioso; pensemos nas bibliotecas, que tiveram 205.000 utentes, muitos repetidos; pensemos na falta de divulgação das atividades que essas bibliotecas têm; e pensemos em alguns números. -----

O próprio gostaria muito de falar em números, mas vai ser o seu amigo e camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, que vai ter essa necessidade de falar em números, e os números, no fundo, são aquilo que são, faz-se deles o que bem se quiser e entender. Todos têm noção disso, as opções são políticas. -----

Prosseguiu, dizendo, pensemos também nas piscinas municipais, que tiveram muitos utilizadores, verdade seja dita, e deve-se continuar a pensar, não se pode deixar de pensar só quando se acabam as intervenções, tem que se pensar depois no resto; pensemos que as piscinas da Póvoa de Santa Iria nunca têm papel higiénico nas benditas das casas de banho; pensemos nas piscinas da Póvoa de Santa Iria, cujos chuveiros raramente funcionam e os sanitários estão como estão, mas continua-se a pensar que se têm 17 milhões de euros de saldo da conta de gerência.-----

Vai-se pensando, e pensemos no movimento associativo, que muitas vezes se substitui ao poder local e ao poder central, que tem uma importância capital neste concelho, naquilo que é a qualidade de vida das populações, e a oferta que as populações necessitam de ter nas atividades que esse movimento associativo desenvolve; pensemos nesse movimento associativo que muitas vezes serve de “muleta” à própria câmara municipal, para as atividades que a mesma apresenta; pensemos nesse movimento associativo, que tem por vezes, ou muitas das vezes,



a própria câmara municipal como concorrente das suas próprias atividades; pensemos nesse movimento associativo, que recebeu o ano passado, a dividir por 107 entidades na atividade regular, 486 000,00€, mas pensemos num saldo de conta de gerência de 17 milhões de euros; pensemos no movimento associativo, que está sufocado com leis que surgem umas atrás das outras, seja por causa do IMT, IMI, IRC ou IVA, da necessidade de apresentar toda uma panóplia de questões legais que muitas vezes não se consegue acompanhar por falta de meios; mas pensemos num programa de apoio ao movimento associativo que todos têm consciência, não há ninguém que não diga isso, e as próprias associações o dizem, já não serve os interesses do concelho. É útil, mas precisa de ser reequacionado, nas verbas de apoio, no conteúdo e na forma. -----

Terminou, dizendo pensemos em tudo isso. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, para falar dos números, dizendo que não serão assim tantos, até porque a discussão já vai longa, e começando por discordar, se os seus camaradas de bancada lhe permitirem, das “trevas”. Não diz que há um exagero, mas pensa que a gestão da CDU não foi das “trevas”, e que os seus queridos camaradas de bancada esqueceram-se dos vereadores socialistas, que estavam lá para evitar que o concelho fosse o “concelho das trevas”. -----

Não houve trevas camaradas! Não o convenceram com isso, sendo que são todos camaradas. -----

Prosseguiu, referindo que a parte política da sua intervenção foi praticamente feita, e irá aos números, muito rapidamente, mas confessa ao Sr. Presidente, com a amizade que têm e consideração, que ficou “extasiado” com a sua intervenção. -----

O que interpretou foi que a gestão PS, nestes 16 anos, foi uma maravilha, e diria até, como tem este espírito de humor, que não sabe se lhe chamam negro, que nem os jardins suspensos da Babilónia se equiparam à gestão do Partido Socialista nestes 16 anos. São só autoelogios, e o cantar de loas à gestão PS. -----

Diz também, com amizade, que o Sr. Presidente e o Partido Socialista não são nada modestos, são mestres. A CDU fez assim tão pouco, ou quase nada? Pensou que tinha feito bastante, quando andava desse lado, como disse o Sr. Presidente, e assume. A CDU fê-lo, mas ficou com a ideia que, se fez tão pouco, ou quase nada, tem de dizer, com amizade e respeito, e pede ao Sr. Presidente para não tomar





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • **063**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

isso como qualquer processo de intenção, que foi, entre outros vereadores socialistas, corresponsável dessa pequenez de iniciativas, investimentos e gestão da CDU. O Sr. Presidente esteve lá, muitos e bons anos, e estiveram lá outros também quando a gestão CDU fazia a gestão participada, e também lá estava o PSD. -----

Diz também, com amizade e do coração, que se fosse a antecessora do Sr. Presidente, e sua amiga, Maria Luz Rosinha, a fazer, como fazia, esse tipo de intervenção e linguagem, admitia, mas agora o Sr. Presidente, que esteve tanto tempo dentro do “autocarro” da CDU, durante tantos mandatos na gestão da CDU, “valha-o Deus”.-----

Prosseguiu, reportando-se aos números, dizendo que no relatório de gestão, nos objetivos das grandes opções do plano – GOP, diz-se, na página 13, que a dotação corrigida foi de 62 444 669,25€, a execução física foi “x”, a execução financeira “y”, e não vai dizer os números para se “andar” rapidamente, mas depois, nas funções das GOP, na página 73, constam 62 449 669,25€. A taxa de execução, em valores, é a mesma, 72,74%, a que correspondem 45 425 375,32€, mas na página 13 consta a taxa de 72,75%.-----

Assim, antes de mais, quando se diz sempre que o documento tem evoluído, está muito bem apresentado, não diz que está mal feito, mas à frente dirá algumas coisas que quanto a si faltam, nuns estão, noutros não, e pode ser melhorado. -----

Nesta questão há uma diferença de 5 000,00€, e não sabe se é mesmo assim, porque as verbas são idênticas. -----

No que respeita às sete famílias, que é o funcionamento do concelho, desenvolvimento económico do concelho, planeamento e qualificação urbana, educação e juventude, habitação e saúde, ação social e cultural, e organização e funcionamento do município, são apresentadas várias situações. -----

O funcionamento do concelho tem dotação corrigida, a execução financeira e o seu valor, e neste caso a percentagem foi de 68,90%. Depois, ainda quanto ao funcionamento, na limpeza e higiene urbana, a recolha de resíduos sólidos teve uma redução de 2,71%, os materiais recicláveis tiveram uma redução de 6,42%, e possivelmente ir-lhe-ão dizer o porquê desta redução da recolha de resíduos.-----

O seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, falou primeiro, e antecipou-se, da



Fl. Livro ---

Fl. Ata • **064**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

conservação da rede viária e arruamentos, e entre várias que constam e os valores existentes, é evidente que, dentro das coisas que podia enumerar, volta a relembrar as variantes, que devem ser para as calendas gregas que vão ser construídas.-----

No que respeita ao desenvolvimento económico do concelho, constam no relatório as questões, mas enquanto o outro item as desenvolvia, neste caso só consta a execução financeira. Faltam os valores, e deveria estar mais completo, mas pensa que foi algum lapso, não que tenha sido feito propositadamente para os membros da CDU não terem acesso, pois é só fazerem as contas.-----

No planeamento e qualificação urbana está tudo, valores, dotações e execuções. ---

No que respeita à educação e juventude, faltam também todos os valores, só consta a execução financeira, que neste caso até foi de 64%, não foi grande coisa.-

Relativamente à habitação e saúde, também faltam os valores, vem só a execução financeira, embora se tenha a questão dos 4 000 000,00€ para o hospital, e o centro de saúde, entre outros valores. -----

No que concerne à ação social e cultural, e às atividades e lazer, faltam os valores, consta a execução, que nesta situação foi de 65,97%. -----

Falando na organização e funcionamento municipal, a execução foi de 64,77%, e faltam os valores.-----

Depois, reportando-se às receitas, a receita global cresceu 4 615 534,95€, ou seja, 5,59%, mas há uma nota, e muito bem, que a excluir-se o saldo de gerência a variação seria negativa, em cerca de 5,28%. É importante salientar isso, e se não fosse esse saldo, seria negativo. -----

Fala da questão do IMI, que o Sr. Presidente, e muito bem, não falou, já que não veio falar da questão do "Calimero", e tem que lhe dar valor por isso, pois não falou nos menos 3 359 348,76€, que são os 20,50% que estão justificados. -----

Em 2011 foram mais 312 957,11€, e em 2012 o IMI teve mais 1 387 046,54€, o que quer dizer que nos 2 anos anteriores foi 1 700 365,00€. Portanto, vendo esta situação, em relação ao orçamentado, a diferença foi apenas de 1 972 302,22€. Os cerca de 3 000 000,00€ de que falou são em relação ao cobrado em 2012, e foi quase 1 400 000,00€, sendo que a diferença destes 3 anos do IMI foi apenas de 585 255,68€ a menos. Contudo, como se sabe, também houve o aumento do IMT,



da Derrama e do Imposto Único de Circulação.-----

Reportando-se à parte orgânica, e quando o Sr. Presidente falou na questão da educação, cultura, desporto, associativismo, e essas coisas maravilhosas do mandato do PS, que os outros nunca fizeram, e dá valor ao que foi feito, como é evidente, tem que dizer, na página 72, que o Departamento de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade teve apenas uma execução de 57,36%. O Departamento de Educação, Juventude, Desporto e Equipamentos teve apenas uma execução de 51,50%, e o Departamento de Cultura, Turismo e Atividades Económicas teve uma execução de 61,44%. O Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo teve uma execução de 61,89%, e o Gabinete Municipal de Qualidade e Tecnologias de Informação 55,31%.-----



Em relação às funções, na página 73, de que falou logo no início, quanto à discrepância das GOP, e no plano plurianual de investimentos, a educação teve uma execução de 56,51%, a segurança e ação sociais 64,76%, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza 30,74%, os serviços culturais recreativos e religiosos 57,40%, a cultura 58,43%, o desporto recreio e lazer 55,71%, e todo este plano plurianual de investimentos teve uma execução de 66,59%, se é que está a ver os documentos como deve de ser. -----

Quanto ao plano de atividades municipais, a educação já teve 70%, a saúde 46,91%, a ação social 67,56%, o ordenamento do território 47,28%, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza 54,88%, a cultura 63%, totalizando tudo 81%. Estes números são significativos, mas também não foi assim tanto essa maravilha em todas estas famílias.-----

Em relação à página 77, e à análise dos resultados do orçamento, o saldo da gerência anterior foi de 22 976 631,45€, as receitas orçamentais de 2013 no valor de 64 142 072,11€, as despesas orçamentais no valor de 69 873 883,73€, e o saldo anual entre as receitas e despesas foi negativo, de 5 731 811,62€. Quanto ao saldo de gerência deste ano, que foi integrado, foi de 17 244 819,83€. -----

Referiu que havia muito a dizer, mas não vai dizer, para não ser longo, às vezes as questões políticas são importantes, e já foram ditas, passando seguidamente para a página 93, que tem a ver com a análise da demonstração dos resultados. -----

Os resultados líquidos da gerência da gestão em 2011 foram positivos, no



montante de 5 957 796,54€, em 2012 foram negativos em 123 685,47€, e agora, este ano, o resultado líquido de gerência foi negativo em 1 121 611,05€.-----

É importante ressaltar estas situações, caso não fossem os saldos de gerência, e isso vale o que vale. Relativamente ao saldo negativo, sabe que lhe irão dizer que foram várias as situações, como as amortizações, que aumentaram 12,28%, o pessoal, que aumentou 8,67%, as provisões, que aumentaram 63,52%, e possivelmente lá lhe falarão no IMI que, verdade seja dita, o Sr. Presidente não falou. Sabe que lhe vão dizer, e há algumas coisas que gostaria de ver esclarecidas. -----

Teria ainda mais algumas coisas de pormenor para falar, mas admitindo que este documento, para os membros da CDU, não tem nada a ver com os orçamentos, aí é que exercem a sua opção política, como fizeram no último, em dezembro, e como é eminentemente técnico, não é nele que estão as opções, mas sim uma consequência das opções, irão abster-se na votação do relatório de gestão e demonstrações financeiras. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que estava a ler umas palavras do fundador do PPD, e de facto aplicam-se claramente a este momento, porque “aparentemente”, palavra que acrescenta, “somos homens, seres inteligentes e livres, chamados a lutar pela realização desses dons na vida, formamos a nossa opinião e exprimimos as nossas ideias, pelo menos no círculo de pessoas que nos cercam, mas se nos limitamos a isso, se nos demitimos da intervenção ativa, não passaremos de desportistas de bancada, ou melhor, de políticos de café”. -----

Portanto, o que diria hoje, eventualmente, seria pouco mais do que dum “político de café”, mas após estas intervenções gostaria de dizer meia dúzia de palavras e fazer alguns comentários, até porque, mais uma vez, assistiu-se a uma espécie de um programa, célebre para uns, de triste memória para outros, que se assemelhava um pouco ao “Perdoa-me”, que foi célebre na televisão em Portugal. - Os membros da Coligação Novo Rumo continuam a defender aquilo que disseram de há alguns meses e anos a esta parte, defendem um concelho que seja governado com meios, que transformem a gestão ainda mais transparente do que é, com forma dos cidadãos a poderem fiscalizar, efetivamente. Como exemplo são os processos de loteamento, de licenciamento das obras, defendem que os



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata' 067

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

cidadãos possam acompanhar tudo isso. -----

Defendem que haja uma efetiva descentralização dos meios e serviços afetos à câmara municipal, eventualmente com uma maior colaboração com as juntas de freguesia, e com a criação dos “balcões únicos” ou “lojas de atendimento ao cidadão”, que podem ser feitas em parceria com o Estado, para criar uma verdadeira loja do cidadão no concelho de Vila Franca de Xira. -----


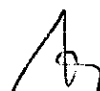
Defendem o aprofundamento da relação com as juntas de freguesia, para que se possa rentabilizar e aproveitar o património do município, e precisa-se, nos momentos que se vivem, de mais solidariedade social e economia. Precisa-se de mais solidariedade e economia, porque se precisa de mais crescimento e emprego. Quando diz isto lembra-se de António José Seguro, do crescimento e emprego, e não interessa como, interessa é que é crescimento e emprego. -----

Efetivamente precisa-se de crescimento e emprego, e só se conseguirá fazer em Vila Franca de Xira se as cidades estiverem revitalizadas, repovoadas, recuperadas, não se terá outra hipótese de o fazer, e tem que se ter mais solidariedade social porque, infelizmente, a chaga do desemprego e a crise que afetou Portugal deixou muitos dos concidadãos com graves problemas, e precisam todos de ser solidários. -----

Portanto, olhando para isto, que é um lugar-comum, e em teoria estarão todos de acordo, não faz muito sentido, durante este ano, não dar espaço, porque foi o que se fez nos últimos anos, é preciso dar espaço ao poder político que saiu de eleições, que prove qual é o caminho que quer seguir. Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo o poder político terá, até ao fim do ano, para provar o caminho que quer seguir na governação do concelho. -----

Nesse momento estarão presentes para avaliarem, do ponto de vista que têm, da legitimidade democrática que lhes foi concedida pelos cidadãos eleitores do concelho de Vila Franca de Xira, e avaliarão nesse momento. Até lá nos pontos, tal como este, importantes, e neste caso da retificação duma política do passado ou definição de políticas de futuro, procurarão, tanto quanto possível, não obstaculizar ao desenvolvimento de uma determinada política, concordem mais ou menos. -----

No fim do ano estarão todos presentes para fazerem o balanço e avaliar se é possível continuar a atuar desta forma, ou se farão uma outra atuação política, aí,



eventualmente, mais marcada com os objetivos que se propuseram às eleições e o que têm vindo a falar e marcar ao longo destes anos. -----

Continuou, dizendo que não poderia terminar esta intervenção sem dizer mais duas ou três coisas, se o Sr. Presidente lhe permitir, e com certeza que ficará com alguns créditos para futuro, quando eventualmente também se “esticar” um pouco mais. -----

Em primeiro lugar, agradece o facto conhecido de todos, do Partido Socialista, desde 1997, ter a espaços, e reconheceu isso, governado com o Partido Social Democrata, e a coligação que o mesmo, em determinada altura, liderou. Está muito bem, é uma realidade e um facto, as coisas correm bem ou menos bem, mas são os factos e a realidade. -----

O Partido Socialista escolheu um caminho para a governação, umas vezes sozinho, às vezes um pouco acompanhado, umas vezes mais liberto, outras com muitos receios, mas é da vida, e faz parte da história. Não faz, nem do Partido Socialista, nem das pessoas que o compõem, melhores ou piores pessoas por isso, são opções que todos são livres de fazer, mas também não deixam de ser piores opções porque escolhem o Partido Social Democrata, em Vila Franca de Xira, e melhores em Loures, porque se escolheu o PSD para parceiro de coligação na Câmara Municipal de Loures. -----

Não são, em teoria, maus, porque governam com uma direita que não sabe qual é, que não é diferente com certeza dos seus companheiros e amigos de Loures, que governam a câmara municipal com o camarada Bernardino Soares, e com certeza que aí não é diferente. -----

Nunca se ouviu a Coligação Novo Rumo, nem se irá ouvir, lamentar-se pelo facto de não ter pelouros na governação da câmara municipal. Os seus membros nunca fizeram esse discurso, nem nunca o farão. A legislação é bem clara, cabe à câmara municipal escolher o caminho que quer seguir, e ponto final face a essa matéria.----

Quanto a isso não têm nada a discutir, têm as suas ideias, aplicá-las-ão, e verão o que lhes reserva o futuro. Também não dirão nunca que a “tradição já não é o que era”, pelo menos face às questões políticas, porque havia muitas tradições, que existiram, e que em teoria e na prática foram bem terminadas, porque não eram dignas de sociedades desenvolvidas modernas. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

13

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro —

Fl. Ata , **069**

Reunião de 2014/03/19

Procº

Deliberação nº

Reconhecem que há muita coisa que ainda hoje estão a pagar, quer de políticas erradas do Partido Socialista, quer de políticas erradas do Partido Comunista, e ainda ontem esteve a correr um pouco pela zona ribeirinha, e lembrou-se que em 1997 existia um plano de urbanização para toda a zona ribeirinha, que ia da Póvoa de Santa Iria a Alverca do Ribatejo, incluindo a salinas, que hoje alguns tentam tantas vezes falar sobre elas. Era um plano que ia ocupar completamente toda aquela zona, que iria ocupar tudo, e aprovado num PDM, pelo Partido Comunista, em parceria com o Partido Socialista, em que o PSD votou contra. Esta é a verdade, não eram as “trevas”, mas aproximava-se disso.-----

Quando falam do sul do concelho, há documentos oficiais da câmara municipal, que o próprio falou variadíssimas vezes, escritos, e portanto estão arquivados quando se discutiu o plano estratégico do concelho, onde a câmara municipal, à época governada pelo Engº Daniel do Reis Branco, definiu claramente o sul do concelho como uma zona marcadamente suburbana. Não será com certeza por isso que a cidade da Póvoa de Santa Iria, também muitas vezes levantada estrategicamente, tem dos maiores índices de ocupação por quilómetro quadrado do Mundo, não é de Portugal, e é só comparado aos países asiáticos. -----

Quando se fala de algumas destas situações, é preciso ter alguma memória, e quando se diz que o PSD também esteve presente nesses momentos de governação comunista não há mal nenhum, muito pelo contrário, até porque em democracia mal seria que os partidos que se dizem democráticos não se pudessem entender. Não há mal nenhum que não se possam entender, mas vai uma grande distância dizer que o Partido Social Democrata colaborou com a gestão do Partido Comunista em Vila Franca de Xira, porque não é verdade. -----

Não é verdade, e se noutros municípios é verdade, como o caso agora de Loures, em Vila Franca de Xira o que quis fazer permanentemente ao Partido Social Democrata, com uma honrosa exceção de um vereador, que lhe deram um pelouro a pensar que não valia coisa nenhuma, mas teve a arte e engenho de o transformar num pelouro importante, à época o pelouro da ação social, em tudo o resto procurou sempre dar coisas que não eram mais do que meros emblemas, que não serviam para coisa nenhuma, a que o Partido Comunista não dava, nem prioridade, nem objetivos, nem meios. Essa é a questão clara e objetiva. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro --

Fl. Ata • 070

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Por alguma razão o PSD nunca votou os instrumentos absolutamente essenciais do concelho, como por exemplo o PDM em Vila Franca de Xira, que foi efetivamente uma desgraça para o concelho, e ainda hoje se está a pagar por essa situação muito clara e objetiva. -----

Já não fala na situação de absoluto controlo, porque à época era da Juventude Social Democrata, e sabia bem o que o PCP fazia, de absoluto controlo das juventudes no concelho de Vila Franca de Xira. A si não o controlavam, porque inclusivamente uma vereadora do PCP teve que ir a um debate consigo na rádio, para o qual não queria, e a seguir foi chamada à atenção, e depois até teve que ir acompanhada, para não se sentir sozinha. -----

Efetivamente, o PCP usou sempre uma perspetiva de controlo, quer do movimento associativo juvenil, quer do movimento associativo mais sénior, e hoje veem-se muitos dos resultados que se têm por aí, de algumas associações à beira da banca rota, que são efetivamente fruto dessa gestão do amiguismo e do compadrio. Isso é muito claro, bastando ver o nome de muitas que andam por aí, dos empregos dos amigos, e de toda essa gente que existiu em muitas comunidades, entre elas a sua, onde cresceu, mora, casou e tem filhos, onde o PCP tinha famílias inteiras empregadas no movimento associativo. -----

Se houver dúvidas, os Srs. Vereadores podem lançar os nomes, que o próprio os dirá. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, chamando à atenção da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que, goste ou não, tem que ouvir. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que esteve muito tempo calado, a ouvir os membros da CDU a falar, que usaram horas e horas, e só está a falar há 3 minutos e já dão "pulos" na cadeira. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando a atenção de todos os vereadores, para se respeitarem as intervenções de quem está a intervir em cada momento, já que depois haverá oportunidade de replicar, se assim se entender. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que se calhar não vale a pena. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, se não vale a pena, não sabe por que é que a Srª Vereadora o interrompeu. É tão pouco importante que teve de o interromper, e quando falou das famílias e dos empregos, as coisas





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **071**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

vieram, e já nem fala daquela coisa em Vialonga, em que se ia pela mão do ex-Vereador do urbanismo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, mas pode-se também falar dessas matérias. -----

O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei que se recentre.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que está a procurar recentrar-se, e que estava a fazer a sua intervenção, mas, como o Sr. Presidente reparou, foi interrompido por três ilustres vereadores da Coligação Democrática Unitária. -----

Disse o Sr. Presidente que sabe que, no fundo, o Sr. Vereador se “irritou” politicamente, mas agradece que se recentre no objeto de discussão. -----



Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, agradecendo o conselho, e é isso que fará, até porque os cidadãos estão fartos de “fait-divers” e querem coisas mais objetivas, portanto vai para as coisas objetivas.-----

Terminou, referindo que efetivamente o concelho de Vila Franca de Xira precisa de ter um novo processo de crescimento e desenvolvimento, e espera que uma daquelas obras que aparece nas obras prioritárias para o país, o nó dos Caniços, se torne realidade, e que, infelizmente para alguns, felizmente para a maioria dos cidadãos, poderá vir a ser feita pelo atual Governo do país. -----

Não vale a pena “diabolizar” estas matérias e questões, Portugal deparou-se com uma situação absolutamente terrível, que levou a medidas absolutamente terríveis que foram tomadas durante os últimos anos. Espera que se possam ter ultrapassado todas estas matérias, e que se possa voltar a dar a importância e dignidade que a administração pública e os seus trabalhadores têm e merecem, porque são absolutamente essenciais para o desenvolvimento do país e do concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que fará uma breve intervenção, que se resume em duas palavras que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues sintetizou de uma forma brilhante. São opções políticas, foi o que o Sr. Vereador disse, e não pode estar mais de acordo. -----

Hoje há leituras diferentes sobre aquilo que deve ser o desenvolvimento económico e social do concelho, e por isso está-se sempre, em cada momento, a fazer opções políticas. Na discussão havida hoje, mais acalorada, menos acalorada, e mais parecida com aquelas que já se têm tido noutros momentos, é disto que se



trata. -----

Certamente não se irá estar em consenso sobre muitas questões, mas lembra que os Srs. Vereadores fizeram uma leitura da intervenção que o próprio fez que, no seu ponto de vista, não está correta. Fez uma retrospectiva do trabalho que o Partido Socialista tem vindo a fazer ao longo dos anos, são factos, mas também teve o cuidado de dizer que antes deste executivo esteve outro, e isso está na sua intervenção. -----

Não há presente sem passado, e o passado feito pela CDU foi um passado de trabalho que era necessário fazer, em termos das infraestruturas primárias que não existiam no concelho. Foi necessário fazer muita coisa que era preciso para a população, e está de acordo, sendo que em algumas matérias também esteve presente, e modéstia à parte, ajudou, e, com toda a tranquilidade, teve a preocupação de referir justamente essas questões. -----

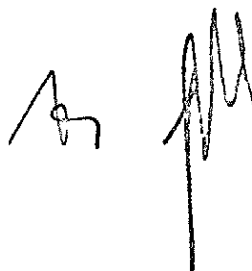
Depois, como se deve calcular, politicamente referiu e identificou uma série de matérias que eram necessárias, e que o Partido Socialista tem vindo a realizar. Agora, chegados aqui, e para não se alongar, porque a conversa vai longa, no dia em que tudo estiver feito, certamente já não estarão todos a fazer nada. Há sempre muito trabalho autárquico, e a essência e aliciente desse trabalho é que cada dia é diferente. Naturalmente tem que se ter um plano e uma visão estratégica para o concelho, e o PS tem. -----

Conta com todos, como já referiu, com uma oposição construtiva, e através disso certamente que vai avançando e fazendo o seu percurso, sendo que as dinâmicas podem-se alterar, e as parcerias podem vir a consolidar-se, mas só o futuro dirá como é possível que isso venha a acontecer. -----

Está convicto que, tanto de uma bancada, como da outra, bem assim como da sua, se está imbuído no mesmo espírito, o de criar as condições para a melhoria da qualidade da população. Para isso é que foram eleitos, e para isso é que trabalham todos os dias. -----

O executivo acolhe todas as sugestões e propostas que lhe possam fazer chegar, no sentido do trabalho da câmara municipal ser ainda ser mais profícuo e de maior qualidade. Está absolutamente aberto para isso. -----

Terminou, mencionando que julga que esta conta de gerência e resultados



identificam um trabalho sério e de qualidade, sendo que há pormenores técnicos que irão ser analisados. -----

Pedirá ao Sr. Vice-Presidente para brevemente fazer algumas considerações, e pedirá também ao Sr. Vereador António Félix para responder a algumas das questões mais técnicas que o Sr. Vereador Aurélio Marques colocou, e bem.-----

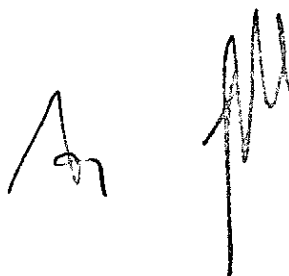
Interveio o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes, começando por fazer uma pequena correção a um número apresentado pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso. De facto, o investimento total na questão do hospital foi de 3 855 000,00€, mas a participação do município foi de 2 162 000,00€, e este valor de 1 700 000,00€ faz toda a diferença. Não são os cerca de 4 000 000,00€, são 2 000 000,00€.-----

Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, e à primeira, trata-se de uma gralha, que já foi identificada, onde se lê 9, devia-se ler 4. Em relação a outras questões, começará pelo fim. -----

Relativamente ao resultado líquido negativo que o município apresenta, pode ser explicado por quatro ordens de razão. Em primeiro lugar, pelo aumento dos custos com o pessoal, que resultam dos subsídios de Natal e de férias, que tiveram de ser repostos, e representam cerca de 1 400 000,00€. Depois, o caso específico das amortizações, que subiram 1 500 000,00€, tem a ver com o facto de uma série de obras que estavam em imobilizado em curso, e não eram sujeitas a amortização, passar para imobilizado corpóreo. Assim, estão sujeitas a amortização, e isso representa cerca de 1 500 000,00€. -----

No caso das provisões houve um aumento de cerca de 400 000,00€, que tem a ver com a criação de provisões para dívidas referentes a tratamento de águas e resíduos sólidos. -----

Depois, do lado da receita, e já que o Sr. Vereador Aurélio Marques pediu, vai ter que falar do IMI, pois neste momento as receitas do IMI, de 2013, que a câmara municipal arrecadou, estão abaixo do nível de 2008. Quando esta questão foi levantada foi claramente dito, aquando da aprovação da descida da taxa para os níveis mínimos, por parte da CDU, que a reavaliação dos prédios iria provocar um aumento de receita. Relativamente aos números que foram apresentados pela autoridade tributária, foram reavaliados no município 54 236 prédios, com um



Fl. Livro ---

Fl. Ata , **074**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

resultado negativo de cerca de 3 043 000,00€.-----

Esta é a realidade dos factos, relativamente à cobrança de IMI que foi feita pelo município. Portanto, se fossem somados todos estes movimentos, não se estaria a falar do resultado negativo de cerca de 1 121 000,00€, mas sim de um resultado positivo de 3 638 000,00€, sendo esta a realidade em termos de resultado líquido.-

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao aumento de impostos sobre as pessoas.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador António Félix, solicitando que o Sr. Vereador Nuno Libório lhe permita recordar que falou o tempo que quis, e que o próprio não o interrompeu. Assim, tem tão pouco tempo de antena, pelo que agora, que o Sr. Presidente lhe deu um bocadinho, que o deixem falar, se isso não for incómodo.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador António Félix que não abuse, pois tem que se ter uma consideração especial pela oposição, e que se reduzir as intervenções do executivo, mas pede à oposição que deixe o Sr. Vereador terminar a sua intervenção.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, deixando mais uma nota, dizendo, quanto ao facto de as taxas estarem nos valores mínimos permite, que só é possível porque a situação económica e financeira da autarquia está no estado em que está, pois senão não teria capacidade, nem ordem para ser ela própria a definir as taxas que iria aplicar, e seriam automaticamente aplicadas as máximas.--

Nunca é demais referir que a situação económico-financeira da câmara municipal é que permite que as taxas de IMI sejam as mínimas do país, e que haja uma transferência de mais de 5 000 000,00€ para os munícipes, ou seja, se a câmara municipal tivesse a taxa máxima eram mais 5 000 000,00€ que os munícipes de Vila Franca de Xira teriam de pagar, o que também é importante referir.-----

Por fim, quanto à questão dos menos 5 731 000,00€ que o Sr. Vereador Aurélio Marques falou, esse saldo negativo resultou de um aumento do investimento do município. O município, pelo simples facto de ter integrado o saldo de gerência, e por outros investimentos que fez, provocou que o saldo anual tivesse sido esses menos 5 milhões, e gostaria de recordar que durante o ano de 2013 houve um aumento da despesa de 17,3%, correspondente a mais de 10 000 000,00€, e desse valor mais de 98% foi em despesa de capital. Portanto, foi investimento. -----



Fl. Ata' 075

Reunião de 2014/03/19

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Depois, quanto à diminuição da dívida a médio e longo prazo, mais uma vez a câmara municipal reduziu-a em mais de 1 800 000,00€, o que significa 6% do seu total de dívida.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, perguntando o sentido de voto, concluindo que o mesmo foi aprovado, com a abstenção da CDU. -- Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o documento de prestação de contas da câmara municipal do exercício de 2013, constituído pelo Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras. -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**  
**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

Bom dia,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Dirigentes Municipais,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Caras e Caros Munícipes,

Presente hoje na Reunião da Câmara Municipal um dos mais importantes documentos da vida e da gestão autárquica em cada um dos anos civis, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, neste caso referente ao ano de 2013.

As minhas primeiras palavras são para os trabalhadores da Câmara Municipal, palavras de agradecimento pelo seu trabalho no dia-a-dia, pela sua dedicação à causa pública, pela sua contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Isto, apesar das políticas de austeridade que o país vem prosseguindo, com particular enfoque, significado e consequências nas áreas da Administração Pública e do emprego público.

Um obrigado a todas e a todos.

Em seguida, e porque na gestão administrativa dos negócios públicos a memória não pode ser curta, nem isenta de afetos, e referindo-se estes documentos ao último ano do anterior mandato autárquico, cumpre agradecer a todos os que, eleitos e membros do órgão executivo municipal, contribuíram para os resultados alcançados, com a sua participação crítica, com as suas posições de apoio às propostas agendadas e deliberadas nas sucessivas reuniões da Câmara Municipal, mas também aos que, votando



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

contra, por opção política e no legítimo exercício do direito de oposição democrática, incentivaram-nos a melhorar o trabalho que quotidianamente fazemos para e com a população do nosso Concelho.

Não podemos nem devemos esquecer que tanto se serve o Município no poder como na oposição e que a oposição construtiva estimula e enriquece o exercício do poder administrativo por quem detenha responsabilidades executivas.

Os documentos que hoje apresentamos e discutimos dão continuidade a um ciclo político, o ciclo aberto em dezembro de 1997, com a vitória do Partido Socialista nas eleições autárquicas, vitória essa que proporcionou aos munícipes olhar para o território concelhio de forma diferente, como um território em evolução, coeso e ao serviço das pessoas.

As políticas públicas de proximidade prosseguidas visaram o incremento do bem estar e da qualidade de vida das populações, apostando claramente nas áreas da educação, da ação e solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço público, dos equipamentos públicos, das infraestruturas coletivas e da regeneração urbana.

E é esse trabalho, iniciado e altamente impulsionado pela Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara Municipal nos últimos 16 anos, que pretendemos continuar e aprofundar; aliás, o seu legado é uma enorme responsabilidade e ao mesmo tempo um enorme estímulo para todos aqueles que, como nós, têm hoje responsabilidades autárquicas.

Importa, por isso, neste momento de balanço do ano de 2013, refletir no que foram estes últimos 16 anos de gestão municipal do PS, sem que, no entanto, e antes de mais, manifeste uma palavra de reconhecimento e agradecimento para os autarcas que nos antecederam na gestão



# CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

## GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

municipal, os quais, com a sua estratégia política, procuraram certamente o que pensavam ser o melhor para o concelho.

Nas eleições autárquicas de dezembro de 1997, os cidadãos eleitores confiaram a governação do Município ao Partido Socialista, a qual veio mostrar estar à altura da resolução dos problemas, das dificuldades, das oportunidades e dos novos desafios da gestão autárquica, novos desafios esses que foram, entretanto, sendo partilhados ao longo destes últimos anos com outros partidos políticos, designadamente o Partido Social Democrata.

A gestão do PS colocou o concelho de Vila Franca de Xira no patamar de desenvolvimento que é reconhecido pelos nossos munícipes, merecendo igualmente o reconhecimento do País, em que é caracterizado como um concelho familiarmente responsável, de elevada sustentabilidade financeira e económica, ocupando, nesta matéria, os primeiros lugares no quadro global dos Municípios, um concelho de educação e formação e um concelho saudável e sustentável.

Salientando-se, nesta sede, o reconhecimento público nacional do trabalho que o Município tem vindo a desenvolver nas políticas de família e de sustentabilidade.

A ação política que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos pelos diferentes executivos municipais assenta em cinco linhas estratégicas de desenvolvimento:

- Vila Franca de Xira, **um Município com Identidade;**
- Vila Franca de Xira, **um Município Inteligente;**
- Vila Franca de Xira, **um Município Competitivo;**
- Vila Franca de Xira, **um Município Solidário;**
- Vila Franca de Xira, **um Município de Qualidade.**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**  
**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

Seria fastidioso desenvolver sobre cada uma destas linhas estratégicas, solicitando que me acompanhem relativamente ao seguinte:

- pensemos como era a zona ribeirinha entre Alhandra e Vila Franca de Xira antes da requalificação;
- pensemos no Vale de Santa Sofia antes da construção do Parque Urbano;
- pensemos em Vialonga antes da dinamização do projeto "Viver o Bairro";
- pensemos em Vialonga antes da construção do Parque Urbano da Flamenga;
- pensemos na Quinta Municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, antes da sua reabilitação;
- pensemos no Forte da Casa, antes da construção dos Parques Urbanos;
- pensemos, antes e atualmente, na Zona Ribeirinha Póvoa/Alverca;
- pensemos no território do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, antes da sua requalificação;
- pensemos na requalificação do Rio Grande da Pipa, em curso na Castanheira do Ribatejo;
- pensemos na reabilitação e requalificação do parque escolar concelhio;
- pensemos no atual grau de cobertura dos equipamentos públicos de uso coletivo bem como nos de natureza social;
- pensemos em Alhandra e nos seus problemas, antes e depois da requalificação da Ribeira de Santo António;
- pensemos no trabalho desenvolvido nas áreas da recuperação e valorização do património histórico e cultural bem como no domínio da investigação arqueológica;



# CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

## GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras

---

-pensemos nas parcerias com a Administração Central do Estado que proporcionaram a edificação de novos centros de saúde no Concelho, melhorando, dessa forma, o acesso das comunidades locais ao Serviço Nacional de Saúde, na construção do novo Hospital de Vila Franca de Xira, na celebração de protocolos de modernização do parque escolar concelhio, possibilitando a realização de intervenções reabilitadoras e modernizadoras em Escolas Básicas 2,3 do concelho e na melhoria das acessibilidades, em que destaco o acesso norte à A1 em Vila Franca de Xira, retirando o trânsito pesado do centro da cidade de Vila Franca de Xira.

Por tudo isto, consideramos que o concelho mudou e foi substancialmente alterado para melhor.

Neste tempo, tudo se fez, que estivesse ao nosso alcance, para aproveitar os programas de financiamento comunitário, e, assim, a Câmara Municipal apresentou **80** candidaturas aos diferentes programas europeus existentes, tendo o Município realizado obras no valor de **72 000 000 €**, com um esforço financeiro municipal, a título de contrapartida própria, de cerca de **26 700 000 €**, ou seja, 37% do investimento total concretizado.

Esta estratégia permitiu captar para o Município mais de **45 000 000 €** a fundo perdido, que foram utilizados em investimentos públicos qualificantes e estruturantes, modernizadores e reprodutivos, os quais propiciaram a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Um bom exemplo disso é a futura Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, que custa aos cofres do município cerca de **2 000 000 €**, cumprindo salientar que, com este nível de investimento próprio, será possível proporcionar aos munícipes um novo e moderno equipamento coletivo de leitura pública, de excecional qualidade no contexto nacional.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

Este equipamento só foi possível construir fruto da visão estratégica de uma maioria política constituída pelo PS e pelo PSD.

Neste tempo, foi possível desenvolver e incrementar competências, qualificações, capacidade de trabalho, de gestão e de inovação e experiência administrativa.

Estas são algumas das razões que justificam que a comunidade vilafranquense tenha continuado a confiar no Partido Socialista para gerir a Câmara Municipal.

Tais ações e intervenções permitiram resolver problemas que careciam de solução há muitos anos.

**Relativamente aos documentos de prestação de contas em análise, cumpre agora referir o que nos parece mais significativo, não podendo deixar de realçar a elevada qualidade técnica, a clareza, a objetividade, a transparência e o rigor dos documentos elaborados e apresentados, agradecendo à Dra. Nélida Soares e ao Dr. Rui Galhardo e respetivas equipas o profissionalismo, o empenhamento, o brio profissional e o esforço demonstrados.**

**No que concerne aos recursos humanos e face às exigências legalmente impostas, a Câmara Municipal, entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2013, excluindo as prestações de serviço, reduziu o seu pessoal em 12,40%, num total de menos 111 trabalhadores.**

**Assim, à semelhança do que tem vindo a suceder nos últimos anos e dando cumprimento ao disposto no Orçamento do Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o mapa de pessoal, no ano em análise, registou uma diminuição de 2,33%, o que representa menos 19 efetivos.**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

Sendo certo que não podemos deixar de reconhecer que a redução de pessoal verificada, em decorrência de imposições legais, causa constrangimentos e dificuldades no funcionamento dos serviços municipais.

Com uma execução orçamental de 97,16% ao nível da receita cobrada e de 77,92% no domínio da despesa realizada, importa referenciar que, no ano de 2013, o Município concretizou investimento- direto e indireto- no montante total de 24.746.160,58€, destacando-se, pela sua relevância:

- a requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho de Vila Franca de Xira;
- a implementação do projeto "Póvoa Central- Uma Eco Comunidade";
- o Parque Urbano da Quinta da Flamengo- fase 3 B;
- a conclusão da obra de regularização do Rio Crós-Cós;
- a conservação e manutenção de arruamentos e pavimentos;
- a segunda fase da requalificação da Escola Básica Dr. Pedro Jacques de Magalhães;
- a realização de recuperações diversas em edifícios escolares;
- a requalificação ribeirinha da cidade de Vila Franca de Xira, com a construção da nova Biblioteca Municipal;
- a conclusão da construção do acesso rodoviário ao novo Hospital de Vila Franca de Xira;
- os estudos, a auditoria e a obra de contenção referentes à Encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira;
- a aquisição de frações habitacionais no âmbito do PER, na Castanheira do Ribatejo e na Póvoa de Santa Iria;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

## **GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**  
**Relatório de Gestão 2013 e Demonstrações Financeiras**

---

- a realização de reparações no parque habitacional municipal;
- a conclusão da obra de construção do Centro de Saúde de Alhandra;
- a dinamização do orçamento participativo;
- a atribuição de apoios institucionais e ao movimento associativo para realização de obras e aquisição de viaturas automóveis;
- a realização de investimentos diversos nas Freguesias.

Mas não podemos deixar de salientar que, inobstante o investimento público realizado e as políticas desenvolvidas, que implicaram a alocação de recursos financeiros significativos, o Município tem as contas em dia, possui fundos disponíveis, não tem dívida vencida e em situação de incumprimento a empreiteiros e fornecedores, não tem dívida oculta e não reportada, a dívida de longo prazo é sustentável e o seu serviço está em dia, paga os impostos ao Estado e perspetiva o seu futuro financeiro com confiança, esperança e solidez.

O que demonstra uma gestão responsável, criteriosa, aplicada e diligente.

Uma gestão que administra os dinheiros públicos de acordo com o interesse público e no escrupuloso respeito pelo bem comum.

Queremos continuar a planear e a desenvolver o nosso concelho no sentido da modernidade, do progresso e da justiça social.



Para isso contamos com todos.

Porque juntos iremos conseguir.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 19 de março de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,

  
Alberto Mesquita -



Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 – RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2014/03/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do documento de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, constituído pelo Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, e posterior remessa à assembleia municipal para apreciação e votação nos termos da lei.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, iniciando a apresentação da prestação de contas dos SMAS, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que dará três breves notas, tal como em relação aos documentos de prestação de contas da câmara municipal, e as suas respetivas demonstrações financeiras.-----

Neste caso, em relação ao SMAS, não estando os membros da CDU com responsabilidades de função executiva, naturalmente que tem de assumir um distanciamento crítico, mas suficientemente capaz de analisar as coisas com o rigor que deverá assistir à discussão destas matérias, que foi aquilo que exatamente fizeram na discussão anterior.-----

São apenas três notas que suscitam preocupação, sendo que, quanto à primeira, têm o entendimento que os serviços municipalizados não podem adiar mais a necessidade de se dotarem de infraestrutura tendente à sua autonomia técnica e financeira, e reportam-se especificamente à questão do laboratório, não só pela economia de escala que isso significa para o município e a sua própria autonomia, como pela garantia de um serviço público eficaz e adaptado às circunstâncias do momento. -----

Como segunda questão, assistem a um persistente conjunto de obras mal coordenadas, com prejuízos para a eficiência da obra pública e para os respetivos custos, no âmbito de empreitadas conjuntas com a câmara municipal, e entendem que ainda existe um longo trabalho a desenvolver e a criar, no sentido de haver



uma melhor coordenação e junção de esforços. -----

Poderiam dar exemplos de obras muito recentes que foram intervencionadas pela câmara municipal, passados poucos meses pelos SMAS, ainda por cima para dar cabo de obras anteriormente realizadas em Vialonga e em Alverca. É um conjunto muito vasto e significativo de situações, que infelizmente têm vindo a ser identificadas pelos membros da CDU. -----

Depois, e não se vão antecipar àquela que é a revisão para os investimentos dos SMAS, consideram que os serviços devem estar ao serviço das populações, e com isso dizem que, tendo presente o saldo que se regista como um saldo positivo, e tendo presente a discussão que fizeram aquando da discussão dos investimentos da câmara municipal, seriam prioritariamente canalizados para o reforço nas infraestruturas de água e saneamento para as áreas urbanas de génese ilegal, porque ainda há situações por resolver, que deveriam ser uma prioridade também dos serviços municipalizados. -----

Como é óbvio, não estando em causa, ou sequer em discussão, a possibilidade de privatização ou alteração legal, tudo farão para manter a esfera pública deste serviço, apesar de algumas tentações que parecem por aí existir por parte do atual Governo, que também pode querer que, quer o abastecimento em alta, quer o abastecimento em baixa, possa, do ponto de vista de gestão, modificar-se profundamente, com grave prejuízo para as populações. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, fazendo rapidamente um sublinhado em relação às três notas que o Sr. Vereador Nuno Libório teve a amabilidade de fazer em relação aos SMAS, com as quais não concorda totalmente. -----

Como disse o Sr. Presidente, é uma questão de gestão política, a CDU tem a sua, assim como o PS tem a sua. No entanto, há um ponto em que, se não concorda, tem que dizer que pessoalmente considera uma ofensa o que o Sr. Vereador Nuno Libório acabou de fazer aos trabalhadores dos SMAS. Fica registado, e tomou a devida nota. -----

Referindo-se à persistente coordenação de obras entre a câmara municipal e os SMAS, reparou que o Sr. Vereador Nuno Libório não esteve atento em relação ao que o próprio tinha dito, a título de exemplo, da estrada de Baltares. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Vereador e o Partido

A

Fl. Livro --  
Fl. Ata - **078**  
Reunião de 2014/03/19  
Procº  
Deliberação nº

Socialista fizeram uma afirmação que não só não correspondendo à verdade dos factos que foram produzidos, como não corresponde minimamente ao pensamento da CDU sobre essa matéria. Querem dizer ao Partido Socialista, e ao Sr. Vereador António Oliveira em particular, que os membros da CDU não recebem lições absolutamente nenhuma do ponto de vista da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores do município de Vila Franca de Xira. -----

Com isto acabaram de dizer o que sentem. É absolutamente infeliz essa afirmação, e é caso para perguntar onde é que anda o presidente do conselho de administração e o Partido Socialista relativamente à descoordenação de obras, pois neste momento está em curso a descoordenação, e não são as obras, em Alverca do Ribatejo, como muito bem foi retratado na última assembleia municipal. -----

Em defesa da honra, era o que lhes oferecia dizer sobre a matéria. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que não percebeu muito bem a necessidade de defesa da honra, pelo que o Sr. Vereador disse, mas está dito. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que o Sr. Presidente não estava presente no momento em que foi feita uma afirmação grave por parte de um camarada seu, mas agradece a sua gentileza. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que o mesmo foi aprovado, com a abstenção da CDU. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o documento de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do exercício de 2013 – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras.-----





**Município de Vila Franca de Xira**  
**Serviços Municipalizados de Água e**  
**Saneamento**



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex mos. Senhoras e Senhores Vereadores

Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Início a apresentação, da Prestação de Contas dos SMAS, referente ao exercício económico de 2013, realçando os alguns aspectos que, do meu ponto de vista, melhor qualificam a actividade desenvolvida , a saber.

## **RECURSOS HUMANOS**

Relativamente aos recursos humanos, refiro que os SMAS, em 31 de Dezembro de 2013, dispunham de um efectivo de 178 trabalhadores, verificando-se, assim, uma redução de 8 trabalhadores, em relação ao ano transacto.

No que concerne ao trabalho extraordinário, observou-se um aumento de 22,4%, face a 2012 .Este aumento resultou, sobretudo, do trabalho prestado no âmbito da substituição de contadores – processo que teve início no exercício de 2012.

Durante o ano de 2013, foram ministradas 37 acções de formação a um total de 101 trabalhadores. Estes indicadores evidenciam a propensão dos SMAS para a valorização dos seus recursos humanos.

Por fim, ainda a propósito dos Recursos Humanos, as despesas com Pessoal corresponderam, em 2013, a 3,4 milhões de euros, representando um crescimento de 102.868,99 € (3,1%), relativamente ao ano de 2012. Na génese deste crescimento esteve, essencialmente, a reposição dos subsídios de férias e o aumento da rubrica de remunerações por doença maternidade/paternidade.



**Município de Vila Franca de Xira**  
**Serviços Municipalizados de Água e**  
**Saneamento**



## **ÁREA COMERCIAL**

No âmbito da área comercial, afigura-se pertinente referir que, nos últimos anos, o número de clientes dos SMAS tem vindo a diminuir, sendo que, em 2013, registou um total de 69.835 clientes, representando este número uma quebra de 111 clientes, face a 2012.

Esta quebra corresponde, sobretudo, a Clientes Domésticos (-94 Clientes).

Em 2013, confirmou-se a tendência de queda do volume de água adquirida à EPAL, justificada quer pela diminuição dos consumos da generalidade dos nossos clientes, quer pela redução efectiva do número de clientes.

No que concerne ao volume de água facturado aos clientes, em 2013, contabilizaram-se 8.270.938 m<sup>3</sup>, correspondendo este número a uma redução de 314.570 m<sup>3</sup> face a 2012.

Relativamente ao volume de perdas de água, em 2013, registou-se um decréscimo de 0,75% face a 2012, representado 21,06 % de água comprada pelos SMAS de Vila Franca de Xira.

## **EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

No ano de 2013, as receitas cobradas - pelos SMAS de Vila Franca de Xira - totalizaram 19.200.814,64 €, correspondendo a uma taxa de execução de 92,49%.

O total da despesa ascendeu, em 2013, a 16.631.642,01 €, sendo que 12.473.896,79 € foram de natureza corrente, obtendo uma taxa de execução 82,57%.

Relativamente à execução financeira do PPI, ou seja, às despesas com Bens de Capital, no exercício de 2013, foram previstos investimentos no montante de 5.654.200 €. O grau de execução foi de 73,53%, representando esta percentagem um valor executado de 4.157.745,22 Euros.

Assim, em termos globais, obtivemos uma taxa de execução da despesa de 80,11%.



**Município de Vila Franca de Xira**  
**Serviços Municipalizados de Água e**  
**Saneamento**



As intervenções técnicas efectuadas pelos SMAS, encontram-se mencionadas nos documentos distribuídos, que poderão confirmar a acção desenvolvida pelos SMAS.

## **EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Agora, a propósito da evolução económica, quero referir, também, que os Proveitos totais dos SMAS de Vila Franca de Xira traduziram-se, no exercício de 2013, em 16.586.347€, representando este valor uma redução de 4,63% (805.110€), face a 2012. Para este quadro contribuirá, provavelmente, a diminuição dos consumos dos clientes, o que, por conseguinte, produz reflexo na redução dos proveitos gerados pela venda de água.

No decurso de uma análise mais detalhada à estrutura dos custos, observou-se, ainda, que os Custos Operacionais sofreram uma redução de 704.431€, face ao ano anterior.

Na sequência da evolução dos proveitos e dos custos dos SMAS, nos termos anteriormente expostos, o Resultado Líquido do Exercício de 2013 foi de 1.527.632,38€.

Analisando o Balanço deste exercício, verifica-se que o Activo Líquido dos SMAS de Vila Franca de Xira, no final de 2013, ascendeu a 50.498.514 €, registando um acréscimo de 3,08%, (1.507.697 €) face a 2012.

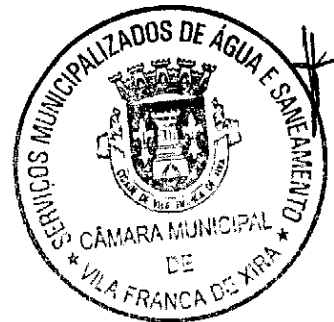
Relativamente ao valor do Passivo, é importante referir que diminuiu 0,42%, face a 2012, situando-se em 4.713.522 €, sendo de salientar ainda que, neste valor, estão consideradas as dívidas a terceiros (701.394 €), sendo elas de curto prazo e não vencidas à data de 31.12.2013.

Assim, verifica-se que a evolução da situação financeira dos SMAS continua assente numa estrutura sólida, demonstrando a capacidade de solvência dos compromissos assumidos, quer a curto, médio e longo prazo.

Em conclusão, direi que o exercício de 2013 foi positivo, tendo sido prioritário as intervenções ao nível da renovação da rede de abastecimento de água, bem como das redes de drenagem de águas residuais. Nestas últimas, tem-se vindo a reforçar a execução das redes separativas, por forma a serem encaminhados para tratamentos apenas os efluentes domésticos, aumentando assim a eficiência na sua recolha e o respectivo tratamento.



**Município de Vila Franca de Xira**  
**Serviços Municipalizados de Água e**  
**Saneamento**



Pretendo ainda renovar o pedido de compreensão para os incómodos causados, resultantes das várias frentes de trabalho que os SMAS desenvolvem no Município e dizer que reunimos todos os esforços na tentativa de minimizá-los, o quanto possível, procurando prazos de execução menos prolongados.

Os SMAS vão continuar a sua actividade sempre com o objectivo de assegurar à população do concelho a prestação de serviços com o mínimo de perturbações e o máximo de qualidade, numa atitude de responsabilidade e de melhoria contínua. Contando com a colaboração do conjunto dos seus trabalhadores, que na sua generalidade, têm total empenho e dedicação na concretização dos objectivos definidos.

Reforço o reconhecimento da Administração aos técnicos dos SMAS , que com o seu empenho e sacrificio pessoal, tudo fizeram, para apresentação destes documentos.

Ficando desde já à vossa disposição para quaisquer questões que entendam, por bem, colocar.

O Presidente do Conselho de Administração

António Oliveira



Vila Franca de Xira, 19 Março de 2014.



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Pelas 12h40, após a discussão do ponto 3 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo com os restantes pontos da ordem do dia. -----



Fl. Livro-- \_\_\_\_\_

Fl. Ata - 080

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RUA DE ACESSO A ALPRIATE PELA VARIANTE DE VIALONGA -----

Interveio o munícipe, Sr. João Carlos Ferreira, cumprimentando todos os presentes, referindo que vem fazer uma pergunta relacionada com a estrada agrícola de Alpriate, que liga a vila de Alpriate à variante de Vialonga. -----

Esta pergunta foi feita na última reunião de câmara, realizada na Central de Cervejas, no princípio do mês, e até hoje não ouviu nenhuma resposta. -----

Perguntou o Sr. Presidente qual é a questão, pois na última reunião não esteve presente. -----

Respondeu o munícipe que o que pediu na altura é se existe ou não, pois há pouco tempo existia, uma intenção de fazer uma estrada que unia Alpriate até ao tal cruzamento, para beneficiar aquela estrada, porque é de areia, está cada vez a ser mais pequena, no tempo de chuva, e como passa muita gente por lá, quer a pé, quer de carro, sofre bastante. Na altura em que há sol existe poeira e más condições para a circulação. -----

Não sabe se se chama rua da Vinha, mas trata-se da estrada desde Alpriate até ao cruzamento da variante de Vialonga. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não se vai comprometer, a não ser dizer que a câmara municipal irá analisar, no sentido de verificar se tem condições, e quais são as intervenções que são necessárias fazer. -----

De seguida, solicitou ao Sr. Vereador António Oliveira que se faça uma visita técnica ao local para fazer a avaliação, e verificar se há condições e que tipo de intervenção é necessário, para que depois se possa avaliar, no sentido de ver se se irá priorizar a intervenção. -----

É isto que pode dizer. A câmara municipal irá avaliar, tem o contacto do munícipe, e depois irão telefonar sobre aquilo que for apurado da avaliação que vai ser feita. -

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



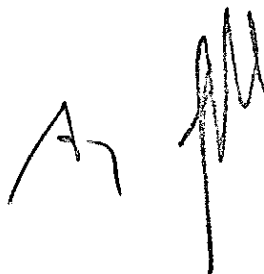
Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº **152**

Assunto: CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2013 DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA-----


Presente para aprovação o documento de consolidação de contas de 2013 do município de Vila Franca de Xira, o qual se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o documento de consolidação de contas de 2013 do município de Vila Franca de Xira. -----



1. Assunto: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/14, de 11/03, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 2ª revisão ao orçamento municipal, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/14, de 11/03, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo pretender alguns esclarecimentos, que têm a ver com os encargos de instalações, que são mais 1 405 000,00€, com a cobrança de receitas, que são mais 334 000,00€, e a aquisição de fogos.-----  
Questionou quais são os encargos com instalações, se os valores da cobrança de receitas terão a ver com a cobrança a uma entidade que estava com os impostos atrasados, se se referem a pagamentos relacionados com essa empresa, e em relação à aquisição de fogos, quais são os fogos.-----  
Outra questão tem a ver com as transferências para as freguesias. Na modificação do orçamento de despesa está uma dotação anterior de 2 182 212,00€, depois tem o reforço de 1 636 226,00€, que perfaz um total de 3 818 438,00€. O que estava orçamentado eram 3 573 936,00€, ou seja, havia a verba de 2 073 136,00€, que já estava definida, e a verba de 1 500 800,00€, que estava ainda por definir. Agora,





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **083**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_


na apresentação do desenvolvimento das despesas estão os acordos de execução e contratos interadministrativos, que vão ser discutidos na reunião da próxima segunda-feira, e está uma transferência para as juntas de freguesia de 2 518 050,00€, estando mais acima, na parte a definir que citou antes, outra verba de 1 191 312,00€, o que soma 3 709 362,00€. Aquela verba estava orçamentada, e já focou a outra que tem um aumento, a de 3 818 438,00€, mas mesmo assim estas duas verbas de transferência, de 2 518 050,00€ e de 1 191 312,00 €, dão um total de 3 709 362,00€, havendo algumas diferenças, e o tal milhão tinha a ver com o complemento do fundo de financiamento das freguesias.-----

No plano plurianual de investimentos há um investimento de 300 000,00€, e antecipando-se um pouco, porque na reunião de segunda-feira vão-se analisar estas situações, como recebeu as propostas do que a câmara municipal vai fazer de transferências nos acordos com as juntas de freguesia, pode-se ter enganado, mas viu uma verba de 3 586 259,58€, e portanto há divergências. São transferidos 2 518 050,00€, e é evidente que há o valor do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas os números não jogam, no entanto a diferença pode ser sua.-----

Gostaria que o Sr. Presidente explicasse, embora não se queira antecipar à discussão da próxima reunião de segunda-feira.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que reteve duas questões, o Sr. Vereador falou em mais uma ou outra, mas o próprio vai abordar apenas duas e o Sr. Vereador António Félix falará das restantes.-----

Sobre a questão dos 300 000,00€, a câmara municipal tem um processo antiquíssimo relativamente a Arcena, que tem a ver com fogos habitacionais, contratos-promessa que não saíram disso mesmo, e escrituras que não foram feitas. Tomou contacto com estes processos já muito antigos, e está a falar de situações com algumas décadas, que é necessário fechar, pelo que vai-se resolver a questão, mas é preciso ter rubrica para o efeito, e esta verba tem a ver com isso. Mais tarde poderá, e vai ser feito, naturalmente, informar a câmara municipal de todo este processo histórico, que teve situações muito complicadas de casas que foram ocupadas, como os Srs. Vereadores se recordarão, porque há muitos anos em Arcena as coisas eram extremamente complicadas. Felizmente evoluiu-se bastante e está-se numa zona absolutamente normal, como qualquer outra do concelho, que poderá ter um problema ou outro que agora não vale a pena estar a



comentar, haverá certamente ocasião de o fazer quando reunir o Conselho Municipal de Segurança. -----

Apenas pretendeu referir que de facto Arcena era uma zona complicada, e deixou de o ser, felizmente, tendo em vista os desenvolvimentos que foram feitos, no entanto ficaram algumas questões penduradas que, como já referiu, urge resolver e a câmara municipal vai resolver, sendo para isso que essa verba está definida.----

Prosseguiu, referindo, como o Sr. Vereador disse, e bem, que na próxima segunda-feira terão oportunidade de ver as questões das freguesias com maior pormenor. Não se sabe ainda em detalhe quais são os valores globais que vão estar em equação, sendo que tem vindo a ser feito um trabalho muito importante com os presidentes das juntas de freguesia e alguns membros do executivo, e não tem sido muito simples. Como o Sr. Vereador teve ocasião de tomar contacto com os documentos, verifica que são de facto muito complicados. -----

Foi-lhe dito que se tinha de escalonar por freguesias, e o próprio respondeu que não se conseguia ter a noção do que cabe a cada uma, pelo que de uma forma prudente resolveu-se pôr um valor, que pode não ser aquele, mas à cautela pôs-se um valor que possa salvaguardar alguma questão que ainda se possa ter de resolver. -----

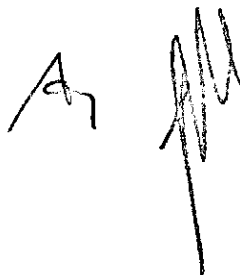
Terminou, dando a palavra ao Sr. Vereador António Félix para falar sobre as outras questões. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, dizendo que relativamente à questão das freguesias o Sr. Presidente já respondeu. -----

Relativamente aos encargos de cobrança de receita, no valor de 334 000,00€, o montante resulta de uma alteração que estava prevista inicialmente, e na primeira revisão teve que se retirar, porque havia necessidade de afetar a verba a outra rubrica. Neste caso é a reposição dessa verba, e diz respeito a encargos que a Autoridade Tributária cobra ao município por lhe cobrar os impostos, nomeadamente o IMI, IMT, IUC, esse tipo de impostos.-----

No que se refere à verba de 1 405 000,00€, a mesma estava a definir, e respeita basicamente a encargos com água e energia elétrica das instalações do município, que estavam a definir no anterior orçamento e que agora passam a definidas.-----

Terminou, referindo julgar que eram apenas estas questões, não sabendo se faltou responder a alguma.-----



Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que faltou responder à questão da aquisição de fogos para habitação, e aproveitando “a boleia”, porque se esqueceu, gostaria de ser esclarecido em relação à frota ambiente, um investimento que está no PPI, se o Sr. Vereador o pudesse informar, e se tem a ver com a frota ambiente dos SMAS. -----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que relativamente ao primeiro caso o Sr. Presidente já respondeu, crendo que foi a primeira resposta que deu. -----

Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que foi sobre a questão dos fogos de Arcena. -----

Relativamente à frota ambiente, passará a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira, e acrescenta que uma viatura de recolha de resíduos custa à volta daquele valor. São veículos muito caros, e o que se pretende é rapidamente, mas de uma forma faseada, substituir a frota municipal. Há carros muito antigos e carros que, pese embora o trabalho que vai sendo feito nas oficinas em termos de reparação, estão no limite, tendo chegado o momento de se repensar a situação. Obviamente que o município está esperançado, e tudo vai fazer para que assim seja, que a Valorsul também disponibilize alguns carros, mas é necessário que a câmara municipal só por si também faça esse esforço de renovação, e é esse valor para o efeito, nesta estratégia de renovação. -----

Concluiu, dizendo que mais à frente haverá de se falar de uma estratégia de aquisição de veículos da frota no seu todo. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, para dizer que o Sr. Presidente disse praticamente tudo, a questão de se criarem melhores condições aos funcionários municipais e uma maior operacionalidade, assim como o elevado número de quilómetros e anos que aquela frota pesada tem, sendo essa a intenção do executivo municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, colocando o ponto à votação, perguntando quem vota contra, quem vota a favor e quem se abstém, concluindo que o ponto 5 foi aprovado com a abstenção dos membros da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº **154**

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a 1ª revisão ao orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2014. -----



Deliberação nº **155**

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a 1ª revisão ao plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o quadriénio 2014/2017. -----



Assunto: ENTREGA DE EMBLEMAS DE MÉRITO AUTÁRQUICO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/03/19, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de Emblemas de Mérito Autárquico, de ouro e prata, aos autarcas ao serviço das autarquias do concelho de Vila Franca de Xira, que cumpriram quatro ou cinco mandatos completos, e três mandatos completos, respetivamente. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que foi já decidido e dadas orientações aos serviços, numa reunião de câmara anterior, para que, aquando do lançamento, seja de concursos, de projetos de adjudicação ou do tipo de iniciativas a que se refere este ponto, seja consultada mais do que uma entidade, e de preferência empresas do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Neste caso concreto é uma única empresa, de Lisboa, e a questão que os membros da CDU colocam é por que razão não optar por empresas do concelho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que aquilo que os serviços lhe dizem é que é uma empresa com características para fazer este tipo de trabalho, e que desde sempre tem sido ela a fazer estes emblemas, pelo que a aquisição tem a ver mais com isso do que com qualquer outra coisa. -----

É provável que no concelho haja empresas que o pudessem fazer também, mas crê que esta tem os próprios cunhos e um trabalho já feito. Normalmente a câmara municipal faz esta aquisição por razões de economia, e se fosse feito por outra empresa esta teria de fazer os cunhos, e não sabe se ficaria mais barato. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio de novo, esclarecendo que sabe, de fonte própria, que os cunhos são pagos na primeira vez que se fazem os emblemas, e a partir daí são pagos pela própria entidade que os manda fazer. Portanto, os cunhos pertencem ao município, não à empresa em si, e se o município os pedir à empresa esta é obrigada a fornecê-los. -----

Depois, julga que seria muito mais benéfico, tendo em conta a orientação que já foi dada em reunião de câmara, que fossem consultadas empresas do concelho. Sabe que os "timings" que estão em cima da mesa são curtos, neste momento, mas que isto fique registado. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que fica registado, e em próxima oportunidade a câmara municipal assim o fará. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro " " " "

Fl. Ata " **089**

Reunião de 2014/03/19

Procº " " " "

Deliberação nº " " " "

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de perceber que critério está em cima da mesa. Pediram alguma ajuda interna e, por exemplo, o primeiro presidente da Junta de Freguesia do Forte da Casa, e não de Vialonga, como está na proposta, pois o seu companheiro Raul Sanches foi presidente da Junta de Freguesia do Forte da Casa, não da Junta de Freguesia de Vialonga, tem pelo menos 5 mandatos, e isso não aparece. Foi presidente de 1982 a 1985, em Vialonga, depois de 1986 a 1989 no Forte da Casa, de 1990 a 1993 no Forte da Casa, de 1994 a 1997, e por aí fora, no Forte da Casa. Ainda detetaram mais um ou outro, como José Ventura, António Tolentino, Fernando Moutinho, pai, e Fernando Pedro Moutinho, filho, e outros.----- Ressaltou-lhes também um caso, dos autarcas "eméritos", como por exemplo João Carlos Nunes, e o que se vai fazer, pelo que há uma situação que se deveria avaliar, definindo os critérios e percebê-los. Não é que não estejam definidos, com certeza estarão, mas é preciso perceber o que está por trás, para se chegar a esta conclusão.-----



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, que tem estado a seguir este processo, mas, independentemente de poder haver algum lapso, não põe isso em causa, está-se a falar de entrega de emblemas de mérito autárquico, que tem a ver com o número de mandatos. -----

Outra coisa é aquilo que se irá fazer, e depois também se irá pedir ajuda, porque há toda a conveniência que seja consensual. Há uma lista de entrega, num determinado momento, e que depois se haverá de verificar como e com a dignidade que é necessária, de medalhas de mérito cultural, desportivo, autárquico, e aí sim, estão incluídos alguns nomes que o Sr. Vereador referiu. -----

No que diz respeito ao emblema de mérito autárquico, tem uma relação com o número de mandatos, e não mais do que isso. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que o Sr. Presidente acabou por resumir de facto a questão.-----

No âmbito do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais estas são as insígnias atribuídas automaticamente, pelo número de mandatos que os diversos autarcas foram tendo. O que pode acontecer, e sem embargo, como também disse o Sr. Presidente, de poder haver algum lapso, que não costuma acontecer, mas



pode acontecer, é que os autarcas, tal como está definido, quando recebem esta insígnia, mesmo que depois venham a fazer mais mandatos, até noutros órgãos, já não tornam a receber. À partida há autarcas que todos conhecem, em que até se poderia questionar se ainda não teriam recebido a medalha, e provavelmente receberam da última vez que se fez esta entrega, que recorda já foi há alguns anos, porque não se faz todos os anos. -----

Assim, na sequência da proposta que o Sr. Vereador Rui Rei fez de início, gostaria que no final da reunião pudesse ficar com a indicação dos vereadores de cada bancada que poderiam reunir com o executivo PS, pois, como disse o Sr. Presidente, há outras questões paralelas, que não são confundíveis, que estão em análise, e a esse nível poder-se-á fazer essa reflexão, que se justifica plenamente.--

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que quando leu os nomes, salvaguardando o que o Sr. Vice-Presidente disse, que alguns já receberam, questionou-se, em relação à bancada da CDU, por aquilo que conhece, que há membros que pelo menos deveriam ter o emblema de prata. -----

Não conhece o regulamento, mas diz-se que são mandatos completos, e gostaria de ser esclarecido, se o souberem esclarecer, senão depois ver-se-á o regulamento.-----

A CDU, e muito bem, tem o hábito dos seus vereadores fazerem rotatividade, e às vezes pedem suspensão de mandato por 60 ou 90 dias. Assim, essa questão é impeditiva de ser considerado um mandato completo, ou não? Pensa que na mesa estão vereadores que já fizeram 3, 4 ou 5 mandatos completos, e não está a falar da questão de substituição numa reunião, que é normal, é em relação à suspensão que quer saber, porque há quem queira também ter o emblema de ouro, se não morrer.-----

Respondeu o Sr. Presidente não crer que seja impeditivo, mas está-se a falar de emblemas de prata, que são até 3 mandatos, e de 4 a 5 são emblemas de ouro. Contudo, o Sr. Vice-Presidente falará, pois esteve há pouco tempo a ler o regulamento.-----

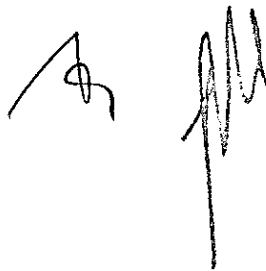
Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que não crê que a situação afete, uma vez que se está a falar sempre de uma substituição durante um tempo, coisa diferente é quando o autarca renuncia ao mandato. Aí já é completamente







Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_



1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – SUPPLY CHAIN MEETING 2014 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 42/14, de 12/03, do GAP, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Talkmedia – Edição de Publicações, Lda, para a realização do Supply Chain Meeting 2014, no pavilhão multiusos do Cevadeiro. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 42/14, de 12/03, do GAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que inicialmente os membros da CDU pretendiam fazer um tipo de intervenção neste ponto, mas vão ter que alterar, até mesmo o sentido de voto. Têm o sentimento de que ocupam um lugar muito relativo no meio e no espaço, e não têm problemas em assumir o que são, ou saberem bem o que representam, porém, pede-se a todos estes vereadores, e ao presidente da câmara, inclusivamente, que autorize que uma empresa, editorial, utilize um equipamento municipal para fazer nele um evento de cariz comercial, que naturalmente pode trazer bastantes benefícios para o concelho, e não é essa a questão, a questão é que o evento já está noticiado na comunicação social, e a própria empresa dá eco disso mesmo, assumindo como uma realidade que vai decorrer de 1 a 2 de abril, em Vila Franca de Xira. -----  
Até iam colocar questões sobre quem é esta empresa, que benefícios se poderia retirar desta parceria, e têm algumas dúvidas se se deveria manter ou garantir gratuidade na utilização deste espaço, mas, perante esta situação de facto consumado, pedem imensa desculpa, mas o sentido do voto vai ser contra. Não admitem, nem toleram, posturas idênticas como as que o PS tomou sobre essa

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **093**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

matéria.-----

Estão presentes porque foram eleitos para se pronunciarem e votarem, e não admitem que sejam sujeitos a uma situação de política de facto consumado. Se dúvidas houver em relação ao que está a dizer, deve-se consultar o que está nas mais diferentes e diversificadas páginas que fazem a demonstração da realidade que vai acontecer de 1 a 2 de abril, em Vila Franca de Xira, evento anual organizado pela logística moderna.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que compreende e aceita o incómodo, e provavelmente este assunto deveria ter vindo há muito mais tempo, e a situação não se colocava. Compreende o sentido de voto, aceita e espera que em próxima oportunidade isto não aconteça, porque de facto o Sr. Vereador tem razão.-----



Quanto à substância do assunto, se não se fizesse este protocolo, esta realização de atração do tecido económico de muitas empresas do país iria ser feita noutra concelho qualquer, e portanto há momentos em que se têm de tomar decisões de conseguir que iniciativas com este peso na área económica possam ser atraídas para Vila Franca de Xira. -----

Assim vai ser, e agora até é uma situação um bocadinho constrangedora, mas julga, apesar de não ter o direito e o atrevimento de julgar aquilo que as forças políticas pensam, que nesta matéria, na questão de princípio, os Srs. Vereadores o acompanhariam na necessidade de trazer esta iniciativa para o concelho. Julga que estão de acordo com isso. -----

Vai-se ter também, como refere o protocolo, a possibilidade de estar presente o Gabinete de Apoio ao Investidor, que tão criticado foi, mas existe, vai lá estar, e tem feito trabalho, apesar de naturalmente necessitar de evoluir e ter outras condições.-----

Gostaria que todos se concentrassem na questão de fundo, que é o facto de se ter essa iniciativa tão importante para o tecido económico do concelho, e estarem muitas pessoas, investidores e empresários, que eles próprios, nesses dias, vão fazer com que a economia local tenha um reflexo positivo.-----

Prosseguiu, respondendo ao Sr. Vereador Nuno Libório que compreende a questão colocada, e espera que em próxima oportunidade estas coisas não aconteçam, porque é desagradável, sem dúvida nenhuma, saber pela comunicação social uma





coisa que previamente deveria ser discutida em reunião de câmara. No entanto, pede que os Srs. Vereadores se concentrem no essencial, apesar de saber que aquilo que o Sr. Vereador disse tem toda a pertinência. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo não vão votar contra esta proposta, porque efetivamente tem já um determinado andamento, e iriam criar um problema a uma entidade, que eventualmente é alheia a ele. -----

Relativamente à câmara municipal, quando toma estas iniciativas, pelo conhecimento que têm, não têm razão nenhuma para achar que não possa ser uma boa aproximação e um bom veículo de promoção do concelho. Sempre criticaram muito a logística, na perspetiva da logística completamente desordenada e sem objetivo, porque, a exemplo do que diz o plano estratégico, se for perfeitamente ordenada e definidos os lugares e locais onde são feitos os armazéns, ou onde é efetuado esse tipo de atividade económica, é um fator de atividade como qualquer outro. Pode ser, eventualmente, mais consumidora de espaço, meios e infraestruturas rodoviárias, nalguns casos ferroviárias, mas se tiver meios, ou se a câmara municipal definir políticas sérias do ordenamento do território, quer dizer que não terá um concelho desordenado, com a logística espalhada, e logo uma desqualificação do espaço envolvente, não sendo diferente do que diz o plano estratégico do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Acontece que, ao ser uma atividade muito importante para o concelho, eventualmente a mais importante, estas iniciativas podem ser positivas, mas em relação àquilo que o Sr. Presidente disse, e bem, em relação ao Gabinete de Apoio ao Investidor, o gabinete deve-se fazer acompanhar, no que diz respeito, por exemplo, ao turismo ou promoção do concelho, e saber-se antecipadamente que pessoas estarão, o número, e mais ou menos o que as pessoas esperam vir a conhecer. -----

Este concelho deve aproveitar um evento que traz “x” número de pessoas para se poder promover naquela iniciativa, e se é só ceder o pavilhão por ceder, a iniciativa não traz grande valor acrescentado. Tem de haver um conjunto de pessoas que recebe informação direta do município de Vila Franca de Xira, daquilo que se tem para oferecer, e o mais ou menos não interessa, sendo que quanto

mais atrativo melhor, porque eventualmente uma parte dessas pessoas voltará um dia, para compensar o investimento que foi feito ao se ter colaborado com uma determinada instituição, e se ter dito que vinha a Vila Franca de Xira, que a câmara municipal abdicava das receitas, por existir uma perspetiva a prazo de vir eventualmente a receber muito mais do que deu hoje, e agora. -----

Prosseguiu, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo solicitam que, no futuro, estas coisas possam ser trabalhadas com tempo, ou pelo menos as forças políticas sejam informados com tempo do que se está a passar e do se pensa fazer. Do ponto de vista que têm, e do que lhes diz respeito, este tipo de iniciativas, desde que tenha valor acrescentado para o município, será sempre bem-vinda.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai fazer chegar a taxa de ocupação do pavilhão do Cevadeiro. Só falta encontrar ou atrair iniciativas para o mês de agosto, de resto o pavilhão está todo ocupado, e este tem sido um trabalhado feito entre o Gabinete de Apoio ao Investidor, do Dr. Luís Vasconcelos, que se encontra presente, bem assim com da Drª Maria João Carraça, na área do turismo, porque as coisas interligam-se.-----

Relativamente a esta iniciativa, Vila Franca de Xira vai ter eco, vai ter um stand, como já falou, onde os investidores e os empresários podem recolher informação acerca do concelho. É assim que se faz um trabalho de atração do tecido económico para o concelho. Portanto, tem que se ampliar e investir nesta área, porque a competição interconcelhos é enorme hoje em dia, e tem que se estar melhor habilitado e tirar partido das potencialidades que o concelho tem.-----

Terminou, referindo que com o voto contra dos membros da CDU, o ponto é aprovado.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Após a votação do ponto 9, o Sr. Presidente referiu que há ainda uma série de pontos que é necessário aprovar hoje, e que depois da discussão do ponto 13 propõe uma alteração à ordem do dia, com a discussão dos pontos 29, 30 e 40, tendo em conta a necessidade de serem presentes à próxima sessão da assembleia municipal, discutindo-se posteriormente os restantes pontos da ordem do dia. -----



A M

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 256/14, de 12/03, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente no período compreendido entre 2014/02/26 e 2014/03/11, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 256/14, de 12/03, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 87 DO LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO – VIALONGA-----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 37/14, de 19/02, do DGUPRU/PRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 87 do loteamento Casal do Freixo, em Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Carlos Alberto da Cruz Nunes.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 37/14, de 19/02, do DGUPRU/PRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----







1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 20 DO LOTEAMENTO PANASQUEIRA I – ALVERCA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 36/14, de 19/02, do DGUPRU/PRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 20 do loteamento Panasqueira I, em Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2013-AUGI, de 31/07, requerido por António Pequeno Costa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 36/14, de 19/02, do DGUPRU/PRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: ATUALIZAÇÃO DOS 33 REGULAMENTOS ESPECÍFICOS DE RECONVERSÃO – INFRAESTRUTURAS DAS AUGI -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 64/14, de 12/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da atualização em 0,3% dos valores referentes aos 33 Regulamentos Específicos de Reconversão, no âmbito das infraestruturas das AUGI, de acordo com a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), normalmente designada de taxa de inflação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da Lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 64/14, de 12/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo a necessidade de serem fornecidos os contatos das comissões de administração conjunta das AUGI à Coligação Novo Rumo, voltando a reforçar o pedido já efetuado. -----  
O Sr. Presidente interveio, dizendo que se irá disponibilizar esta semana essa informação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A 19 PARCÓMETROS – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 92/14, de 10/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de manutenção e assistência técnica a 19 parcometros, aplicando-se a redução remuneratória, nos termos da lei, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/12, de 21/02.--  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 92/14, de 10/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que além de se tratar de um ajuste direto a uma empresa, mais uma vez vai dizer aquilo que os membros da CDU referiram no ponto anterior, em que teve oportunidade de intervir. Não lhes parece que se estejam a cumprir as orientações transmitidas em reunião de câmara, pois não há consulta ao mercado, ou pelo menos não há justificação nenhuma de não ter havido consulta ao mesmo.-----  
Está-se a falar de um ajuste direto a uma empresa, e além de sempre se terem manifestado contra a questão dos parcometros, principalmente quando não há alternativas públicas gratuitas para que os automobilistas possam escolher aquilo que pretendem, ou seja, se pretendem colocar as viaturas nos parcometros ou pretendem utilizar o estacionamento público, gostaria de colocar uma questão

sobre os custos. Está-se a falar de 19 equipamentos, um custo de 101 700,00€, mais IVA, que vai decorrer por um período plurianual de 24 meses, resultando numa despesa mensal de 4 237,00€, e uma média de 223,00€ por equipamento, para manutenção e assistência técnica. -----

Desta forma, gostaria de questionar o Sr. Presidente, e gostaria, mais uma vez, que se fizessem chegar esses valores aos membros da CDU, sobre o nível de receita de cada equipamento desses e, a “talhe de foice”, quais são as outras despesas que cada um dos equipamentos tem. No fundo, gostariam de perceber se os equipamentos são autossuficientes, e já não diz que gerem receita para o município, mas que no mínimo não deem prejuízo, porque estar a pagar 223,00€ por mês para um parcometro sofrer a manutenção, gostariam de saber se o parcometro é autossuficiente, e se a nível de receita esse mesmo parcometro garante a sua autossustentabilidade. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que a última vez que o documento veio à reunião de câmara, no mandato anterior, os membros da Coligação Novo Rumo já tinham colocado exatamente a pergunta, de qual o nível de receita que se tem associado, eventualmente com um detalhe maior do que solicitou agora o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, que é por equipamento, mas na globalidade, e depois vai-se à questão do detalhe. -----

Isto leva a uma outra questão, a introdução de parcometros ou parquímetros na via pública tem o objetivo de disciplinar o estacionamento, e de criar condições para quem visita as cidades ter condições para estacionar, procurando não retirar, objetivamente, aos moradores, nalguma parte do dia, principalmente à noite, o seu lugar para estacionar. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo, por princípio, não são contra a instalação destes equipamentos no município, e até gostariam de saber a data da instalação dos equipamentos na cidade de Vila Franca de Xira. De qualquer das formas, demonstra uma outra questão, que é preciso ganhar escala, quer na cidade de Vila Franca de Xira, quer nas outras cidades do concelho. Portanto, não são por princípio contra, têm é que se encontrar mecanismos para que a introdução deste tipo de equipamentos nas vias gere valia e receita ao município, para poder fazer face à despesa na manutenção das vias e no criar condições para que exista





estacionamento. Quem tem garagem na sua casa sabe, efetivamente, quanto lhe custa ter uma garagem, e sabe que o espaço público é um bem escasso, não é um bem que possa ser ocupado sem qualquer tipo de regras, e não há comércio que consiga sobreviver se não tiver estacionamento.-----

Há cidades neste concelho onde o comércio passa por graves dificuldades, porque as pessoas não têm um sítio onde parar o seu automóvel. Não lhe digam que as pessoas não precisam de ir de automóvel, pois um dos segredos do sucesso dos centros comerciais é que se pode levar o automóvel, e gostava de saber quantas pessoas que se encontram nesta sala não vão a centros comerciais. Podem-se emitir todas as opiniões, mas não acredita que não haja ninguém que não vá ao centro comercial, e que não ache muito cómodo levar o carro quase até ao restaurante. -----

Desta forma, é importante criar condições para que as pessoas possam vir e estacionar, e isso leva a que a solução que se tem em Vila Franca de Xira está absolutamente ultrapassada. Hoje em dia pode-se, inclusivamente, antes de sair de casa, avaliar se há lugar de estacionamento ou não no sítio onde se vai, e poder-se-á pagar através do telefone, ou de outro meio qualquer. Logo, é importante avaliar na globalidade, de uma vez por todas, porque só se está a perder receita, e não se estão a beneficiar os cidadãos. Podia-se dizer que se abdica da receita e beneficiam-se os cidadãos, mas não é verdade, os cidadãos, na maior parte das vezes, continuam a ter os mesmos problemas para estacionar com ou sem parquímetros. Tem de haver um mecanismo, que é a avaliação e posterior decisão, para que a melhor solução seja aplicada, pelo menos nas três cidades do concelho de Vila Franca de Xira, que é absolutamente essencial.-----

Seria bom que a câmara municipal falasse com a Polícia de Segurança Pública, em Vila Franca de Xira, para que eventualmente as Operações Stop pudessem ser feitas à entrada ou saída da cidade, ou pelo menos nalguns pontos da cidade, e que não fosse necessário usar a “ex faixa BUS” para fazer Operações Stop. Não fica bem, nem é necessário, nem é por aí que se previne, nem o crime, nem os condutores que não trazem seguro ou outro tipo de coisas. Na sua opinião há métodos diferentes e distintos para poder fazer isso, sem criar estas condições. ----  
Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta matéria tem de evoluir, no sentido de



se tentar ter a maior rentabilidade, em termos financeiros, para a câmara municipal, e sobretudo dar condições às pessoas de terem estacionamento de rotatividade.-----

Como já foi referido num ou outro momento, há um estudo para a cidade de Vila Franca de Xira, e posteriormente vai-se abrir concurso para Alverca e para a Póvoa, porque lhe parece que as questões dos parquímetros ou parcómetros, como se quiser chamar, devem estar subjacentes a uma estratégia de estacionamento nas cidades.-----

O que lhe dizem é que esta contratação de serviços, que se tem desenvolvido há uns anos a esta parte, tem sido altamente rentável para a autarquia, e conforme agora lhe indicaram há uma receita líquida, retirando todos os custos, mas o Sr. Vereador António Félix tem a informação mais desenvolvida, de 100 000,00€. Portanto, sobre todas as questões que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues colocou, como os gastos da manutenção, ficam efetivamente 100 000,00€ para o orçamento da câmara municipal em termos de receita líquida.-----

Considera que no futuro tem que se abrir um concurso de uma forma muito mais alargada, porque podem aparecer outras soluções melhores, sendo que neste caso só se está a falar de 19 parcómetros.-----

Discorda de algumas coisas, tem sobre esta matéria filosofias e estratégias diferentes, porque não é possível ser tudo “de borla”. Aí não se está a contribuir para haver rotatividade de estacionamento, e faz com que possa haver carros estacionados, um dia inteiro ou mais.-----

A ocupação de espaço público deve ser paga em determinadas zonas, obviamente, nas zonas nobres das cidades e nas mais comerciais deve haver essa rotatividade e o estacionamento deve ser pago, não parecendo possível a filosofia de gratuidade total do estacionamento. Se o Sr. Vereador Paulo Rodrigues verificar, em todo o país isto acontece, a gratuidade não é uma prática em termos de estratégia de estacionamento, e não atinge os objetivos que se pretende.-----

Quanto às alternativas, em Vila Franca de Xira, neste momento, por diversos fatores, um dos quais a saída do hospital, há grande folga de estacionamento, e se houver alguém que queira estacionar o seu veículo gratuitamente tem zonas na cidade, muito perto do centro, onde o pode fazer.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 105

Reunião de 2014/03/19

Procº 02/14 APRV.AD.CM

Deliberação nº \_\_\_\_\_

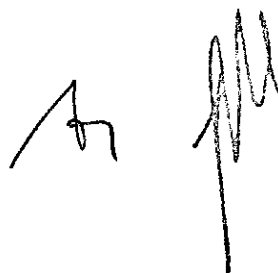
Assim, as alternativas, no que diz respeito a Vila Franca de Xira, existem, mas neste caso trata-se de uma zona muito concreta, em termos comerciais, em que a necessidade de haver rotatividade é absolutamente imprescindível. -----

Quanto à contratação desses serviços, naturalmente que numa próxima oportunidade se vai alargar ao mercado no seu todo, para ver o que aparece, pois podem aparecer outras soluções, que inclusivamente o Gabinete de Apoio ao Investidor, através do Dr. Luís Vasconcelos, está a estudar, como a possibilidade de ser implementado o pagamento através de telemóvel, que poderá ser uma grande evolução e economia, e para as pessoas que às vezes não têm a “moedinha” para lá colocar, que se esquecem de o fazer, e torna-se assim mais simples. -----

O Sr. Vereador António Félix tomou a palavra, mencionando, relativamente a 2013, que se se consultar o relatório de gestão, na página 112, está lá a receita respetiva dos parcometros, no valor de 147 635,40€, e na página 126 estão as despesas com os mesmos, num total de 47 955,20€, o que dá uma receita líquida de 99 680,20€. Portanto, neste caso a receita é dividida em 68% para o município e 32% para a empresa. -----

Relativamente aos anos anteriores, estes valores foram basicamente semelhantes, a receita para o município em 2011 foi cerca de 112 000,00€, 114 000,00€ em 2012 e, como referiu, 99 680,20€ em 2013. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que seria interessante ver uma coisa, porque não se pode olhar só para o valor líquido do município, pois é uma falsa questão. Quando se faz uma proposta para um contrato de manutenção deve-se saber quantas intervenções a empresa que presta o serviço faz naqueles parcometros. Quantas faz por ano? Por ano, quantas vezes se desloca ao concelho? A empresa que está a fazer essa proposta poderá estar a ter uma margem de lucro absolutamente colossal, e a câmara municipal deveria estar a ganhar mais alguma coisa e não está, pelo que valeria a pena pensar qual é o valor que se está a pagar, quais as intervenções que está a fazer, e o facto de o valor se manter constante poder não ser um bom negócio. Efetivamente, os valores que se têm ao longo dos anos têm descido, não se têm mantido constantes, e o custo da empresa, para a câmara municipal, até deveria baixar. Tudo tem que ser avaliado, porque senão está-se a fazer uma distribuição de riqueza completamente desigual. -----



A câmara municipal tem o peso sobre o seu território, e a empresa tem o lucro sobre aquilo, e quando os parcometros não são mudados há vários anos, estando completamente amortizados, é só margem que ali está. Se a empresa fizer uma ou duas intervenções por ano, o que está a ter é margem pura. Quando se olha para isto tem que se perguntar quais são os seus custos, e quantas intervenções faz por ano. Se não houver um contrato de manutenção, e se se chamar a empresa, quanto é que a mesma leva? "Não tenho nenhum contrato consigo, e contrato à peça, quanto é que me custa?" Faz sentido avaliar isto, para depois, no fim, se avaliar qual é o contrato que se faz. Para quem conhece da "poda", e o próprio não conhece, aquilo deverá ter dois ou três tipos de avarias, não tem muito mais, ou é o moedeiro, a moeda, ou eventualmente a energia, "power" ou algo assim, mas é preciso avaliar. Alguém na câmara municipal deveria questionar a empresa para depois dizer que é o melhor negócio possível ou não. -----

Terminou, referindo que, tendo em conta os 19 parquímetros para esta área, é preciso ver as melhores práticas, sabendo se se estão a ter demasiados parquímetros ou não, pois até se pode ter menos. É preciso ver, por exemplo, com Lisboa, que tem anos destas práticas e da otimização do serviço, sendo preciso olhar para esta questão. -----



Interveio o Sr. Presidente, referindo que foi por esta razão que se pediu o estudo, de gente que tem uma grande experiência nesta matéria, e julga que as recomendações que foram colocadas são importantes, e que na base desse mesmo estudo se pode evoluir em outras práticas de parcometros e de estacionamento.----

De seguida, colocou à consideração a votação do ponto, perguntando o sentido de voto, e concluindo que foi votado favoravelmente, com os votos contra da CDU. -----

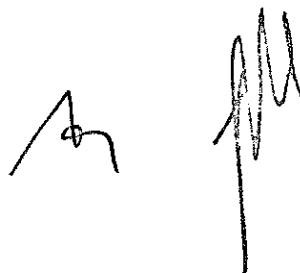
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA OS REFEITÓRIOS MUNICIPAIS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO, APROVAÇÃO DAS PEÇAS CONCURSAIS E DO JÚRI DO PROCEDIMENTO – COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 95/14, de 10/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do início do procedimento, da constituição do júri e das peças concursais, respeitantes ao fornecimento de refeições confeccionadas para os refeitórios municipais, bem como da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/12, de 21/02. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 95/14, de 10/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, como já é do conhecimento de todos, e não é novidade, que os membros da CDU, como foram anteriormente, são contra a concessão a privados do fornecimento das refeições do refeitório municipal. Faz quase pensar em privatização, e não é bem o caso, mas são contra por princípio, são contra o desmantelamento total de um serviço que satisfazia os trabalhadores do município, que tinha padrões de qualidade, e é isso que agora não tem muito. -----  
Depois, como o Sr. Presidente se deve lembrar, bem como o seu executivo, aquando da discussão do orçamento na reunião de câmara em Alverca, a 2013/12/11, e não só na discussão deste ponto, onde vinha, não refeitório, mas restaurante, constava no orçamento o valor de, salvo erro, 252 500,00€, que foi



um aumento de 2013 para 2014 de cerca de 28%, quando no anterior ano já tinha sido, se a memória não lhe falha, de 10%. -----

Para além disso, porque está em ata, e para que todos se possam situar se for necessário, não se falou no refeitório só na discussão do orçamento, foi também no ponto 42 e 43 da altura, sobre a pastelaria e pão para os restaurantes e bares, sendo que a CDU, ao levantar estas questões, solicitou uma análise dos custos antes e depois, com a gestão privada, isto é, um estudo comparativo, como o Sr. Presidente deve estar recordado. -----



Também deve estar lembrado, e o próprio está, da sua resposta, que está em ata, tendo o Sr. Presidente se comprometido com a proposta da CDU, e pediu logo aos serviços, e até questionou uma responsável, que na altura não estava, para fazerem o estudo comparativo, para ser apresentado aos membros da CDU. -----

Compreende que esteja a acabar a concessão, e que venha esta situação para uma nova concessão, mas pergunta: Já foi feito o estudo comparativo? Como é que é? Vem esta matéria a reunião de câmara, continua-se por mais 2 ou 3 anos, ou o que for, e esperam pelo documento do estudo comparativo, mas continuam a pensar que seria mais vantajoso, sobre todos os aspetos, para o município, que o refeitório fosse explorado pelo mesmo, como era, embora saibam e considerem que algumas questões, mesmo nessa altura, teriam que ser reformuladas, o que não está em questão. -----

Agora irão votar uma coisa sem o estudo comparativo, que o Sr. Presidente se comprometeu a fazer e trazer à reunião de câmara. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo não está em condições, efetivamente, de votar este ponto hoje em consciência, porque os seus membros estão convictos que para o fazer precisam de quatro coisas. -----

Em primeiro lugar o estudo comparativo, que o Sr. Vereador Aurélio Marques acabou de referir, que o Sr. Presidente se tinha comprometido a 11 de dezembro de 2013 a entregar. Gostariam também de ter um parecer da comissão de trabalhadores sobre a qualidade do refeitório, porque têm chegado várias informações de que a qualidade das refeições diminuiu após este novo modelo de fornecimento. Em terceiro, um parecer do Xiraclub sobre a qualidade do

refeitório. Por último, que seja elaborado um inquérito a todos os funcionários, utilizadores e colaboradores da câmara municipal, SMAS e PSP, sobre a qualidade do refeitório neste novo modelo, e que lhes sejam remetidos os resultados. -----

Só na posse destes elementos poderão discutir e votar este ponto. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntado ao Sr. Vereador António Félix se se está perante determinados prazos para cumprir.-----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que sim, e que se esta matéria não for aprovada hoje e em assembleia municipal já não irá dar tempo, dado que se trata de um concurso internacional, e com todos os prazos que se terão de cumprir não haverá tempo útil de, quando esta concessão acabar, se estar em condições de fazer um novo contrato.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo, para ajudar um pouco à discussão futura deste ponto, que os membros da Coligação Novo Rumo também têm uma preocupação relativamente ao facto de ser um concurso internacional. Não sabem se pode resolver ou não, mas mais uma vez, querendo promover o comércio local, gostariam que os produtos fossem adquiridos no comércio local do concelho, não precisava de ser da cidade de Vila Franca de Xira, e isso verificava-se quando a câmara municipal fornecia as refeições.-----

Por isso, há uma preocupação grande da Coligação Novo Rumo que seja protegido esse modelo de fornecimento de refeições, e que tenha em conta o comércio local.

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que os membros da CDU compreendem que estas questões dos concursos internacionais, e não só, sejam pertinentes, e o sentido de voto nem está dependente disso, como já disse, porque são contra as concessões a privados, mas, e hoje está muito católico, embora não praticando, “por amor de Deus!”, considera que estas coisas têm que vir mais cedo às reuniões de câmara.-----

Está-se a tornar um hábito que algumas coisas venham em cima da hora, e os vereadores depois têm que estar condicionados, para terem de aprovar, quando o Sr. Presidente se comprometeu a esse estudo comparativo. O assunto deveria ter vindo há muito mais tempo, até para as questões que os próprios, sem individualizar, falaram, em termos genéricos, mas que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus concretizou, individualizando os assuntos que criam algumas

*Handwritten signature*

preocupações. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que fará uma proposta, se é que tem o assentimento da empresa que está a fornecer as refeições atualmente. Neste sentido, e para se poder responder cabalmente às questões que foram colocadas, que demora o seu tempo, pois não podem ser feitas de um momento para o outro, propõe que possa vir a ser prorrogado o contrato atual com a empresa que está a fornecer as refeições. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para dizer que tal não é possível, só o é se estiver no contrato original essa possibilidade. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que se poderá fazer uma adjudicação direta. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, respondendo que é simples, fecha-se o restaurante. -----

Perguntou o Sr. Vice-Presidente se é possível fazer-se um ajuste direto por um mês, ao que o Sr. Presidente respondeu que é claro que é, como já se faz em relação às viaturas, ou noutras circunstâncias. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que nesse caso é possível, mas é por ajuste direto, não é prorrogação. A prorrogação do atual contrato não é possível, tem de ser um ajuste direto, por um determinado período. -

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o princípio da sua proposta é esse, e a forma naturalmente tem que ser adequada. -----

Interveio o Dr. Rui Galhardo, esclarecendo que, considerando os montantes envolvidos, poderá não ser possível um ajuste direto, se ultrapassar os 75 000,00€. Portanto, poderá ter que se partir para outra solução, como o concurso público urgente. A questão da prorrogação é mais complicada, porque julga que o contrato anterior tem 36 meses, que é o limite do Código dos Contratos Públicos, e isso tem que ser estudado. -----

Como é óbvio, se não houver refeições, tendo em conta o interesse público, tem que se arranjar uma solução, mas não é uma solução que se possa dizer, neste momento, que esteja à vista, precisamente por causa dos valores, tendo os ajustes diretos o limite dos 75 000,00€. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, na sequência daquilo que o Dr. Rui Galhardo referiu, que pede autorização a todos os vereadores para, caso seja

necessário o próprio autorizar a despesa, na sequência do ajuste direto, que depois a mesma possa vir a reunião de câmara para ratificação. -----

Prosseguiu, dizendo crer que o silêncio significa que estão de acordo.-----

O que está a dizer é se, avançando-se com o ajuste direto, ou outra figura que se ajuste, e se houver necessidade imediata para não pôr em causa o fornecimento das refeições, pode autorizar essa despesa, e depois os Srs. Vereadores autorizarem a ratificação, se for absolutamente necessário em termos temporais.---

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei, se for absolutamente necessário, que os membros da Coligação Novo Rumo não veem nenhuma questão, mas aparentemente o contrato termina em julho, aparentemente foram convocados para uma reunião na segunda-feira, e de hoje até segunda-feira de certeza que os serviços têm uma solução, ou encontram-na. Não têm uma solução?-----

Havendo essa solução, segunda-feira estar-se-á em condições de, eventualmente, se dar uma ou outra sugestão à câmara municipal, e findo essa situação, se houver uma em que o Sr. Presidente tenha de tomar uma determinada decisão, pensa que ninguém se oporá. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que tem de ter uma autorização da câmara municipal para incluir este ponto, que não está na ordem do dia.-----



Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que os membros da CDU dão essa autorização, mas não se comprometem. -----

Informou o Sr. Presidente que esta autorização é para se discutir o ponto na próxima segunda-feira, e, assim sendo, pede ao Dr. Rui Galhardo que estude a situação, para que na segunda-feira haja condições de propor à câmara municipal uma solução.-----

Informou o Dr. Fernando Barreiros que se terá de fazer nova ordem de trabalhos.---

Respondeu o Sr. Presidente que não, que os Srs. Vereadores já estão a autorizar a introdução do ponto, e na altura da reunião dirá que com autorização da câmara municipal é introduzido o ponto x, não valendo a pena estar a mudar nada. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto, e que o mesmo seja incluído na ordem do dia da reunião extraordinária e privada de 2014/03/24, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

Assunto: APOIO À ATIVIDADE DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE COLETIVO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/03/10, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do apoio à atividade do movimento associativo na utilização de viaturas municipais de transporte coletivo e consequente alteração à tabela de taxas e preços da câmara municipal para 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vice-Presidente para, de forma sucinta, fazer a apresentação do ponto. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de solicitar a retirada do ponto, porque precisam de olhar para ele com uma outra profundidade que não tiveram. -----


Têm o entendimento que há, como já foi dito e repetido, um conjunto muito significativo de assuntos de natureza muito relevante que são colocados aos vereadores muito em cima da hora. Portanto, gostariam de solicitar a retirada deste ponto. -----

Devem conceder-se os apoios, tal como vem acontecendo, colocando à consideração da câmara municipal para casos pontuais ou significativos, à luz da circunstância extraordinária admissível no regulamento, que é aquilo que está a funcionar até que se tome uma decisão sobre a matéria. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se está a cumprir escrupulosamente a lei no que diz respeito ao envio dos assuntos, apesar de compreender que às vezes seja difícil a sua análise, com o tempo que às vezes está disponível para cada um. Por isso, compreendendo as questões, e que este assunto exige da CDU uma melhor reflexão, retira o ponto, mas antes o Sr. Vice-Presidente dará alguns comentários sobre aquilo que o executivo pensa sobre este assunto.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dando conta que o que vem à reunião de câmara são quatro alterações muito simples à forma como a câmara municipal disponibiliza os seus transportes ao movimento associativo, e resultam das reuniões que se foram fazendo com a totalidade do movimento associativo do concelho no último mês, na sequência do que é hábito fazer-se no início de cada

A



ciclo, sobre a revisão do programa de apoio ao movimento associativo. -----

Relativamente a esta matéria, que não se prende especificamente com o programa de apoio ao movimento associativo, mas com o regulamento de taxas, a proposta é que, em primeiro lugar, os percursos em transporte municipal que sejam pedidos por associações do concelho, ou por escolas dentro do próprio concelho, sejam na parte tocante à autarquia, gratuitos, para favorecer que as atividades que são desenvolvidas por parceiros do concelho sejam vistas pelo maior número de crianças ou atletas do concelho. Assim, é uma medida que transforma em gratuito um transporte que hoje é pago. -----

Depois, no que respeita à contabilização do transporte pago, é feito um acerto em dois sentidos diferentes. Até aos 500 quilómetros o custo é por quilómetro, e acima dos 500 quilómetros passa a ser por hora, porque se verificou que com a aplicação desta tabela de taxas, tal como está definida, há algumas situações de dessincronia, em que algumas associações acabavam por pagar mais, mesmo que o transporte estivesse parado ou inutilizado. -----

Um último aspeto é no sentido de que o transporte associado à apresentação de peças teatrais, por causa dos cenários serem de difícil transporte seja, dentro do concelho, também gratuito, para a divulgação da atividade teatral. -----

São estas três alterações que vêm propostas, não há um problema grande trazer novamente o assunto à próxima reunião de câmara, sendo certo que em vez de entrar em vigor mais rápido, passa a entrar em vigor cerca de um mês depois, mas daí não vem o mal ao mundo, é uma opção. Contudo, não vê sinceramente grande razão para retirar o ponto. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o ponto é retirado. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo entendem, de acordo com a explicação que deu o Sr. Vice-Presidente, que genericamente a proposta até torna mais favorável as questões para as associações, embora pensem que seria bom que a câmara repensasse, num futuro próximo, reequacionar os custos que estão associados às crianças e à educação. Quando se fala muito da defesa da escola pública e dessas coisas, têm que se dar meios à escola pública, porque se não se derem, não tem condição de concorrer em igualdade de circunstâncias com as outras escolas que têm outros meios e

A



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 114

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

outras condições para o efeito. -----

Dever-se-iam criar condições, genericamente, para a educação, para todos os parceiros da educação no concelho. Quando estão em causa visitas de estudo e algo relacionado com a educação, a câmara municipal deveria ter preços e custos eventualmente ainda mais atrativos, para que as crianças do concelho pudessem, efetivamente, ter outro nível de visitas e horizontes. -----

Como segunda questão, os meios da câmara municipal são finitos, o que quer dizer que há momentos durante um ano em que as associações, sejam quem forem, pedem veículos à câmara municipal, e a mesma não tem como os ceder. A câmara municipal tem com certeza informação, genericamente, do número de transportes por ano que recusa, e se não tem pode falar com as associações, e poderia, paralelamente a este documento, abrir uma espécie de concurso com os operadores de transportes, em que dizia: "as minhas associações, do meu concelho, podem vir a usar até, por exemplo, 1000 horas ou 1000 quilómetros". Não interessa agora o valor, tem que se encontrar um mecanismo de fazer essa consulta, e depois dever-se-ia perguntar aos operadores de transporte qual o melhor preço que têm para oferecer. -----

Com certeza que têm melhores preços para oferecer num cenário global do que eventualmente, de associação em associação, dizer: "eu agora preciso de um autocarro para me levar ao concelho vizinho, quanto é que me custa?". Se houver um volume global, com certeza que se terão custos diferenciados, e eventualmente pode-se ajudar o movimento associativo desta forma. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo, em relação à primeira questão, pois quanto à segunda tem de haver uma análise mais aprofundada, que é uma das preocupações, obviamente de acordo com as possibilidades do parque automóvel da câmara municipal, mas é abrangente para a escola e associações, em sentido lato. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto, e que o mesmo seja incluído na ordem do dia da reunião extraordinária e privada de 2014/03/24, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

-----  
-----



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – MAPA DE INFLAÇÃO ACUMULADA PARA VIGORAR EM 2014 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 65/14, de 12/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do mapa de inflação acumulada para vigorar em 2014, considerando a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), de 0,3%, para o ano de 2013. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 65/14, de 12/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 359/14, de 10/03, do DOVI/DOVI, para aprovação dos documentos correspondentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à Oliveiras, Engenharia e Construção, SA, com cedência da posição contratual à Cordivias – Engenharia, Lda.  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 359/14, de 10/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo queriam colocar duas dúvidas. Em primeiro lugar, a passagem superior está pintada de verde, e até é do Sporting, não é essa a questão, mas pintar uma passagem superior daquelas deve custar um valor apreciável, e não hoje, no âmbito da execução da obra, pois está preocupado no âmbito da manutenção da obra. -----  
A câmara municipal tem ideia de quanto irá custar pintar uma passagem superior daquelas? A garantia daquela pintura são 5 anos ou 10 anos? Pensa que o que devia estar previsto em obra é que o material tivesse outra forma de manutenção. Neste momento, ao se estar a fazer o que ali está, quando daqui a 4 ou 5 anos se tiver de pintar é preciso garantir que está o trabalho bem feito, porque aquele custo vai pesar sobre o orçamento da câmara municipal para futuro, e aí não há fundos comunitários que valham. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro .....

Fl. Ata .. **117**

Reunião de 2014/03/19

Procº 22/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº .....

É uma questão que deveria preocupar a todos para futuro, que é que tipo de equipamentos se escolhe e o grau de manutenção que necessita. -----

Como segunda questão, quando se discutiu na altura esta passagem superior, falou-se da segurança, da videovigilância e, conseqüentemente, agora acrescenta a questão do elevador que ali está. A videovigilância está instalada? Vai entrar em funcionamento? -----



Como última questão é o elevador. Há passagens superiores sem elevador, praticamente desde o dia da sua inauguração, e está a lembrar-se daquela em Alverca, que passa para o jardim-parque. Qual foi a diferença introduzida naquela passagem superior que não leve a que, daqui a 15 dias, se oiça como resposta que o elevador está parado, porque houve um ato de vandalismo, e agora vai ficar parado? -----

Julga que se deveria aprender alguma coisa com o que acontece ao longo dos anos, e se não se mudar o equipamento, que não sabe se é igual, mas imagina que seja semelhante, um tem mais vidro o outro menos, dever-se-ia reforçar com videovigilância, quer interior, quer exterior, filmando-se quem entra e quem lá está dentro. Depois, tem que se ter a consequência, que é a de que aquilo tem de chegar a algum sítio para alguém atuar, senão também não vale a pena. -----

São estas questões que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de ver respondidas, faltando só uma última. Agora tem-se a nova passagem superior e a passagem superior antiga, como é que se vai articular? Ir-se-á remover a antiga? -- Como se articulará isto tudo com o Pingo Doce e aquela passagem que lá existe, aquele cruzamento? É uma questão que deve preocupar, e não é a do acesso, que já tinha agora, e as pessoas passavam na mesma. -----

Tem que se encarar isto, porque as pessoas passam ali todos os dias na estrada nacional, e é um problema sério. Deve ser visto se os acessos estão fáceis ou não, e se é possível melhorar alguma coisa, para que a pessoa seja encaminhada para ali e não desafie todos os dias o perigo naquela curva e na reta. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, sobre a última questão, que julga não haver outra forma de resolver senão com a colocação de uma vedação para que as pessoas não atavessem a estrada, e encaminhar as pessoas, como disse o Sr. Vereador Rui Rei, para a nova passagem superior, que tem outras condições de

acessibilidade que a anterior não tinha, para evitar as questões de alguns atropelamentos que já aconteceram. -----

Estava previsto fazer-se uma semaforização com betoneira, mas às duas por três tem-se uma betoneira, e uma passagem superior no CEBI que ninguém atravessa. Tirou-se a semaforização, e teve que se colocar novamente, sendo que às vezes parece que estas coisas são bem-intencionadas, mas depois não funcionam, e essa é uma matéria que se vai colocar. -----

Sobre as outras questões, não sabe se o Sr. Vereador António Oliveira tem respostas sobre a videovigilância, e a questão do elevador é aquilo que se sabe. ---

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que, em relação à videovigilância pensa que irá ser montada.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o elevador só deveria entrar em funcionamento depois de a videovigilância estar também.-----

Há só uma questão, porque as outras têm de ser melhor analisadas, que é a manutenção da pintura, perguntando à Engª Rosário Ferrão se sabe qual é a garantia, ao que a mesma respondeu que calcula que são 5 anos, as obras de arte são 50.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a cor é resistente, tem-se aguentado com tantas dificuldades, continua bonita, e aquela também vai continuar.-----


Terminou, mencionando que, sobre estas questões que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, vai-se procurar responder melhor do que aquilo que se respondeu, colocando o ponto à consideração, perguntando quem vota contra, quem se abstém, e concluindo que o mesmo é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA –  
REVOGAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA E  
NOMEAÇÃO DO NOVO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 360/14, de  
10/03, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da nomeação da Engª Cristina  
Monteiro como coordenadora de segurança em obra, e nomeação da Engª Telma  
Simões Inácio, da STAGEST – Engenharia e Gestão de Projectos e Obras, Lda, para  
a função de coordenadora de segurança em obra, bem como da emissão da  
declaração de nomeação do coordenador de segurança em obra, acompanhada de  
declaração de aceitação subscrita pela coordenadora de segurança ora nomeada,  
referente à prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da  
empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 360/14, de 10/03, do  
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara  
para aprovação.-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 366/14, de 10/03, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, até ao dia 20/03/2014, sem aplicação de multas ao empreiteiro e sem encargos para o dono da obra, da não aprovação do plano de trabalhos e cronograma financeiro apresentados pelo consórcio Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, SA,/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda, ficando este vinculado ao prazo de conclusão da obra, dia 20/03/2014, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual, e reservando a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicado, nomeadamente pela perda de financiamento da empreitada decorrente da candidatura ao PORLISBOA/QREN.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 366/14, de 10/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que se vai na oitava prorrogação para esta obra, e esta prorrogação agora diz que a obra acaba amanhã, dia 20 de março. Alguém já foi ver em que ponto de situação se encontra a obra? -----  
De certeza absoluta que não termina amanhã, nem sequer estão os trabalhos



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro --

Fl. Ata - **121**

Reunião de 2014/03/19

Procº 72/12 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_

todos acabados, e a questão da limpeza também não lhe parece que esteja feita, a não ser que tenha alguns atributos diferentes e veja com olhos muito diferentes dos responsáveis pelas obras. Não lhe parece que a obra esteja terminada amanhã, e portanto deve-se ser realista, e em vez de se andar a fazer uma nona ou décima prorrogação, deve-se olhar primeiro para as coisas antes de se trazerem a reunião de câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões. A primeira tem a ver com o documento que lhes é colocado para análise e posterior votação e aprovação, que diz que se irão perdoar as possíveis multas que se deveriam aplicar ao empreiteiro em questão. -----

Recorda, porque analisaram a matéria ontem, que houve uma obra em que se aplicaram multas ao empreiteiro e lembra-se que, na altura, nessa reunião, a CDU, primeiro do que a Coligação Novo Rumo, disse: “atenção, vamos aplicar multas, e bem, mas isto agora deve ser regra”. -----

A câmara municipal está a dizer a este empreiteiro que vai perdoar, quando a obra está executada de acordo com o que vem no documento em cerca de 94%, faltando executar pouco mais de 40 000,00€, e numa primeira análise diria ao empreiteiro, um pouco como o Dr. Mário Soares em tempos, numa posição diferente: “então vá-se embora, se não quer acabar isto. São 40 000,00€, vá-se embora. Mesmo que se perca financiamento em 40 000,00€ fica mais barato, só pela chatice de andar a ocupar esta gente toda a produzir documentos e a levar a reunião de câmara. É um problema!”-----

Uma outra questão é dizer que está em causa a perda de financiamento. Em quê? No total da obra? Não lhe parece que o documento esteja corretamente elaborado. Outra coisa é saber quando é que a câmara municipal pediu ao PORLisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa, a prorrogação do prazo. Do que lhe parece, o prazo da obra terminava a 30 de dezembro, e a autarquia terá pedido prorrogação por volta de 16 de janeiro, pelo que pergunta, e não está a afirmar: Por que é que não pediu prorrogação da obra antes do prazo ter terminado? É assim ou não?-----

Se é assim, mais uma vez o documento não está correto, e depois acrescenta-se que já se está a dar um prazo, de março, quando eventualmente o que se pede é



abril, e quando a câmara municipal já deveria saber o que está a fazer, porque sabe. Quem acompanha a obra sabe perfeitamente, com tempo de antecedência, como está a evolução da execução. Sabe a fiscalização e sabem os respetivos colaboradores da câmara municipal que acompanham a obra. Sabem claramente disto, e têm forma de dar e produzir relatórios de apoio à gestão, neste caso de apoio ao Sr. Vereador António Oliveira e ao Sr. Presidente. -----

Desta forma, considera, como está, que não faz sentido o ponto ser aprovado. Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo não faz sentido nenhum, porque, em primeiro lugar, não concordam que se perdoem dívidas à empresa em questão, sendo que a câmara municipal está a ter despesas todos os dias. Questiona se quando se apresentar a proposta de revisão de preços, se vai apresentar sobre o volume global, pois não sabe se não será assim, já que é o que o empreiteiro tem de apresentar, porque a prorrogação tem um prazo.-----

Outra questão é a de que se estão a ter custos que não são da câmara municipal, são do empreiteiro, que quando concorreu à obra sabia o prazo. Ao estar a prorrogar o prazo a autarquia está a ter custos, quer com os seus trabalhadores, quer com a possível fiscalização, pois tudo são custos.-----


Se se quiser colocar numa posição de só dizer que está tudo errado, dirá que para a fiscalização é "porreiro", porque em vez de ganhar 6 meses, ganha 10 ou 12, mas a questão não é essa, a questão tem de ser avaliada convenientemente, e do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, os argumentos que aparecem não estão corretos.-----

Em primeiro lugar, não está em causa a perda de financiamento da obra. Depois, gostavam de saber se a câmara municipal efetivamente se atrasou ou não a pedir a prorrogação, e se fez aquilo que deveria fazer, analisar a empresa que lá está, porque se calhar, neste momento, não vale a pena levar a empresa "ao colo", já que para o Grémio é igual inaugurar daqui a um mês ou a dois, o que interessa é inaugurar como deve de ser. Isso é o que é fundamental.-----

Portanto, dever-se-ia avaliar a questão corretamente, porque se não for feito assim, nada invalida que daqui a 15 dias se esteja de novo a pedir uma prorrogação do prazo.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando à Engª Rosário Ferrão qual é o problema de





retirar o ponto, ao que a Engª Rosário Ferrão respondeu que o prazo terminou a 28 de fevereiro, e portanto o empreiteiro está sem prazo, e está a terminar a obra agora.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, perguntando se se está a trabalhar sem prazo?-- Respondeu a Engª Rosário Ferrão que sim, desde dia 28 de fevereiro, em que terminou o prazo, e a obra vai terminar amanhã. O Sr. Presidente conhece tão bem o assunto como a própria, assim como a câmara municipal toda, do que se está a falar relativamente à Constrope, sendo esta uma situação em que a câmara municipal deu indicações para se avançar com a obra, desta maneira.-----

Os documentos que estão em cima da mesa são os corretos, não se trata de uma prorrogação de prazo, trata-se de desvios de prazo, porque para uma prorrogação teria que ter havido uma suspensão da obra, e não houve. São desvios de prazo, sem direito a revisão de preços, a empresa só tem direito a revisão de preços até ao prazo da obra, que terminou o ano passado, e têm-se vindo a fazer estes desvios por indicação, e por reuniões feitas entre o empreiteiro e a câmara municipal, porque o empreiteiro está neste momento com um PER – Processo Especial de Revitalização, e deu conhecimento disso à autarquia. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se se está como está, não vê razão nenhuma para retirar o ponto, porque é ridículo estar a fazer uma coisa que tem efeitos práticos amanhã, pois amanhã continua-se com o prazo “estoirado”. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que não obstante os membros da CDU quererem ver estas situações que colocaram resolvidas e clarificadas, até duma forma mais responsável e verdadeira, não pretendem que o ponto seja retirado, e estão disponíveis para o votar. O que pedem, e acham que têm esse direito, é que se seja muito sério quando se colocam estas questões e estas datas, porque não fazem sentido nenhum, e o objetivo é que a obra termine rapidamente.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo, pelo que está a perceber, que se trata de sanar um hiato. -----

Informou a Engª Rosário Ferrão que a única coisa que falta fazer é o ensaio do sistema AVAC, nada mais. É um ensaio que falta fazer. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, dizendo que de facto já há cerca de 2 ou



3 semanas que não vai à obra, e não pode ter uma noção do que lhe estão a dizer. -  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que até pode terminar a obra amanhã,  
mas deve ficar claro que os membros da Coligação Novo Rumo não aceitam, e a  
câmara municipal pode votar como entender. Não está fundamentado, e não vão  
aceitar, portanto irão reclamar disto. Não aceitam que se perdoe a multa ao  
empreiteiro. -----

Até podem votar a prorrogação do prazo, mas virem-lhe dizer que tem de comer  
uma coisa que não gosta, não vai aceitar. Os Srs. Vereadores votarão como  
quiserem, mas os vereadores da Coligação Novo Rumo vão questionar por que é  
que se perdoa uma multa a um empreiteiro. O próprio não está de acordo, a sua  
coligação não está de acordo, e não vai estar. -----

Portanto, esta é uma questão que deve ficar clara, para depois não haver nenhuma  
surpresa no futuro. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que há uma questão que tem a ver  
com o acerto de contas final, na medida em que antes, e já neste mandato, o  
próprio falou que algumas questões têm de ser consideradas. Por isso, vai-se votar  
o ponto, e cada um sobre esta matéria tomará a decisão que achar mais  
conveniente. De qualquer modo, quando se fechar a conta final deste processo,  
têm que se ter em consideração algumas questões. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo que se irá votar um ponto, e  
agradece que o Sr. Presidente leia o ponto que se vai votar, pois não se vai votar  
só a prorrogação do prazo para o dia 20, o que está escrito no ponto, e o que se vai  
aprovar, é a prorrogação do prazo, mais o perdão ao empreiteiro das multas. É o  
que lá está escrito, e se o Sr. Presidente disser que só se aprova a prorrogação do  
prazo, podem votar. Agora, o ato de votar o ponto tal como está escrito implica  
que a câmara municipal toda entendeu que nada mais tem a pedir ao empreiteiro,  
a não ser que termine a obra. -----

Aquilo que o Sr. Presidente estava a dizer, que eventualmente se vai ver no acerto  
de contas, não pode ser, pois tomou uma deliberação em sentido contrário, e é isso  
que o próprio está a dizer. A deliberação, na fase final, diz que a câmara municipal  
não vai aplicar nenhuma multa ao empreiteiro, que abdica disso tudo. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, como o Sr. Vereador sabe, que se está a



viver uma situação atípica, em termos económicos.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, questionando se é diferente da do centro de saúde de Alhandra. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador tem razão, e se se voltasse atrás, eventualmente isso não teria acontecido, porque é injusto. Diz isto depois de refletir muito sobre o assunto, e considera que foi uma decisão injusta, na medida em que não está a ser aplicada no seu todo.-----

Agora, está-se a viver uma situação atípica em termos económicos, o que o Sr. Vereador reconhece, e se não se tivesse feito, sobre esta obra e outras, aquilo que se fez, não estavam acabadas, tinham-se obras que ficavam incompletas não sabe por quantos anos. Decidiu-se, nesta matéria, encontrar soluções que se encaixem no momento excecional que se vive, porque as empresas estão com grandes dificuldades, sendo que a esta empresa é retido 25% do que recebe.-----

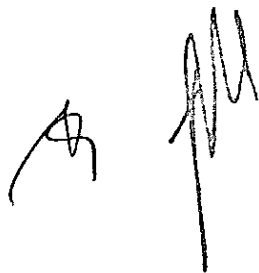
Se não se tivesse feito o que se fez até hoje, que é aquilo que se costuma referir, "levá-las ao colo", a obra não estava acabada ou não iria ser acabada. Por isso, estar a acrescentar mais o ónus da multa, pode-se fazer, se essa for a decisão da câmara municipal, mas, já estando a empresa completamente com a "corda na garganta", é ficar com mais dificuldades do que aquelas com que já está. Contudo, esta é só uma reflexão que está a pôr em cima da mesa. -----

Terminou, referindo que não deve ficar nenhuma dúvida de que se esteja a beneficiar seja o que for. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não é essa a questão, e quando fala não está a dizer que a câmara municipal, ou os vereadores, estão a querer, com a consequência do documento, defender a empresa "x", em detrimento da empresa "y", não é isso. No entanto, a verdade é que não faz sentido a câmara municipal, ao dia de hoje, dizer que vai perdoar a multa, porque é uma decisão que se toma mais à frente. Perdoa ou não, mas é mais à frente que toma essa decisão.-----

Se a empresa, em teoria, já está condenada, vai-se abdicar de um interesse que é da câmara municipal para deixar que os outros credores vão lá buscar o dinheiro, permitindo-se que os credores, Segurança Social e banca, vão lá, e a autarquia fica sem nada? É só esta a premissa, mais nada.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que, recuperando o que o Sr. Vereador



Rui Rei acabou de dizer, duma reflexão futura sobre a matéria, propõe que se vote o ponto, retirando a questão do perdão da multa, sendo o eventual perdão visto noutra altura. -----

Prosseguiu, colocando, com esta alteração introduzida agora, e de acordo com o consenso que se estabeleceu, o ponto à votação, perguntado quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira, excetuando a questão da não aplicação de multas.-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata\* **127**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 169/14, de 10/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/02/24 e 2014/03/07. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 169/14, de 10/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração:-----

Decreto-Lei nº 33/2014, de 4 de março, I série, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 57/2013, de 14 de agosto, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 64/2007, de 14 de março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional;-----

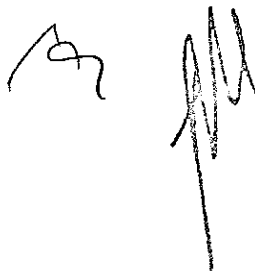
Lei nº 11/2014, de 6 de março, I série, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei nº 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações; ----

Lei nº 12/2014, de 6 de março, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional;-----

Portaria nº 55/2014, de 6 de março, I série, que regulamenta a desmaterialização dos procedimentos inerentes ao policiamento de espetáculos desportivos, definindo os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática de requisição de policiamento de espetáculos desportivos; -----

Portaria nº 56/2014, de 6 de março, I série, que altera o Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto nº 39 987, de 22 de dezembro de 1954;-----

Portaria nº 59/2014, de 7 de março, I série, que fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas a que se refere o artigo 37º do Decreto-Lei nº 152/2013, de 4 de novembro; -----



Portaria nº 59-A/2014, de 7 de março, I série, que procede à segunda alteração da Portaria nº 243-A/2012, de 13 de agosto, alterada pela Portaria nº 419-A/2012, de 20 de dezembro, que define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação do curso de Design de Comunicação, do curso de Design de Produto e do curso de Produção Artística, na área das Artes Visuais, e do curso de Comunicação Audiovisual, na área dos Audiovisuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo;-----

Portaria nº 59-B/2014, de 7 de março, I série, que procede à segunda alteração da Portaria nº 243-B/2012, de 13 de agosto, alterada pela Portaria nº 419-B/2012, de 20 de dezembro, que define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos secundários artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo; -----

Portaria nº 59-C/2014, de 7 de março, I série, que procede à primeira alteração da Portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro, que estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2014, de 11 de março, I série, que aprova o «Programa das comemorações dos quarenta anos do 25 de abril de 1974»;-----

Portaria nº 66/2014, de 12 de março, I série, que define o sistema de avaliação dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) e aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, aprovado pela Portaria nº 851/2010, de 6 de setembro; ---

Declaração de Retificação nº 18/2014, de 13 de março, I série, relativo à Declaração de retificação à Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, que «Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro», publicada no Diário da República, I série, nº 11, de



Reunião de 2014/03/19

Deliberação nº

16 de janeiro de 2014; -----  
Portaria nº 68/2014, de 13 de março, I série, que procede à primeira alteração à  
Portaria nº 289/2012, de 24 de setembro, que fixa os valores a auferir pelos  
militares da Guarda Nacional Republicana e pelo pessoal policial da Polícia de  
Segurança Pública pela participação efetiva na prestação de serviços remunerados  
solicitados por órgãos e entidades públicas e privadas; -----  
Lei nº 13/2014, de 14 de março, I série, relativo à primeira alteração à Lei nº 83-  
C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014); -----  
Portaria nº 69/2014, de 14 de março, I série, que prorroga até 30 de junho de 2014  
o prazo previsto no nº 1 do artigo 8º da Portaria nº 332-A/2013, de 11 de  
novembro, que regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de  
Docentes integrados na Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos  
Ensinos Básico e Secundário. -----  
Tomado conhecimento. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro ---

Fl. Ata **131**

Reunião de 2014/03/19

Procº -----

Deliberação nº -----

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, Fernando Paulo Ferreira e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/02/27 e 2014/03/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata ' **132**  
Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal:-----  
Dotações Orçamentais-----20 870 619,32€  
Dotações não Orçamentais----- 2 337 842,04€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----  
Dotações Orçamentais----- 3 360 856,15€  
Dotações não Orçamentais----- 743 252,59€  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO E DISTRIBUIÇÃO DE GUARDANAPOS E TOALHETES PARA OS REFEITÓRIOS ESCOLARES DURANTE O ANO LETIVO DE 2014/2015 – COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 79/14, de 03/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º da Lei nº 8/12, de 21/02, referente ao contrato de fornecimento em contínuo e distribuição de guardanapos e toalhetes para os refeitórios escolares durante o ano letivo de 2014/2015.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 79/14, de 03/03, DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: SOLUÇÃO DE IMPRESSÃO – EQUIPAMENTOS, CONSUMÍVEIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ASSOCIADOS – COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 96/14, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º da Lei nº 8/12, de 21/02, referente à contratação de serviços de solução de impressão – Equipamentos, consumíveis e serviços de manutenção associados. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 96/14, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

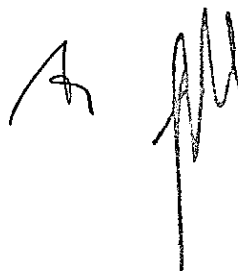


Reunião de 2014/03/19

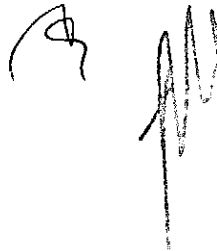
Deliberação nº

O Sr. Vice-Presidente interveio de novo, mencionando que o ponto 27 teria de ser discutido hoje, se possível. -----

[illegible]



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO “AMOR ELECTRO” NO ÂMBITO DO FESTIVAL DA JUVENTUDE DE 2014 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/14, de 07/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação do grupo musical “Amor Electro”, no âmbito do Festival da Juventude de 2014, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/14, de 07/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de perceber, se não for hoje, que seja por escrito, qual o critério que levou à seleção deste grupo, “Amor Electro”. Não tem nada contra, antes pelo contrário, mas gostariam de saber quem decide a escolha dos grupos. -----  
Depois, gostariam de ter acesso ao programa do Festival da Juventude, porque recorda-se que o ano passado foram 2 ou 3 acontecimentos, e para os membros da CDU um festival tem que ser muito mais que isso, e deve também ser descentralizado o mais possível. -----  
Prosseguiu, dizendo, relativamente à divulgação deste concerto, que a própria teve oportunidade de estar no concerto do ano passado com os “OqueStrada”, e julgou que ia chegar ao auditório do Ateneu e encontrá-lo com jovens, porque era o



Festival da Juventude, tendo entendido que a câmara municipal teria enviado alguns convites, pelo menos junto das associações de estudantes e associações juvenis, mas não foi isso que aconteceu. O Ateneu, infelizmente, estava praticamente vazio, para assistir a um concerto que custou à câmara municipal 10 000,00€, na altura. -----

Neste caso está-se a falar de um grupo que vai custar mais de 17 000,00€ à câmara municipal, e convinha que a divulgação este ano fosse melhor, e que levasse, de facto, os jovens a participarem no Festival da Juventude. -----

Terminou, informando que o voto dos membros da CDU é de abstenção. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o serviço da juventude faz a proposta das bandas, que vem à câmara municipal, pelo que em última instância será sempre a mesma a decidir. -----

Procurar-se-á divulgar mais fortemente a questão do programa no seu geral, sendo que o próprio também esteve no concerto o ano passado, onde a Srª Vereadora viu o auditório quase vazio, e viu o auditório praticamente cheio, mas isso também tem a ver com os olhos de cada um. Ir-se-á, com certeza, dar o máximo de divulgação possível a esta atividade, e a todas no geral. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 98/14, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de limpeza, conservação e manutenção do cemitério municipal de Vila Franca de Xira, no ano de 2014, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 98/14, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata **139**

Reunião de 2014/03/19



Procº 02/10 APRV.CP.CJ

Deliberação nº **172**

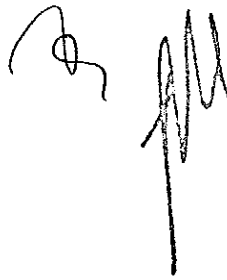
1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS - LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 84/14, de 07/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da liberação da caução prestada, através de garantia bancária nº 088-43-010259-5, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, no valor de 17 634,42€, no âmbito da contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais, celebrada com a Big Smile, SA. -  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 84/14, de 07/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO PACOTE DE APLICAÇÕES SIGMA PARA A CÂMARA MUNICIPAL E SMAS - LIBERAÇÃO DA RETENÇÃO DE VALORES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 85/14, de 06/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da liberação do valor retido, no montante de 5 768,76€, referente a 5% dos pagamentos efetuados, no âmbito do contrato de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações SIGMA para a câmara municipal e SMAS, celebrado com a Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 85/14, de 06/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: NORMAS DE PROCEDIMENTO PARA A CANDIDATURA A APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO ANO LETIVO 2014/2015 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 152/14, de 11/03, do DEC/DE, para aprovação das normas de procedimento para a candidatura a apoios de Ação Social Escolar, do ano letivo 2014/2015. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 152/14, de 11/03, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES 2014/2015 - DOCUMENTO ORIENTADOR.-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 141/14, de 06/03, do DEC/DE, para aprovação do documento orientador do serviço de refeições escolares para o ano letivo 2014/2015.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 141/14, de 06/03, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **143**

Reunião de 2014/03/19

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº **176**

1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PRÉMIO CARLOS PAREDES – EDIÇÃO 2014 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 31/14, de 06/02, do DEC/DCTPM, para aprovação da constituição do júri do Prémio Carlos Paredes, edição de 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 31/14, de 06/02, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 144

Reunião de 2014/03/19



Procº DCTAE.00DM.PAT.140.

Deliberação nº 177

1. Assunto: ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES (RHLT) - PARTICIPAÇÃO NA BTL'14 – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA O MUNICÍPIO DE LOURES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 73/14, de 21/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da transferência de verba, no valor de 493,61€, a deduzir na quota inicial prevista, para o município de Loures, referente à participação num stand da BTL'14, no âmbito da rota histórica das Linhas de Torres.-----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 73/14, de 21/02, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: 05/04.05.01.08 -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr. Vice-Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----


  


1. Assunto: ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA--  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 86/14, de 03/03, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação da alteração da constituição da Comissão Municipal de Toponímia. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 86/14, de 03/03, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: DANÇARTE - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DE LISBOA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 118/14, de 11/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação de Ginástica de Lisboa, que visa promover a ginástica no concelho e dar a conhecer os melhores trabalhos que são desenvolvidos por classes de dança desportiva do concelho e do distrito de Lisboa, através da realização do evento desportivo Dançarte. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 118/14, de 11/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----




1. Assunto: ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE CURSO DE NADADORES-SALVADORES NA PISCINA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – DELEGAÇÃO MARÍTIMA DE VILA FRANCA DE XIRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 119/14, de 12/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Delegação Marítima de Vila Franca de Xira, que visa viabilizar um curso de nadadores-salvadores, a realizar na piscina municipal de Vila Franca de Xira, entre os dias 2 de maio e 6 de junho de 2014. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 119/14, de 12/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: UNIVERSIDADE SÉNIOR – RESSARCIMENTO DE VALORES REFERENTES A PROPINAS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 243/14, de 30/01, do DASDEDS/DDS, para aprovação do ressarcimento de valores referentes a propinas relativas a 4 alunos que desistiram da matrícula, no âmbito da universidade sénior. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 243/14, de 30/01, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº **182**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. \_\_\_\_\_



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

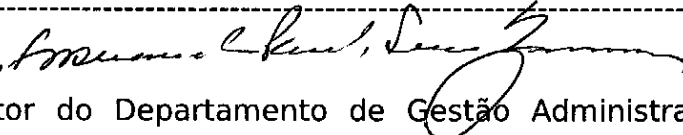
Fl. Livro -----

Fl. Ata ' 150

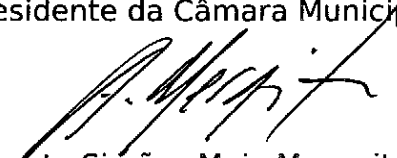
Reunião de 2014/03/19

Encerramento às 14h25. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara 2014/04/02, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

-----  
E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



- Alberto Simões Maia Mesquita -